

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO
BÁSICA

ALESSA REGINA CARNIETTO

**TRABALHO INFANTIL: APONTAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA
ESCOLA BÁSICA EMANCIPATÓRIA ÀS CLASSES POPULARES.**

BAURU

2024

ALESSA REGINA CARNIETTO

**TRABALHO INFANTIL E OS APONTAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE
UMA ESCOLA BÁSICA EMANCIPATÓRIA ÀS CLASSES POPULARES.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre à Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de Ciências, Campus de Bauru – Programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Básica, sob orientação do Prof^o Dr^o Antonio Francisco Marques.

BAURU
2024

C289t Carnietto, Alessa Regina
TRABALHO INFANTIL E OS APONTAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO
DE UMA ESCOLA BÁSICA EMANCIPATÓRIA ÀS CLASSES POPULARES. /
Alessa Regina Carnietto. -- Bauru, 2024
159 p. : il., tabs. + e-book

Dissertação (Mestrado profissional - Docência para a
Educação Básica) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências, Bauru
Orientador: Antonio Francisco Marques


1. Trabalho Infantil. 2. Classes populares. 3. Educação
em Direitos Humanos. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências, Bauru. Dados
fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ALESSA REGINA CARNIETTO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 23 dias do mês de fevereiro do ano de 2024, às 15:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ALESSA REGINA CARNIETTO, intitulada "Trabalho Infantil: apontamentos para a construção de uma escola básica emancipatória às classes populares." e produto educacional "Uma ferramenta lúdico-pedagógica no combate à naturalização do Trabalho Infantil.". A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. ANTONIO FRANCISCO MARQUES (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) UNESP BAURU, Profa. Adj. MARIANA VAITIEKUNAS PIZARRO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação / Universidade Estadual de Londrina, Profa. Dra. ELIANA MARQUES ZANATA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação / Universidade Estadual Paulista. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: **APROVADA**. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Prof. Dr. ANTONIO FRANCISCO MARQUES

Dedico esta dissertação aos meus filhos: Catarina e Francisco
(in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, aos meus pais, por todo apoio na minha jornada, foi por intermédio do empenho deles e seus esforços para minha formação humana, física, cognitiva, emocional, que minha vivência resultou na busca de combater injustiças.

Agradeço, às minhas irmãs, que sempre me apoiam e contribuem para o meu amadurecimento como ser humano. Aos meus cunhados e ao meu companheiro, que somam em nossa família.

À minha sobrinha, por me trazer tantos ensinamentos, para uma pedagoga a convivência com crianças nunca cessa, todavia, tenho aprendido relações específicas com ela.

Às professoras, Dra Eliana Marques Zanata e Dra Mariana Vaitiekunas Pizarro pelo aceite para compor a banca. Para vocês, todo meu respeito e carinho.

Em especial, ao meu orientador, agradeço imensamente, todo o ensinamento ao longo destas duas décadas. Quando ingressei em 2002, na faculdade de Pedagogia, lá estava ele, junto a ilustres docentes do departamento, na felicidade da aprovação da primeira turma. E, hoje, tenho o prazer de estar presente na sua aposentadoria, sinto-me especial, por ter estado no início e na mudança (porque é notório que não é o fim, nem a ruptura).

Professor Dr Antonio é um ser humano tão especial, que numa conversa informal, em palavras simples, você percebe que sua capacidade de entendimento do mundo ultrapassa o senso comum. Assim, agradecê-lo como orientador, é agradecer tantos ensinamentos, que nem sempre estão nos livros. Mas, é preciso ir além, e agradecê-lo como ser humano, como professor acolhedor, registro isso aqui, dando como exemplo, o momento que perdi meu filho (natimorto). Ele se deslocou por centenas de quilômetros para me visitar e trazer alívio a minha dor (me emociono ao escrever). Pessoas como ele, são muito raras, infelizmente.

Agradeço com muito amor, também, à minha filha Catarina, que ilumina minha vida. Catarina, você é meu grande amor e me permite viver as melhores memórias da minha história. Te amo.

Agradeço, também, ao meu filho Francisco. Meu menino, você me faz sentir falta todos os dias, daquilo que não vivi. E, assim, aprendo muito.

Deve haver algum lugar
Onde o mais forte
Não consegue escravizar
Quem não tem chance

De onde vem a indiferença
Temperada a ferro e fogo?
Quem guarda os portões
Da fábrica?

(Renato Russo)

RESUMO

Livro digital - Trabalho Infantil - Educação em Direitos Humanos

A pesquisa em questão planejou elaborar, aplicar e analisar um recurso didático-pedagógico com o objetivo de sensibilizar o público-alvo, composto por estudantes matriculados nas séries finais do ensino fundamental I, sobre a importância de garantir direitos fundamentais em sua formação integral. A hipótese levantada é que o público infanto-juvenil é suscetível à exploração do trabalho informal, devido à percepção de ser mão-de-obra barata e facilmente persuadida. Assim, o objetivo principal desta pesquisa foi desenvolver, aplicar e analisar um produto de sensibilização sobre essa temática. Para isso, foram estabelecidos objetivos específicos: desenvolver um produto educacional; planejar uma sequência didática para a aplicação do produto desenvolvido; e estabelecer um método e coleta de dados para validar o produto. A hipótese formulada é que o público infanto-juvenil é facilmente submetido ao trabalho informal por ser considerado mão-de-obra barata e de fácil convencimento para o ofício, já que o trabalho se torna um meio de angariar capital para supérfluos e objetos de consumo (conhecido como movimento de ostentação). A pesquisa foi embasada em um método que incluiu levantamento bibliográfico, aplicação de questionários, criação de um E-book e análise da mudança de contexto através do photovoice (fotos comentadas). Contou com a participação de 69 respondentes voluntários, matriculados em duas turmas de 5º ano (A e B) do Ensino Fundamental em uma escola de tempo integral, localizada em uma cidade de médio porte no interior paulista. O produto elaborado foi aplicado por meio de uma sequência didática, gerando um guia de referência para aplicabilidade em outros contextos. A análise e mudança de contexto foram avaliadas através de questionários estruturados, disponibilizados em plataforma digital, e apresentaram resultados significativos diante da intervenção realizada.

ABSTRACT

Keywords: Digital book - Child Labor - Human Rights Education

The current research planned to develop, apply and analyze didactic-pedagogical resources with the aim of sensitizing the target audience, corresponding to students enrolled in the final grades of elementary school I, regarding the importance of guaranteeing fundamental rights in their comprehensive education. The hypothesis raised is that children and young people are susceptible to the exploitation of informal work, given the perception of cheap and easily persuaded labor. Therefore, the objective of this research was to develop, apply and analyze a product to raise awareness of the topic (IT). The specific objectives are: defining the educational product based on stories to raise awareness of the defined theme; develop a didactic sequence for the applicability of the developed product and establish a methodological and data collection path to validate the product. The hypothesis created is that children and young people are easily subjected to IT because they are considered cheap labor that is easy to convince for the job, since work becomes a means of raising capital for superfluous items and consumer objects. (known as ostentatious movement). The research was based on the following method: bibliographic survey, application of questionnaires, creation of an E-book and analysis of the change in context through photovoice (annotated photos). It involved the participation of 69 voluntary respondents, who were enrolled in two 5th year classes (A and B) of Elementary School in a full-time school, located in a medium-sized city in the interior of São Paulo. The developed product was applied through a didactic sequence, generating a reference guide for applicability in other contexts. The analysis and change of context were assessed through structured questionnaires, made possible on a digital platform, obtaining significant results based on the intervention carried out.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC - BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

CF - CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CLT - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

DH - DIREITOS HUMANOS

ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDH- EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

ETI - ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

FHC- FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

FUNDEF - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

LDBEN - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

LOAS- LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

PDE - PLANO DE DESENVOLVIMENTO EM EDUCAÇÃO

PEC - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PETI - PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

PHC- PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

PNAS - POLÍTICA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

PNEDH - PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

PPP - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES

SENAI - SERVIÇO NACIONAL DA INDÚSTRIA

SME - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

SUAS - SERVIÇO ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

TI - TRABALHO INFANTIL

APRESENTAÇÃO	11
1 INTRODUÇÃO.....	20
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
2.1 Tipo de Pesquisa	26
2.2 Local de Pesquisa	26

2.3 Participantes	27
2.4 Instrumentos de Coleta de Dados.....	28
2.5 Procedimentos de coleta de Dados	29
2.6 Procedimentos Éticos.....	31
3 O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL.....	33
3.1 O TI na contemporaneidade.....	42
3.1.1 O papel da educação no enfrentamento ao TI.....	46
3.2 Caminho de Enfrentamento ao TI na Contemporaneidade	51
3.3 Pobreza, Extrema Pobreza e Distribuição de Renda	55
4 BREVE PANORAMA DA HISTÓRIA DA INFÂNCIA E DA EDUCAÇÃO.....	61
5 CONDICIONANTE DO TI: EVASÃO ESCOLAR	72
5.1 PNEDH: Currículos pautados na promoção social.....	80
5.1.1 A Construção de uma EDH	85
5.1.2 BNCC e o Currículo	87
6 LITERATURA INFANTIL	92
7 PRODUTO EDUCACIONAL? - Levaram minha infância ... e agora?.....	96
7.1 Diagnóstico da Localidade	99
7.2 Descrição da Ação.....	100
7.3 Proposta de Alteração do Contexto	110
8 ANÁLISE DE DADOS	111
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO INICIAL.....	136
ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO.....	140
ANEXO B - CARTA DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA APLICAÇÃO DE PESQUISA EM UNIDADE ESCOLAR	143
ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	145
ANEXO D - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	147

APRESENTAÇÃO

Ao pensar a respeito desta apresentação, deparei-me com a difícil missão que é delinear aspectos da própria vivência para explicar quem se é. No intuito de não transformar um breve memorial em uma biografia, foquei em selecionar momentos de uma ligação tríade com aspectos essenciais da formação humana (família, formação educacional e profissão). Esta escolha ocorre de maneira intencional, afinal, cada parte discutida aqui, dialoga com as seções do trabalho.

Para realizar esta etapa, recordo-me, essencialmente, do ano como egressa em Pedagogia, onde aprendi a realizar o exercício mental de memorar a trajetória escolar na tentativa de aproximar a futura prática educativa da experiência singular da própria narrativa.

Nessa época, tive a oportunidade de participar de um projeto de extensão com o saudoso professor Misael, lembro-me da elucidação a respeito da importância de um memorial no roteiro do pesquisador. Compreendi que, um objeto de estudo pode se incorporar ao percurso do investigador, não apenas como um resultado que se quer alcançar, mas como aquilo que se busca explicar intrinsecamente.

Estas questões me remetem a época de menina, quando morávamos na zona rural, contei com a sorte de ter duas irmãs (uma mais velha e outra mais nova), atribuo a esse fato, a felicidade de ter vivido uma infância tão saudável, cheia de brincadeiras e imaginação. Brincar era nosso maior passatempo, época distante de tantos estímulos tecnológicos.

Nosso avô tinha uma doce mania de trazer de sua pequena oficina no fundo do quintal, fios para que pudéssemos moldar e compor pequenos personagens. Mas, é preciso convir que pequenos bonequinhos coloridos (ou lembrando bem, pedaços de fios enroladinhos) necessitavam de muita imaginação para se tornarem diferentes uns dos outros.

Acredito que tenha sido por esta capacidade do vovô em transformar pequenezas de qualquer material em diversão, que eu comecei a colocar nomes nos pés de mandioca que cresciam na plantação em frente de casa.

Essas plantinhas tinham praticamente a minha estatura, um pouquinho mais altas. E elas estavam dispostas na lavoura de tal maneira que, abria espaço para que eu pudesse andar, ordenar brinquedos e até dançar com elas.

Por isso, durante um período, conversávamos todos os dias, elas eram boas amigas, embora sazonais. Por vezes, cheguei a pensar, que é difícil quem

considere comum brincar com a natureza com tamanha intensidade, mas, alegro-me em perceber que está em voga ter plantas para alegrar o ambiente. Sou testemunha voraz que elas nos trazem muita alegria, são excelentes companheiras.

E esta maneira audaciosa de pensar que minha relação com elas era tão diferente, acabou deixando evidente, que acabei me distanciando por algum tempo da infância e esqueci a respeito do que as crianças são capazes de experimentar com sua ludicidade fluída. Por isso, que em tempo de inteligência artificial, torna-se demasiadamente importante estimulá-las ao contato com a natureza, ao acesso à arte e à literatura.

As memórias do período escolar, corresponde, num primeiro momento, ao acesso à educação formal com 5 anos de idade. Para mim, a parte interessante deste ingresso, era o fato de minha tia-avó ser a diretora da creche municipal. Embora ela ficasse em outro prédio e não tivesse acesso à ela, aquele lugar parecia um dos mais seguros que eu poderia estar, quando não estava em casa.

Todavia, ao iniciar na primeira série, fui matriculada em um colégio arquidiocesano, com muitas escadas, pisos de madeira, salas lotadas e o contato com crianças que ostentavam o fato de suas famílias possuírem grande poder aquisitivo.

Não foi muito agradável perceber que a detenção de capital era uma ferramenta de adquirir cultura e valorar pessoas. Recordo-me, que no meu primeiro dia de aula na nova escola, chorei, logo que minha mãe virou as costas, pois me senti só.

Fato é que essas estruturas, aparentemente, veladas, vão se destrinchando no trato com os alunos. Talvez, esta fosse minha percepção particular, mas quando me recordo daquele ano, enxergo crianças ocupando espaços diferentes na pirâmide social. Algumas atitudes, que por vezes, eram extremamente censuradas para alguns, eram aceitas por outros.

Outra situação, que sempre fica fresca em minha memória, já no 6º ano do ensino fundamental II, também, em uma escola particular, todavia, mais democrática, foi a visita a casa de um escritor conterrâneo que, paradoxalmente, mantinha em uma parcela do seu terreno, um pequeno engenho da época da escravatura.

Recordo-me que ele nos contou que as engrenagens pesadas do moedor de cana-de-açúcar eram movimentadas por fortes escravos. Fiquei estarecida

com a informação, quando penso a respeito disso, me vem um sentimento de estranhamento, que eu acredito ser o propósito de se replicar acontecimentos que nunca deveriam ser repetidos.

Fato é, que em uma carta de agradecimento solicitada pela professora de português, ela desconfiou que as palavras de tristeza para aquela situação não tinham sido de minha autoria e pediu para que eu fizesse outra tarefa argumentativa para que pudesse analisar. Ao terminar, ela se convenceu que eu tinha a capacidade de analisar criticamente uma situação histórica e que podemos nos indignar com desigualdades em qualquer idade. Como não dialogar com Saviani e as concepções histórico-críticas a despeito do entendimento que devemos promover aos estudantes da história brasileira, sem permeá-los de doutrinas eurocentralizadas?

Assim, me senti preparada para relatar sentimentos, não sei se por provocação ou inculcação. E nestes espaços, a leitura, a arte e a literatura fizeram parte desta formação, que ao mesmo tempo, que me colocava numa situação de inquietação a respeito do mundo, me permitia expressar os sentimentos.

Lendo Drummond, cresci com um mantra usado em momentos de dificuldades, pensamento que me acalmava: “pois tenho em mim todos os sentimentos do mundo”, de modo a me permitir, avaliar que todos podemos sentir tristeza, ira ou insatisfação diante de situações injustas. A principal questão, que ao procurar o dado poema, deparo-me com: “À parte isso, **tenho em mim todos os sonhos do mundo**”.

É impressionante, como guardamos recorte de memórias à nossa maneira. Jamais teria a audácia de questionar sonhos ou sentimentos com Carlos Drummond, mas tenho a perseverança em trazê-los à tona na minha vida.

Por isso que, o ingresso na faculdade de Pedagogia é sem dúvida o espaço onde encontro as principais respostas para esses anseios iniciais e é também onde eu me encontro com estes aspectos da minha história.

Por vezes, encasquetei se partia da escolha da área de conhecimento ideias similares compartilhadas por tantos jovens ou se, depois que ingressamos no curso, é que nossa mentalidade evoluiu a ponto de perceber o mundo fora de uma bolha desenvolvida no colégio, que se rompe com tamanha voracidade, que nos faz sonhar.

Assim, foi-me apresentado Paulo Freire, há uma mudança significativa em meu modo de pensar, quando compreendo que é fundamental diminuir a distância

entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática”.

Com esta percepção, veio o entendimento que entre aqueles educadores que estavam ali no início do esperado curso de Pedagogia no Departamento de Educação da Faculdade de Ciências, estavam os grandes exemplos de docentes. Sim, aqueles que têm sua prática tão próxima de sua concepção teórica, que até nos confundem.

Tudo que foi provocado na graduação, acabou fazendo parte da minha formação profissional. E, diante de grandes aprendizagens na Unesp-Bauru, não pude deixar de me tornar uma professora questionadora e esperançosa num futuro melhor para as crianças brasileiras. Todavia, este trabalho é pautado num momento peculiar, que me aproxima da educação popular e de outras funções que o licenciado em pedagogia pode experimentar.

Entre 2010 e 2013, ocupei a função de educadora social numa autarquia da prefeitura de Limeira, onde me deparei com situações que somaram à minha conduta profissional, como o entendimento de trabalho em rede, da multiprofissionalidade, das questões pertinentes às camadas mais populares.

Entre os aspectos necessários para a formação integral da criança, a análise de riscos de violência aos direitos adquiridos e a vulnerabilidade social são acontecimentos rotineiros na vida de jovens e adolescentes brasileiros, que estão à margem da nossa sociedade.

As indagações foram criando anseios: como propor uma pedagogia antirracista? Equitativa? Não excludente? Sem propagação de tabus? O que mais me intrigou durante esse período, foi que a principal ação desta jornada se pautava na luta contra o trabalho infantil.

Trabalho Infantil? Sim. No interior de São Paulo? Sim. Na capital das joias e semijoias? Sim. Algo que nos parece tão distante, sendo apresentado com um percentual alarmante e malefícios imensuráveis.

Assim é preciso grifar, que os dispostos a lidar com usuários do sistema público, têm de ter a consciência de fazê-lo com técnica, profissionalismo e humanidade. Tomando o maior cuidado para denunciar negligências, para contar histórias e buscar novos rumos, sem se apropriar de narrativas que não são suas. Mas, respeitando a peculiaridade de cada ser humano, analisando que o rompimento de ciclos é demasiadamente vinculado a uma sequência de ações

com equipes multidisciplinares, perpassa pela quebra de tabus (conscientização) arraigados em nosso processo histórico.

Assim, buscar o combate à naturalização ao trabalho infantil, ao acesso ao sistema educacional de ensino de qualidade, não há de ser uma tarefa fácil.

Na função magistério propaga-se uma ideia errônea de que a pesquisa consiste em buscar atividades em meios digitais e empiricamente aplicá-la aos estudantes, não significa aqui, estigmatizar que o educador não tem critérios ao reproduzi-las, contudo, é necessário um aprofundamento teórico-metodológico para o enfrentamento de violações aos direitos de crianças e adolescentes.

Em busca de realizar o tratamento de informações com estudantes do ensino fundamental, encontrei muita dificuldade em encontrar materiais que se aprofundam no tema e possibilitem uma discussão significativa.

De modo que, o ingresso no mestrado profissional visou encontrar respostas científicas para o trabalho efetivo em situações de vulnerabilidade.

E, atribuo este processo, na retomada dos estudos acadêmicos em 2017, cursando especialização na UTFPR câmpus Medianeira, como meio de rearticular as indagações que a prática educativa e os percalços que é possível se deparar como educadora, voltassem a ser esclarecidos. A partir da conclusão do curso, não pude deixar de me conectar e buscar aperfeiçoamentos na área.

No ano de 2020, morando em Botucatu, fiz meu primeiro processo seletivo no Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica -Mestrado Profissional na Unesp de Bauru, cheguei a última etapa e fiquei na lista de espera, naquele momento, fui informada da possibilidade em me inscrever como aluna especial.

Assim, cursei a disciplina de Fundamentos de Filosofia, Cultura Contemporânea e Ética para Educação Básica com o Profº Drº Eli Vagner Fernandes, a quem agradeço por ter me aceito em sua disciplina. Neste mesmo ano, comecei o curso de MBA em Gestão Escolar ESALQ/USP como discente bolsista, visando ampliar meu repertório e enriquecer o currículo para futuras tentativas.

Em 2021, realizei nova inscrição para processo seletivo no Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica e tive a honra de ter reencontrado um dos melhores professores com quem tive a honra de vivenciar meus anos de graduação.

Nesse caminho, poucos têm a sorte de contar com um bom professor, como o querido Antonio, docente da Unesp-Bauru, que na nossa turma recebeu a alcunha de “Santo Antonio”. Este ser humano singular, de quem pude me aproximar há 20 anos atrás e com quem posso me contactar até hoje, é o grande responsável por acreditar em projetos que envolvem sentimentos.

O ingresso no mestrado profissional e a possibilidade de sua conclusão, vai além da titulação, compete a acreditar em exercício consciente da função de educadora. Parafrazeando o ilustre educador Paulo Freire: "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção."

Ao permeiar sentimentos, não posso deixar de citar como parte essencial na minha formação, meus filhos. Catarina, minha menina doce, que vive todas as descobertas da vida com avidez, capacidade de imaginar e ternura, que me fala, quando sente necessário: “mamãe, se precisar de alguém que te proteja da tristeza, estou aqui”. Ela me inspira a lutar para que as infâncias sejam saudáveis, e me transforma como mãe e mulher.

O pequeno Francisco, bebê que foi muito amado em seus seis meses de vida intrauterina, sua breve existência me proporciona pensar que é possível experimentar aquilo que não se viveu com muitas saudades. De certa forma, meu menino me protege das maiores dúvidas, porque aprendemos a lutar juntos, mesmo que o resultado não tenha sido aquele que sonhamos.

E, minha sobrinha Helena, que apresenta o universo infantil com doçuras que não encontramos mais. Buscamos um lugar onde todos os direitos adquiridos para a infância e juventude sejam respeitados.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa dispõe-se a divulgar o cenário dramático vivenciado por crianças e adolescentes, que são alocados informalmente no mercado de trabalho. Para tanto contou com auxílio de informações técnico-científicas, que contribuem no combate a naturalização do Trabalho Infantil (TI), mediante sequência didática, resultando em um produto pedagógico de autoria.

A reflexão analítica que permeou este estudo, fundamenta-se na interpretação que os avanços legais ocorridos no Brasil entre os anos 80 e início do século XXI, destacando que estas regularizações, aduzem para a mudança de paradigma a respeito da infância brasileira. Conforme Carvalho (2008): “essas concepções só começaram a ser contestadas e transformadas quando se constituiu um amplo movimento em favor das crianças e adolescentes brasileiros (notadamente daqueles marginalizados)”.

Reputa-se que dentre muitas problemáticas e discussões necessárias, a respeito da conscientização de direitos das crianças e adolescentes e a função social de cada membro da comunidade em fiscalizar a sua conservação, está o duro combate travado contra a naturalização do TI.

Inobstante, é importante compreender que, os casos de negligência com o público-alvo podem ser facilmente notados em territórios que tiveram a sua história marcada por colonização de exploração. E este agravo histórico, repercute em ações desiguais pela contemporaneidade, como consequência, apresentam populações cerceadas com a má distribuição de rendas, extrema pobreza, fome e violações de direitos humanos. Para além das dificuldades em compreender as necessidades das camadas vulneráveis, a falta de consciência de classes de uma população dominada pelo eurocentrismo permite a defesa de posturas contraditórias às suas carências.

Assim, concomitante à naturalização do TI no Brasil, está a baixa qualidade no atendimento público às camadas populares, estabelecendo relações ineficazes

de enfrentamento às problemáticas encontradas e de manutenção de critérios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A partir da premissa, que o combate ao TI demanda atenção especial, o estado pandêmico que se instalou em 2020, proporcionou novas discussões a respeito da temática, considerando o tempo ocioso que as crianças passaram em casa, submetidas pela necessidade de isolamento social.

Este aspecto deve ser referenciado, dado que, indicadores levantados em publicações científicas apontam que a obrigatoriedade do Ensino Fundamental no Brasil - posteriormente ampliada até o Ensino Médio - tratada a partir da Constituição Federal de 1988, é um dificultador do uso da mão-de-obra infantil em larga escala, uma vez que, a escola começou a ocupar o tempo destinado ao trabalho.

Outros meios de combate eficazes como a criação do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) em 1996, enquanto referência de apoio intersetorial às crianças trabalhadoras são agregadores a estes índices de combate, posto que, quando amparadas em projetos sociais (no contraturno escolar) oferta-se a permanência em rotinas com brincadeiras e aprendizagens, favorecendo o afastamento do trabalho proibido.

Neste sentido, o distanciamento dos agentes públicos da educação e outras pastas de atendimento multiprofissional sugerem que a ociosidade na rotina é agravante nas relações que fomentam o uso de mão-de-obra infantil no mercado de trabalho informal.

Diante dos apontamentos destacados, levantou-se questionamentos para o direcionamento da pesquisa: as crianças têm consciência acerca dos danos que a inserção precoce no mercado de trabalho pode causar à sua saúde? O uso de um material virtual elaborado para evidenciar essa situação poderia contribuir para ampliar a discussão e propor novos caminhos?

Destarte, o objetivo da presente pesquisa consistiu em elaborar, aplicar e analisar um produto de sensibilização à temática (TI), com a proposta de suscitar a importância do debate de garantia de direitos na formação integral das crianças.

Para atingir as metas de desenvolvimento, definiu-se como objetivos específicos:

Desenvolver produto educacional;

Planejar sequência didática para aplicabilidade do produto desenvolvido;

Estabelecer percurso metodológico e de coleta de dados para validar o produto.

A hipótese criada é que o público infanto-juvenil é facilmente submetido ao TI por ser considerado mão-de-obra barata e de fácil convencimento para o ofício, já que o trabalho se torna um meio de angariar capital para supérfluos e objetos de consumo (conhecido como movimento de ostentação), a fim de manter um lugar de destaque entre os pares, numa dinâmica de autoafirmação em relação ao grupo.

Já o apoio de familiares para esta tomada de decisão, ainda que também pautado em tabus, apoia-se na suposta contribuição para a formação ética e moral (a dignificação humana) de um ser em desenvolvimento, e, por vezes, justifica-se a inclusão precoce no trabalho entre famílias que apresentam problemas financeiros. Mas destaca-se, também, a subversão da lei por fazer parte de uma concepção histórica de subserviência ao sistema financeiro

A segunda seção dedicou-se a apresentar os procedimentos metodológicos selecionados para alcançar os objetivos da pesquisa, como a escolha da base histórico-dialética, enriquecendo as discussões visando analisar as estruturas que possibilitam a perpetuação dos estigmas naturalizantes do trabalho informal (TI) no Brasil. Para cumprir esta missão, realizou-se uma série de ações resultando em pesquisa-ação participante e coleta de dados sob uma abordagem qualitativa.

Em seguida, justificou-se que os tabus e estigmas que alimentam estereótipos divulgados em nossa sociedade estão enraizados em nossas raízes formativas e, portanto, precisam ser compreendidos em sua origem. Assim, os objetivos deste estudo são cumpridos diante da metodologia histórico-dialética, ao elucidar brevemente o panorama das histórias da infância e da educação brasileira, embasando as discussões que se desenrolam na efetivação da pesquisa.

Enfatizou-se o papel da educação na quebra desses paradigmas e, principalmente, como ela tem sido pensada a partir da criação da Base Nacional Curricular Comum, evidenciando os interesses que este documento regulatório tem defendido.

A seção 3 faz um breve apanhado da história da educação brasileira, percorrendo sucintamente sobre os principais aspectos que compõem a trajetória até a contemporaneidade, destacando as pedagogias contra-hegemônicas que sustentam a pesquisa e se contrapõem aos modelos autocráticos, unilaterais e voltados para os interesses capitalistas.

Dessa forma, aprofunda-se o debate necessário para elucidar as problemáticas que envolvem a criança trabalhadora em suas diversas facetas, tratando o assunto com as estruturas e significados na formação de uma pessoa singular, que está em desenvolvimento físico, psíquico e social.

Tornou-se necessário exemplificar com clareza como as relações trabalhistas foram se delineando ao longo do tempo e em que contexto foi assegurada a idade mínima para a inserção no mercado de trabalho.

Nesta pesquisa, o debate acerca do estudante público foi relacionado às conceituações de Bourdieu ao destacar a ideia de habitus e arbitrariedade cultural, buscando compreender a falta de investimento em recursos tecnológicos para estudantes e professores da SME (Secretaria Municipal de Educação) investigada durante o ensino remoto. Ao mesmo tempo, buscou-se evidenciar as reais intenções dos discursos acalorados de investidores no ensino privado ao

defenderem o retorno presencial, retratando-se a figura do estudante do ensino público, apropriando-se de uma luta que não os representa.

Vincula-se às teorias bourdieuanas e à abordagem histórico-crítica o conceito de elite cultural, que sustenta o movimento de exclusão do estudante da escola pública como espaço de perpetuação dos conhecimentos historicamente acumulados. O ensino oferecido às crianças de baixa renda é analisado, identificando os fatores que contribuem para a evasão escolar, especialmente a ocupação laboral infantil.

Evidenciou-se a importância do conhecimento clássico para a ascensão das classes economicamente desfavorecidas e considerou-se a pandemia como agravante dessas relações desiguais, que se perpetuam ao longo dos séculos.

A construção em uma Educação em Direitos Humanos (EDH) é respaldada por pensadores como Comparato (2013), Assumpção e Leonardi (2021), que discutem os documentos regulatórios e a transversalidade do currículo como ferramentas de equalização e luta por direitos sociais.

Justificou-se o uso da literatura infantil como uma ferramenta viável para abordar diretamente o tema do trabalho informal com o público-alvo desse fenômeno de exploração

Em vias de validar o produto obteve-se uma seção que tratou de exemplificar passo a passo como ocorreu a elaboração de sua narrativa até sua versão finalizada e como ela foi trabalhada para consolidação de percepções de sua efetividade.

Para tanto, em um primeiro momento objetivou-se o diagnóstico da localidade em relação ao uso de materiais didáticos e digitais que foram usados nesta ação pedagógica. Posteriormente, descreveu-se as ações em sua sequência e leitura dos pesquisadores e a definição da proposta de alteração do contexto.

O TI não é considerado um problema no município estudado, devido aos baixos índices de denúncias e registros, mas não convém pressupor que não exista, uma vez que sua realização possa estar camuflada e enviesada pela lógica que, enquanto o Ministério Público não é provocado, o problema não é verificado.

Contudo, a pandemia proporcionou aos olhares mais desatentos, a notoriedade no aumento de crianças trabalhadoras na venda de diferentes produtos nos portões das casas ou recolhendo materiais recicláveis nas ruas.

Por isso, é importante salientar que o trabalho informal, devido à proibição de mão-de-obra infantil, impossibilita mensurar e desvelar com exatidão o número de crianças em atividades laborais. Para tanto, buscou-se referências teóricas e acuidade técnica para debater o assunto.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A delimitação do percurso metodológico desta pesquisa conduziu a uma subdivisão em três fases cruciais para atender às suas proposições. O primeiro estágio envolveu a implementação de um questionário composto por quatro perguntas, denominado de atividade inicial.

A segunda etapa consistiu na análise de um produto autoral desenvolvido pelos pesquisadores, contando com a contribuição de um ilustrador voluntário, histórias narradas para sensibilizar sobre a temática em questão.

Tanto as ilustrações quanto as narrativas foram concebidas para impactar os alunos das séries finais do ensino fundamental em relação à Tecnologia da Informação (TI). Para a coleta de dados, optou-se pela técnica de fotos faladas, designadas neste trabalho, como atividade final, visando avaliar se houve uma mudança significativa na compreensão dos malefícios associados à inserção precoce no mercado informal de trabalho.

No dia da aplicação da sequência didática contou-se com 69 respondentes matriculados no quinto ano de uma escola pública de uma cidade de médio porte no interior paulista.

2.1 Tipo de Pesquisa

Tratou-se de pesquisa com abordagem qualitativa, de natureza aplicada e objetivos explicativos. Os procedimentos metodológicos adotados foram: aplicação de questionários, produção de autoria de E-book e análise de mudança de contexto com a metodologia photovoice (fotos narradas). A pesquisa qualitativa apresenta uma análise sintética acerca dos dados coletados.

Godoy (1995, p. 21) apresenta que diante da escolha por esse tipo de pesquisa é possível identificar que: “um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada”.

2.2 Local de Pesquisa

Ao discorrer a respeito da localidade, é necessário descrever, que se trata de um equipamento público municipal, inaugurado há cerca de dois anos, localizado em um bairro suburbano no interior paulista, no qual, as situações de precarização de serviços e qualidade de vida se aproximam da realidade de grande parcela das crianças brasileiras.

Destacou-se, que até o início de 2020, os estudantes precisavam se deslocar para escolas próximas e fazer uso de transporte coletivo, não sendo a situação mais aconselhável, fazendo necessário o entendimento da mudança de localidade.

A infraestrutura predial foi pensada para propiciar um ambiente agradável, todavia a falta de arborização no bairro, assim como a ausência de espaços verdes pela escola são características marcantes e propícias a impressão de sensação térmica maior que outras localidades da referida cidade.

Os recursos didáticos e paradidáticos são escassos, não há grande acervo, limitam-se a alguns exemplares, que foram doados por grupos de professores, outras unidades escolares e entidades assistenciais.

A escassez também se caracteriza na manutenção dos recursos humanos, que é parte essencial da propositura pedagógica, desestabilizando o andamento das atividades e garantia de acesso da grade curricular adotada, dado que o intervalo de permanência dos estudantes na unidade escolar é de dez horas diárias.

A grade curricular é composta pelos componentes obrigatórios em conjunto com a parte diversificada, nomeada como experiência na área de ensino, mediante disciplinas eletivas, sendo: I - Orientação de Estudos; II - Linguagem Artística; III - Experiências Matemáticas; IV - Recreação e Atividade Lúdicas Esportivas; V - Educação Ambiental; e VI - Língua e Cultura Inglesa; orientadas pela Base Curricular Nacional Comum - 2017, para elucidar não só o conteúdo, mas as ações e concepções pedagógicas que permeiam os projetos de intervenção da equipe.

A escola de tempo integral com espaço limitado, sem atrativos culturais e artísticos, além da falta de profissionais com formação para estimular atividades lúdicas e corporais, perde seu magnetismo.

2.3 Participantes

No dia da aplicação da sequência didática, contou-se com 69 respondentes, matriculados em duas turmas de 5ºs anos (A e B) do Ensino Fundamental, de uma escola de tempo integral, numa cidade de médio porte no interior paulista. A participação foi voluntária, o dia da intervenção foi informado previamente aos estudantes e seus responsáveis assinaram espontaneamente sua participação.

Convém destacar aqui, que cada turma é composta por 35 educandos, havendo uma ausência. O planejamento da atividade considerou a duração de 2 horas/aulas, no contraturno das disciplinas regulares da grade curricular.

Enquanto regente das aulas de Oficina de Produção de Textos ocorridas no mesmo dia para as duas turmas, possibilitou-se que as intervenções ocorressem no mesmo dia.

2.4 Instrumentos de Coleta de Dados

O local de aplicação da sequência didática ocorreu na sala de informática que conta com 35 computadores. Antes da aplicabilidade, realizou-se testes de funcionamento dos equipamentos, sendo necessária a reposição de alguns instrumentos com auxílio da gestão escolar, empréstimo de aparelhos da biblioteca. É essencial que seja feita a verificação antecipada dos recursos para aqueles que se propuserem a reproduzir a ação.

As abas foram mantidas abertas para facilitar o manuseio dos respondentes: a atividade inicial, o PDF com o produto educacional e atividade final para auxiliar o entendimento dos estudantes. Ressaltamos aqui, a escolha pela realização online, considerando o baixo custo, dado que nem sempre é possível contar com a impressão das atividades. Para que sua acessibilidade e propagação por aqueles que queiram reproduzir a ação sejam mais fáceis.

Descrição das ações realizadas:

1. Apresentação da sequência didática (Pesquisadora- participante)
 - Tempo previsto: 15 minutos
 - Esquematização das etapas e escrita da rotina na lousa
 - Apresentação do tema a ser desenvolvido
2. Atividade inicial
 - Tempo previsto: 10 minutos

Questionário com 4 perguntas fechadas com alternativas: concordo ou discordo.

- Plataforma Google Formulários

3. Apresentação do produto educacional

- Leitura Silenciosa - Tempo previsto: 15 minutos
- Leitura Regida - Tempo previsto: 10 minutos

Ferramenta digital: E-book de autoria em formato PDF.

4. Atividade final

- Tempo previsto: 30 minutos
 - Metodologia de fotos narradas com uso de imagens de crianças trabalhadoras para que os respondentes pudessem analisar sentimentos causados diante de fotografias com crianças trabalhadoras. Espaçamento para respostas livres e espontâneas, após a aplicação do produto.
- Tempo previsto: 10 minutos
 - Pesquisa com duas perguntas fechadas, a respeito do produto aplicado para apuração de percentuais de aceitação.

- Tempo previsto: 10 minutos

Finalização da atividade com agradecimento pela participação e encerramento da intervenção.

O delineamento do produto educacional e seus desdobramentos resultam num referencial de aplicabilidade, no qual sugere-se uma sequência pedagógica com questionário inicial, leitura do E-book, metodologia do photovoice, e avaliação final, alinhado às proposituras pedagógicas e técnico-científicas estudadas e discutidas neste estudo, demonstrado sua validação na quinta seção desta dissertação.

2.5 Procedimentos de coleta de Dados

A aplicação de questionários demandou atenção aos diferentes percalços, que podem ocorrer no meio de sua elaboração e aplicação. Ao definir o seu uso, foi preciso alinhar tipos de perguntas (abertas e/ou fechadas; dependentes ou

independentes entre si); além de considerar a manutenção da atratividade dos respondentes à finalização do processo, averiguando a extensão das questões e “a familiarização com as formas de expressão do grupo”. (GIL, 2019, p. 138).

Assim, ocorreu a aplicabilidade de um questionário elaborado à luz de Vilani (2007), por discutir as naturezas de trabalhos que empregam mão-de-obra infantil em maiores incidências no Brasil; que embora proibidos, são socialmente aceitos em nossa sociedade.

Com o objetivo de delinear a percepção dos entrevistados a respeito da temática, o questionário foi estruturado por alternativas “sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações dos sujeitos pesquisados, a fim conhecer a opinião destes sobre o assunto estudado”. (SEVERINO, 2017, p.134).

O questionário de percepção inicial foi composto por questões fechadas de múltiplas escolhas, apresentando linguagem objetiva e acessível para atingir um maior número de respondentes de diferentes faixas etárias e escolarização.

Posteriormente, à leitura do E-book, propôs-se a provocação dos sujeitos diante do tema, sensibilizando-os e esclarecendo os malefícios encontrados na inserção precoce de crianças no mercado de trabalho. Para esta finalidade, fez-se uso de uma técnica conhecida como *photovoice*.

Tratou-se de uma ferramenta, onde a escolha de lugares e imagens, faculta aos estudantes o reconhecimento dos espaços geográficos, seus pertencimentos e as relações sociais desiguais. O recurso de narrativas que surgem por meio de imagens, foi adaptado com o uso de fotos retiradas da obra “Êxodos” de Sebastião Salgado (2000) para suscitar a opinião dos respondentes, dando enfoque neste estudo nas conjunturas incômodas, que o TI pode estimular, quando captadas via percepção do registro fotográfico.

Ao analisar a aceitação do grupo a despeito do livro aplicado, a vistas de validá-lo, realizou-se um questionário estruturado com perguntas fechadas.

É uma parte do processo técnico de análise estatística, que permite sintetizar os dados de observação, conseguidos pelas diferentes categorias e representá-los graficamente. Dessa forma, poderão ser melhor compreendidos e interpretados mais rapidamente. (MARCONI E LAKATOS, 2017, p.167).

A análise de dados ocorre mediante o esclarecimento da metodologia dialética ao propor o rompimento de um estigma estruturado socialmente,

portanto, toma por base Vilani (2007), Chauí (2000), Salgado (2000), denúncias apresentadas ao Ministério Público e a leitura de Termos de Ajustes de Condutas por órgãos colegiados, visando isolar para compreender as contradições entre os documentos regulamentares, as pautas legislativas, a percepção dos pesquisados e os estigmas que permeiam o TI. (Parágrafo colado de outra seção).

2.6 Procedimentos Éticos

A inscrição do instrumento de coleta de dados na Plataforma Brasil foi realizada mediante carta de apresentação e assentimento aos pesquisados e seus responsáveis, constando a importância da pesquisa e a necessidade da seriedade e sinceridade nas escolhas da alternativa.

Em conformidade com as resoluções 466/12 de 12 de dezembro de 2012 e 510/16 de 07 de abril de 2016, considerando que pesquisas com seres humanos envolvem a ética como construção humana e histórica ressaltando, assim, a importância em mitigar riscos na intervenção pedagógica.

O TCLE (Termo de Consentimento Livre Esclarecido) foi estruturado mediante estas orientações, assim como o TALE (Termo de Assentimento Livre e Esclarecido), no qual justificativas, objetivos, procedimentos, riscos e desconfortos, acompanhamento antes, durante e depois da pesquisa são esclarecidos e escritos para atingir o público-alvo, elucidando meios de contato com os pesquisadores para responder possíveis dúvidas.

De modo a conferir o direito à liberdade e autonomia em participar ou não da pesquisa, assim como a possibilidade do respondente em interromper sua participação a qualquer momento, independentemente de assinatura anterior ao TCLE e ao TALE, buscando cessar incompatibilidade com a proposta de pesquisa em dar autonomia aos entrevistados.

2.7 Delineamento das Etapas da pesquisa

A intervenção pedagógica pautou-se na garantia de orientação do grupo para desmistificar estigmas e tabus, na preservação de opiniões e imagens, de modo que não houve constrangimento em nenhuma etapa.

O tempo para a atividade foi pensado ao observar duração em práticas similares e os responsáveis informados constantemente das etapas cumpridas e do andamento da pesquisa e participação de seus tutelados.

Ao ressaltar a importância de aplicar estudos coerentes atrelados às questões institucionais, que surgem no exercício da profissão e manifestar as problemáticas que envolvem o cotidiano escolar, articulando-o ao programa de mestrado profissional, estabeleceu-se que o local de pesquisa é também o espaço de aplicabilidade do produto elaborado.

Resultou-se, então, em uma escolha minuciosa, sendo selecionado em conformidade com as especificações levantadas em referenciais teóricos, salientando que a proximidade das crianças oriundas das zonas periféricas permitiu um retrato fidedigno das interpelações do estudo, por serem alvo de maiores incidências de situações de riscos (referentes aos casos de baixa e médias complexidades) e registros de denúncias em violações de seus direitos (alta complexidade).

A seleção de procedimentos metodológicos culminou na posição de pesquisadora-participante com todas as relações que permeiam os entrelaçamentos profissionais e o ambiente de trabalho.

Na observação participante, o observador tem papel ativo: ele participa da vida da comunidade que é objeto de sua pesquisa; ele se constitui membro da comunidade de forma natural, quando pertence à própria comunidade. (GIL, 2019, p. 315).

Ademais, considerou-se analisar os documentos que regulamentam e amparam o funcionamento da unidade escolar, atentando para importante relação que deve existir entre os órgãos colegiados do poder público, a gestão democrática e descentralizada, que permitem um trabalho efetivo no ambiente institucional. Assim, como a conscientização de cada membro deste agrupamento quanto ao atendimento de suas funcionalidades.

Em relação à unidade escolar, referenciou-se a importante ação de identificação e encaminhamento de crianças e adolescentes em suspeição de práticas laborais no mercado de trabalho informal. Este tipo de verificação possibilita apreciação analítica-reflexiva diante do tema estudado.

3 O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

Antes de apontar detalhes a respeito da gênese do Trabalho Infantil no Brasil, é preciso compreender como as relações laborais têm se desenhado em diferentes momentos de lideranças políticas e seus programas de governo.

Fez-se necessário distinguir diferentes formas de contratações trabalhistas, como formal, informal e subtrabalho, entre outros tipos de convênios profissionais na contemporaneidade: “os obstáculos reais enfrentados pelo trabalho, no presente e no futuro próximo, podem ser resumidos em duas palavras: flexibilização e desregulamentação” (MÉSZÁROS, 2005, p.33).

Portanto, designou-se a concepção de trabalhador, sob a ótica do professor Antunes (2004, p. 102), ao destacar que:

Todo trabalhador produtivo é assalariado e nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora, vista de modo ampliado, deve, em nosso entendimento, incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados.

Ao pensar o trabalho como fractal significativo e complexo no sistema capitalista, é preciso relacioná-lo às especulações mercadológicas que permeiam sua reestruturação em momentos de crise e as consequências enfrentadas pelas populações vulneráveis.

É preciso estabelecer, que as conexões trabalhistas no movimento pós-industrial são tidas como ferramentas de compreensão destas associações até o momento. Durkheim (2013) destaca que a fragmentação do trabalho nas fábricas, onde cada profissional tem uma função, cria uma dependência entre os membros trabalhadores, formando metaforicamente uma teia conectora. Deste ponto de vista, o trabalho teria a função de organizar a sociedade.

Ao designar as contribuições marxistas a respeito do trabalho, defere-se que sua percepção é ampla e radical. Radical no sentido de que propõem questões fundamentais sobre a singularidade humana. (SAVIANI, 2003b).

Marx (2013) enxerga que a relação entre capital e trabalho (resultado do esforço do operário) é uma sustentação mútua, embora haja o seu estranhamento (devido a separação do produto ao produtor). Num segundo momento, eles se excluem, quando o operário entende que o capitalista é a negação da sua

vitalidade, ao mesmo tempo que o burguês se enxerga numa posição superior ao operário.

O terceiro momento é a exclusão, o capitalista e o próprio capital, não existe sem o esforço do trabalhador. Para o autor, a super fragmentação é na verdade um movimento de exploração, que resulta na alienação do trabalhador, que não conhece os processos do produto. Ele não é dono dos meios de produção, ele sequer compreende a completude de suas ações.

Esta exploração massiva culmina na luta de classes, em que a parcela dominante exige mais produção enquanto a dominada está em constante processo de perda de força e direitos. Isto não significa que o autor seja contra o trabalho ou a manutenção da engrenagem social, ele busca uma lógica consciente, na qual o trabalhador deve apreender a sua força de trabalho.

O professor Paulo Freire ao elaborar uma concepção libertadora, enxerga que a educação tem a função de libertar o homem da sua opressão - do lugar de oprimido, vislumbra a escola como ferramenta educativa de igualdade social, considerando que o homem precisa ser autônomo, consciente de si no mundo.

Antunes e Alves (2004) destacam que a funcionalidade desempenhada pelo terceiro setor na fomentação de mão-de-obra barata angariada pelo mercado, retroalimenta o sistema capital, uma vez, que a terceirização abarca empregados demitidos de suas vagas formais e lança-os a postos de trabalhos precários, carentes em direitos.

Ao mesmo tempo em que denunciam uma ação atroz contra o trabalhador, observa-se que, estando excluído e marginalizado do ambiente de serviços, ele aceita a contratação precária. Vislumbra-se o sentimento de persona grata pelo seu retorno ao mercado, mesmo que em condições inferiores às contratações passadas.

Corroborando com Meszáros (2005), o capital se reinventa em sua própria crise, propulsionando a sua expansão sistemática, na base de suas adversidades. O fato de se recompor dentro do seu próprio sistema, não representa que ele consiga solucionar suas contradições, ao contrário, elas explodem dentro de sua organização, respingando em problemáticas sociais.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho no século XX, decorrentes da sua estrutura mercantil correspondem às necessidades do sistema capital, exemplificados nos avanços tecnológicos, no ingresso feminino ao mercado de trabalho, no aumento da empregabilidade formal, que abriram

espaços para novas relações empregatícias, determinados por contratos temporários, subempregos e altas taxas de desempregos.

“Verificou-se, portanto, uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho.” (ANTUNES, 2009, p.205).

Ao trazer a temática para a realidade brasileira, reportaram-se as conexões trabalhistas, mediante a chegada dos portugueses, assim permitiu-se a inspeção de que a elite ignora desde os primórdios, os trabalhadores; primeiro submetidos a condição de escravo, concomitante e posteriormente, grupos de camponeses explorados e no último um século e meio a classe operária; os quatro séculos de escravidão são coroados com a angustiante marca brasileira, de ter sido o último país do mundo a abolir o sistema escravagista.

Compreender as relações de trabalho, a partir da ocupação do território tupiniquim é recordar-se que de imediato, há a tentativa de escravização do povo nativo em troca de quinquilharias. Com a chegada dos africanos e o uso de mão-de-obra compulsória atrelada à captura, mercado humano e castigos, como principal fonte de emprego em grandes fazendas de engenho, a base da economia brasileira, ainda que colonizada por Portugal, mostra a face mais cruel de sua sustentação.

Salienta-se ainda, que o fim da escravatura corresponde ao rompimento de contrato de posse, à liberdade do cativo, mas não a garantia de salário, de meios de sobrevivência. É mais próximo de um abandono, que exatamente, de uma vitória (MARIGONI, 2011).

A história do trabalho no Brasil carrega o processo da exclusão, quando se ignora o trabalho escravo como fonte da construção da sociedade brasileira. De modo, que ao postergar a gênese e historicidade do trabalho e ofuscar partes importantes do processo de construção, nega-se sua própria constituição.

A insciência que se apropria da história brasileira é notada, quando a força de um povo que edificou o Brasil é descartada, mas ela não ocorre por representar barbáries que estão enraizadas na nossa sociedade. Evita-se por anular e excluir alguns contextos, como meio de camuflagem das desigualdades que se repetem por séculos.

A aceitação do TI no Brasil ocorre, por estarem arraigadas em estruturas e credences incorporadas ao longo do tempo por nossa sociedade.

No Brasil Colonial e Imperial (1500 - 1889), onde a exploração infantil era aceita e justificada por toda a sociedade, por exemplo, a exploração do trabalho de crianças indígenas e africanas, pois não existia o

sentimento de infância, havia um processo de desumanização (LINHARES, 2016, p.31).

De modo que, discutir as questões que transcendem a criança trabalhadora é, também, afrontar crenças e achismos reverberados pela sociedade. As estruturas do Brasil Colônia dão origem à genética da aristocracia industrial que começa a se formar no final do período imperial e se expande e consolida no século XX. Na era industrial, as proposituras legislativas a favor dos trabalhadores, eram barradas mediante argumentos discursivos, de que os serviçais estavam felizes e sentiam-se harmoniosos em suas ocupações.

Todavia, na realidade apontava-se os altos índices de desemprego, nível baixo de exigência de formação profissional, pouca organização sindical, que culminaram na submissão aos baixos salários e condições até subumanas de trabalho.

Pode-se afirmar que as condições sócio-históricas de formação da sociedade brasileira contemporânea, como vem sendo pontuado neste trabalho, não favorece a capacidade da classe trabalhadora de se firmar na sua capacidade de classe. Para Guareschi (1992, p. 44),

as capacidades de classe, isto é, o poder das habilidades das classes conseguir concretizar seus interesses. Individualmente, os trabalhadores geralmente possuem capacidades de classe muito exíguas: eles competem no mercado de trabalho, possuem poucos recursos, são extremamente vulneráveis à repressão por parte dos empregadores e do estado.

Os paradigmas que permeiam o TI têm de ser analisados pelo prisma da exploração pelos grupos sociais dominantes dos grupos sociais subalternos, sendo preciso compreender que esta problemática é alvo de discussões entre os trabalhadores brasileiros há muito tempo e há registro de reivindicações ao combate desde 1912. Em 1920, à exemplo, fizeram forte oposição a chamada “Lei das Férias”:

Processo de superexploração do trabalho, dado pela articulação de baixos salários, uma jornada de trabalho prolongada (nos períodos de ciclo expansionista) e de fortíssima intensidade, dentro de um padrão industrial significativo para um país subordinado (ANTUNES, 2009, p. 232).

Assim, se constituiu perfis de subordinações e subordinados brasileiros, com base em ligações espúrias, verticalizadas e ações pautadas exclusivamente em lucros ao patrão, de acatamento de ordens por parte do contratado e autoritarismo por parte do contratante.

Sob a ótica do professor Antunes (2009) a contextualização do trabalho como ferramenta de ascensão social, de remuneração e sobrevivência no sistema capital, possibilita apurar como esta situação se desenrola na vida de crianças e adolescentes.

Há questões incutidas no inconsciente coletivo da sociedade; as crianças e adolescentes, ao serem preparados para o sucesso e crescerem na cultura da competitividade, atrelam-se à ideia de que ser bem-sucedido está diretamente relacionado ao seu poder de compra. Suas mentes são ocupadas com a necessidade em consumir indiscriminadamente. Mas se assim não fosse, qual seria a forma de se pensar vivências produtivas?

Conforme Antunes (2004, p. 193): “se a produção destrutiva fosse eliminada e a produção social fosse voltada não para a lógica do mercado”, vislumbra-se a produção de coisas socialmente úteis, pautadas nos valores de uso, não nos valores de troca, superando, assim, a produção societal.

A pauta do mercado é a logicidade do consumo, contudo a fundamentação da empregabilidade traz condicionantes pautadas em preconceitos perpetuados ao longo do tempo. Os apontamentos são para a ocupação desigual por gênero, etnia, nacionalidade e a discrepante maneira de tratamento, remuneração e relações trabalhistas no Brasil.

Trabalho e desemprego, trabalho e precarização, trabalho e gênero, trabalho e etnia, trabalho e nacionalidade, trabalho e corte geracional, trabalho e imaterialidade, trabalho e (des)qualificação, muitos são os exemplos da transversalidade e da vigência da forma trabalho (ANTUNES, 2007, p. 159).

O autor salienta ainda que, a fragilidade a qual, se submete o trabalhador com contratos que lhes ceifam os direitos traz agravantes, destacando a intensificação das desigualdades sociais, culminando em problemáticas como o aumento da subproletarização.

Considerou-se debater preceitos transmitidos ao longo das gerações, pois essas são lutas contínuas que não podem ser vencidas pelo cansaço. Neste sentido, ao se discutir com persistência o TI, reflete-se a busca em erradicá-lo. “O trabalho infantil não é um fenômeno novo no Brasil, visto que, desde o início da nossa colonização, crianças negras e indígenas se submetiam às piores e mais perigosas formas de trabalho” (LIMA, 2018, p.1).

A demanda e a procura por mão-de-obra infantil são pontos que precisam ser analisados, reforçando os artigos específicos na legislação vigente que

protege crianças e adolescentes dos abusos ocasionados mediante a ação de trabalho.

Os documentos legais e regulamentares que abordam o tema do trabalho infantil são consistentes com a erradicação de sua existência e incluem: Constituição de 1988 (Capítulo VII do Título VIII); Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); Convenção dos Direitos da Criança – Carta Magna; Convenção nº 138; Convenção nº 182; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Lei nº 8.069, 1990 legislação de referência para os direitos de crianças e adolescentes; Lei do Aprendiz – Lei nº 10.097, 2000.

Destaca-se, aqui, a respeito da inserção no mercado de trabalho, como aprendiz, a partir do artigo 61 do quinto capítulo do ECA:

Art. 61. A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei. Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnico profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor. Art. 63. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios: I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; III - horário especial para o exercício das atividades. Art. 64. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem. Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários. (BRASIL, 1990).

Mesmo assim, o Brasil apresenta altos índices no uso desta força de trabalho. A história da criança brasileira se compromete com a trajetória do TI, em escala universal ela ganha força na era industrial:

Marx, em 1867, já descrevia algumas das causas do trabalho infantil. Segundo ele, com o advento das máquinas, reduz-se a necessidade da força muscular, permitindo agora o emprego de trabalhadores fracos ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. (KASSOUF, 2007, n.p.).

O conceito que deve ser compreendido por responsáveis, profissionais da área da educação, saúde, serviço social e pela comunidade em geral é que o TI é um crime, é uma violação dos direitos das crianças e adolescentes, que impõem desafios para o seu enfrentamento e como uma infração deve ser olhada e combatida como tal.

É importante ressaltar que esse ciclo é perpetuado pela prevalência dos interesses da classe social mais abastada em detrimento dos direitos das famílias menos favorecidas financeiramente, inclusive a garantia da “formação integral” de “seres em desenvolvimento”, conceitos destacados posteriormente no ECA (1990).

Entre a promulgação de uma lei para imposição de um direito e sua efetivação há um hiato muito grande. A mudança da cultura predominante de reconhecimento e privação de direito exige um processo pedagógico longo de mudança de crenças, representações ideologizadas e de práticas sociais dos indivíduos e da coletividade, enfim, de toda a sociedade.

As grandes proporções de perdas dos direitos fundamentais e da concessão de políticas públicas em relação à população vulnerável, em especial, as crianças e adolescentes. O desmantelamento das leis adquiridas mediante constantes lutas, favoreceu o aumento do desemprego, redução de salários e diminuição de direitos.

Então, o que se vê não é o fim do trabalho, e sim a retomada de níveis explosivos de exploração do trabalho, de intensificação do tempo e do ritmo de trabalho. Vale lembrar que a jornada pode até reduzir-se, enquanto o ritmo se intensifica. E é exatamente isso que vem ocorrendo em praticamente todas as partes: uma maior intensidade, uma maior exploração da força humana que trabalha. (ANTUNES, 2009, p.202).

Neste período de recessão e crise, o que se presenciou foi o aumento de trabalhadores autônomos. A verdade que todo o discurso utilizado para a reforma trabalhista em 2017, se esbarra no fato que:

Mesmo que os salários fossem um problema para as margens de lucro, outras variáveis poderiam ser buscadas como solução (política fiscal, crédito para consumo), etc. Se a acumulação produtiva estivesse apertada e a desigualdade estivesse se reproduzindo via capital rentista, mais uma vez, salários não precisariam ser sacrificados para retomada da acumulação produtiva, mas as fontes do rentismo. (KREIN et. al, 2019, p.30).

No enalço pela compreensão a respeito dos motivadores que levam crianças e adolescentes ao ingresso no mercado de trabalho fora da idade, Silveira (2019) considera quatro fatores sendo eles: a extrema pobreza, em que os responsáveis por estas crianças estão submetidos, a ponto do TI ter aumento significativo, quando as condições sociais de famílias vulneráveis crescem com crises econômicas do país; o sistema educativo ineficaz e excludente que são ofertados às crianças da periferia; valores éticos que relacionam a prática laboral (produtividade) com a dignidade humana e o interesse de ingresso precoce por este público no mercado de trabalho para obtenção de poder aquisitivo como forma de autoafirmação entre seus grupos.

Notou-se que todos os aspectos apontados pelos autores há duas décadas, criam mais forças no período pandêmico, inclusive, a questão de

engajamento entre os grupos de sua faixa etária, dado que diante do isolamento, os espaços de socialização, aprendizagens e trocas passam a ocorrer, preferencialmente, por meio do uso de ferramentas tecnológicas e aqueles que detêm maior renda, são os que estão conectados com mais qualidade de dados e imagens.

Se por um lado, o TI é visto com bons olhos para a criança pobre, os mesmos defensores desta prática sugerem que seus filhos e netos tenham escolarização, esportes, lazer, acesso à cultura, domínio de línguas e recursos tecnológicos como meio de evolução para a vida social e profissional. E este é um questionamento que coloca em xeque os tabus que rodeiam a aceitação do TI, por que esta prática serviria para alguns e não para outros?

É importante desmistificar todos os emaranhados do TI e visualizar as capacidades atuantes de políticas públicas no seu enfrentamento e entendimento, esclarecendo que ao se recuperar crianças e adolescentes do trabalho informal, abre-se um leque de possibilidades para sua formação institucionalizada e assistida, assim como, para sua promoção social.

O público infante-juvenil encaixa-se na categoria não capacitada de oferta mão-de-obra barata, o que os coloca em situações de exposição e riscos. Destaca-se que o TI não é funcional para suprir as condicionantes que levam ao seu ingresso precoce.

“Ela é uma joia rara, o trabalho não a desanima na escola”, é assim que o repórter define o desempenho de uma adolescente de 15 anos, que trabalha no mercado informal de joias e folheados em um município de porte médio no interior paulista.

A reportagem veiculada em rede televisiva permitiu que os holofotes se virassem para a denúncia gravíssima feita ao Ministério Público, após a publicação da dissertação de mestrado de Ferreira (2005), onde apresentava gritante número de crianças em situação de trabalho infantil naquela localidade.

E, é mediante a provocação do Ministério Público que se torna possível, analisar as ações estabelecidas em rede como meio de acareação da situação. Em destaque, as atribuições dadas aos professores das redes municipal e estadual, que em conformidade com as proposituras pontuadas por comissão específica, exige papel participativo na identificação, encaminhamento e multiplicação de conhecimentos e orientações técnicas.

No entanto, é importante esclarecer que nem sempre a equipe profissional está convencida da necessidade de manter a criança fora do mercado de trabalho informal, o que ressalta a importância da formação continuada do grupo, a fim de estabelecer critérios que colaborem na efetiva diminuição do público infanto-juvenil ocupando postos de trabalho informais.

A criança submetida ao TI não consegue verba suficiente para superar o estado de fome e pobreza de sua família, acaba por evadir-se completamente das instituições escolares, mesmo diante de uma escola de baixa qualidade, distancia-se ainda mais da possibilidade de um futuro tranquilo, situação conhecida como “ciclo vicioso”.

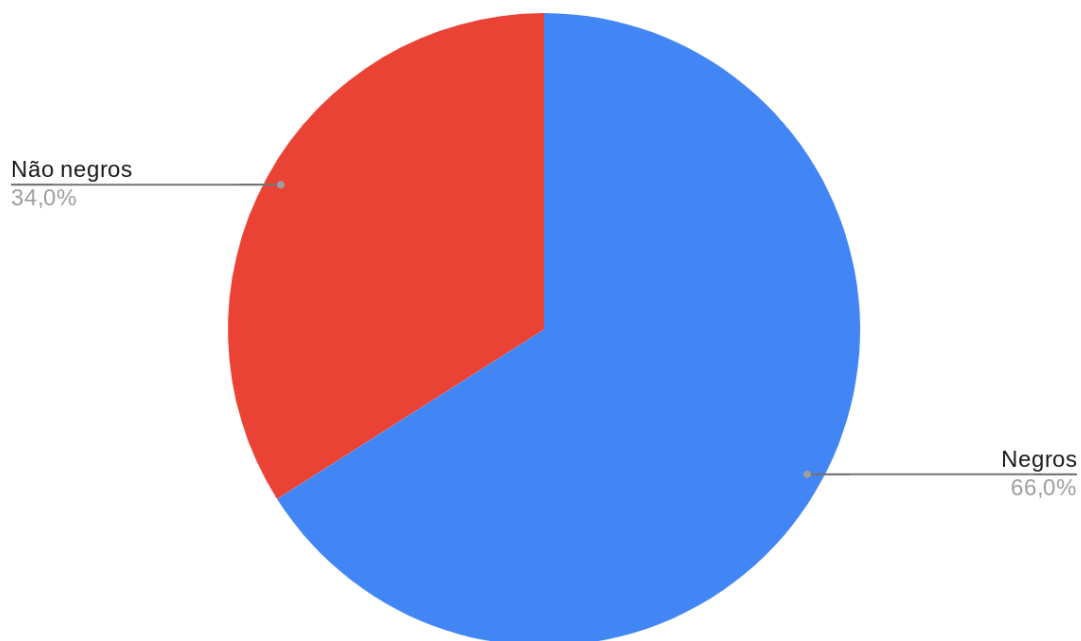


Gráfico 1 – Incidência de TI por cor
Fonte: IBGE. PnadC Anual Elaboração: FNPETI

O gráfico que representa o número de crianças trabalhadoras por cor justifica a análise de que nascer negro no Brasil se relaciona com a proximidade do público infanto-juvenil são 66% em relação a 34% daquelas que têm outras origens étnicas. Cabe salientar aqui, que a conceituação de cor para o IBGE: “é quem se auto-declara preto ou pardo. Embora a ancestralidade determine a condição biológica com a qual nascemos, há toda uma produção social, cultural e política da identidade racial/étnica no Brasil. (OLIVEIRA, 2004, n.p.)

Quando considerada a localização, distinguindo-se entre zonas urbanas e rurais, percebe-se um número muito maior de trabalhadores infantis no campo, que pode ser compreendido pela dificuldade de fiscalização frequente.

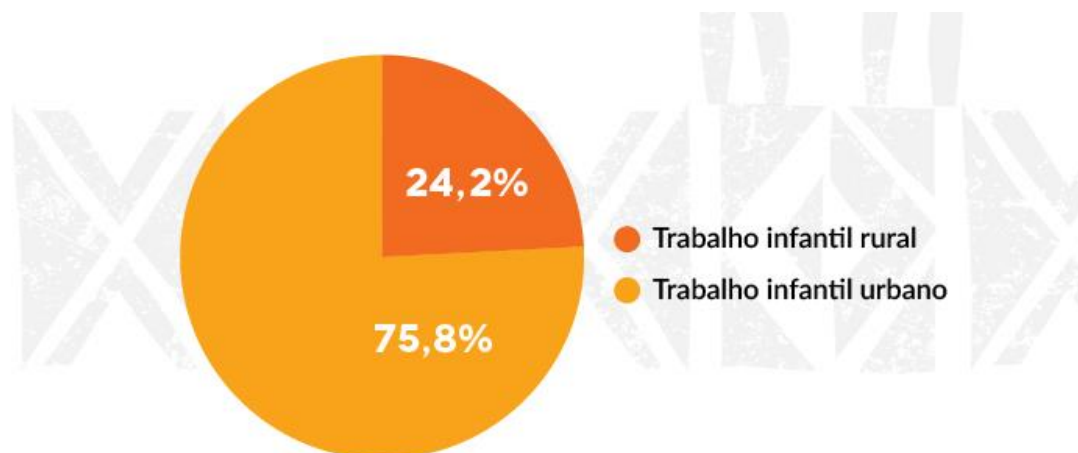


Gráfico 2 – Incidência de TI por localização
Fonte: IBGE. PnadC Anual Elaboração: FNPETI

Contudo, ao contrário da romantização reverberada por discursos do trabalho como meio de proporcionar um futuro digno, a criança trabalhadora da zona urbana é vista com desconfiança e sua figura é atrelada ao exercício infracional de furto e roubos.

O baixo rendimento financeiro de um dia de serviço, não lhes possibilitam a compra dos objetos e recursos que gostariam, o pouco dinheiro adquirido em uma árdua rotina, serve para contribuir no pagamento das despesas da casa.

Assim também ocorre, com as crianças e adolescentes que são inseridos no mercado de trabalho na zona rural, expostos fisicamente em período árduo de trabalho. A criança que desempenha práticas laborais está propensa a riscos para sua saúde física, mental e cognitiva. O TI é a porta de entrada para outras violações durante o exercício das atribuições que lhes são designadas.

3.1 O TI na contemporaneidade

A condição de trabalho infantil (TI) em que se encontram crianças e adolescentes brasileiros refletem a falta de conhecimento a respeito do assunto, de fiscalização dos fatos e de promoção social às famílias que têm seus direitos negligenciados pelo Poder Público.

Nicollella et. al. (2008, n.p.) destacam que: “apesar da existência de fatores culturais ligados ao trabalho infantil, o principal motivo associado ao trabalho das crianças é a baixa renda *per capita* familiar”.

Em janeiro de 2021, os índices divulgados pela imprensa brasileira indicavam uma queda de 16,8% no número de crianças e adolescentes trabalhadores em comparação aos dados de 2015.

Entretanto, em 12 de junho, dia nacional e mundial de combate ao TI, a Unicef destacou que pela primeira vez em duas décadas, a inserção precoce no mercado de trabalho aumentou, atingindo no mundo inteiro o número de 160 milhões de crianças e adolescentes. A situação torna-se mais alarmante, quando considerada a projeção feita para 2022.

O diretor-geral da OIT (Organização Internacional do Trabalho) enfatizou a importância da mobilização social para enfrentar essas circunstâncias degradantes. Não podemos permitir que uma nova geração de crianças seja colocada em risco, e é essencial direcionar o olhar para o encontro frequente com crianças trabalhadoras (UNICEF, 2021).

É preciso discorrer a respeito dos qualificantes do TI em conformidade com a legislatura brasileira, conforme

Nas tratativas realizadas mediante reuniões multidisciplinares em redes municipais, nos Conselhos Regionais, Estaduais e demais esferas públicas que acolhem crianças e adolescentes, é grifada a importância do trabalho efetivo na conscientização de crianças e adolescentes a respeito dos riscos acarretados pelo TI.

Assim, como a identificação e fiscalização de atravessadores em empregos informais, dos próprios familiares e cuidadores das vítimas, para que estejam cômnicos que essa interposição é uma violação de direitos de crianças e adolescentes sujeita a punição judicial.

Sendo importante ressaltar, que habilidades cognitivas podem estar comprometidas devido a prática do trabalho precoce e, ao mesmo tempo, que essa situação se reflete no ambiente escolar, também, exige que seja debatido e combatido em seu meio e discutido dentro das relações familiares e de tutela.

Ao transpor a fala do diretor da OIT à realidade da sociedade brasileira, é possível destacar que aqui, não houve uma única geração de crianças e adolescentes que passou ileso ao TI. Entretanto, é necessário fazer uma breve

análise de como os documentos legais foram se modificando, de modo a assegurar direitos de preservação à vida.

No Brasil, entre a CLT (1943) e a promulgação da Constituição Federal (1988) estipulam-se novos parâmetros acerca dos direitos e deveres dos cidadãos, servindo como base para a elaboração do Estatuto das Crianças e Adolescentes (ECA-1990).

Assim, há uma mudança paradigmática, conforme aponta Kassouf (2015, n.p.):

Após o trabalho infantil ser largamente discutido entre escritores e pensadores do século XIX, o tema passa a ser negligenciado por economistas durante muito tempo.¹ O interesse em pesquisas e análises econômicas sobre o assunto só ressurgiu por volta de 1995. Dado que vem ocorrendo um declínio da incidência global de trabalho infantil por várias décadas, questiona-se então qual seria o fator responsável pelo aumento de interesse recente em pesquisas sobre o assunto.

Alguns fatores são apontados para essa transformação significativa. A redução da pobreza e o acúmulo de capital humano têm contribuído para a compreensão de que o uso de mão de obra infantil representa um obstáculo ao progresso econômico. Convenções internacionais e nacionais mudaram a legislação e os referenciais a respeito da interpretação da infância.

Tanto a ordem interna quanto a internacional são fartas ao regulamentar o direito ao não trabalho de crianças e adolescentes, impondo diversas proibições e severas restrições, tendo como pressuposto a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento que são. No entanto, em pleno século XXI, a exploração da força de trabalho infantil ainda é uma realidade na sociedade brasileira. Apesar de algumas medidas tendentes a sua eliminação terem sido tomadas, verifica-se que ainda há muito a fazer para a sua concretização (LIMA, 2021, p.751).

Para Azevedo (2007), o Código Civil 1917 coibiu a roleta que era acoplada na parte externa de estabelecimentos assistenciais para abandono anônimo de recém-nascidos. Mas, ainda, havia exploração de trabalho infantil, por estar em abundância e ser barata. Enquanto, o Código dos Menores, datado de 1927, estabeleceu:

Pela primeira vez, a internação como medida para quem estivesse em situação de abandono e a correção penal para quem praticasse alguma conduta delituosa. Era o entendimento da criança pobre como perigosa, voltada àqueles que estivessem na mendicância. (MOREIRA, 2010, p. 7107).

A partir de 1927, as crianças de até 11 anos não puderam mais trabalhar, contudo, é necessário propor que esta mudança de orientação penal, não reflète

todo o conhecimento legislativo contemporâneo, pois neste mesmo documento, fazia-se um paralelo entre periculosidade e mendicância, de forma que a percepção legal das crianças de baixa renda, estava condicionada às medidas corretivas.

Apenas com o ECA haveria rompimento dos amplos poderes normativos conferidos ao juiz (e às autoridades administrativas) pela legislação a partir do CMM. De fato, o ECA garantiria à criança e ao adolescente o direito à ampla defesa antes da aplicação das medidas internativas; limitaria a internação dos menores 'irregulares' a casos extremos, e exigiria a fundamentação dos atos judiciais como requisitos de validade para toda e qualquer medida judicial aplicada a menores de idade (AZEVEDO, 2007, p. 21).

A Organização Internacional do Trabalho desempenhou um papel crucial nas discussões e no enfrentamento do trabalho infantil no período entre guerras, promovendo novas percepções sobre o trabalho. Durante esse tempo, as preocupações com a manutenção dos direitos humanos fundamentais tornaram-se prioritárias diante das atrocidades vivenciadas.

Essas discussões ajudaram a desmistificar o antigo Código de Menores e a promover uma mudança de paradigma, conscientizando sobre o trabalho infantil sem tabus. Enquanto a lei de 1927 tratava todos os sujeitos em pé de igualdade, independentemente da faixa etária, estabelecendo condutas de adequação àqueles que cometiam infrações, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) propôs, em 1990, a responsabilidade compartilhada entre famílias, sociedade e Estado na proteção integral de seres em desenvolvimento.

O ECA garante a universalização, humanização, desjudicialização e participação coletiva na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, reconhecendo-os como pessoas em desenvolvimento e contribuindo para delimitar sua faixa etária.

Dos artigos 64 a 67, o documento trata da idade mínima e as especificações dos programas de aprendizagem:

Art. 64. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem. Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários. Art. 66. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido. Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho: I – noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte; II – perigoso, insalubre ou penoso; III – realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; IV – realizado em horários e locais que não permitam a freqüência à escola. (ECA, 1990).

Essa reflexão destaca como a pandemia impactou os avanços legislativos em relação à proteção da infância e da luta pelos direitos humanos. Ela ressalta a necessidade de os órgãos públicos se adaptarem a essas mudanças e estarem atentos às vulnerabilidades sociais que as crianças e adolescentes enfrentam, muitas vezes negligenciadas pelas instituições responsáveis por sua proteção.

Ao parafrasear Campos e Alverga (2001) sobre o paradigma do trabalho infantil, enfatiza-se a importância de analisar essa questão sob a ótica da luta de classes, reconhecendo-a como um tema de longa data nas discussões entre os trabalhadores brasileiros e alvo de reivindicações desde 1912.

Além disso, ressalta-se a importância do papel da educação na conscientização e combate ao trabalho infantil, destacando a necessidade de alinhamento do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas com as propostas da Educação em Direitos Humanos (EDH). Isso inclui a implementação de projetos de conscientização, capacitação da equipe técnica-pedagógica e adoção de concepções pedagógicas que sustentem essa discussão, como as pedagogias libertadora e histórico-crítica.

3.1.1 O papel da educação no enfrentamento ao TI

Instituiu-se o seguinte questionamento, diante de mitos e direitos negligenciados que suscitam o TI, como a escola pode exercer o papel protetivo? Ela tem responsabilidade em propagar os direitos de crianças e adolescentes? Há meios de gerenciar estas funções?

Com facilidade atrela-se o TI com a pasta do serviço social, enquanto pasta responsável e exclusiva para seu combate, entretanto, este trabalho deve ocorrer de maneira conjunta, em rede, com equipe multidisciplinar. Ao desenlear com clareza a legalidade de trabalho por faixa etária, estabeleceu-se que:

De 0 a 13 anos: Proibição de qualquer forma de trabalho infantil; Entre 14 e 16 anos: Proibição de qualquer forma de trabalho infantil, salvo na condição de aprendiz; Entre 16 e 18 anos: Permissão restrita, sendo proibidas as atividades consideradas noturnas (entre 22:00 e 05:00), perigosas, insalubres e descritas na Lista das Piores Formas de

A averiguação de como as instituições representantes do poder público devem atuar na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, é importante ao debate, o resgate de documentos que versam a respeito desta temática destaca tratados internacionais e legislações nacionais em favor de um melhor atendimento ao público infante-juvenil.

Ao rememorar os movimentos revolucionários que compuseram o tempo entre a formulação e promulgação de legislação específica para crianças, das conquistas adquiridas até aqui e os novos formatos de pensar a infância, necessita-se contrapor que os direitos legalmente adquiridos não estão efetivamente resguardados na contemporaneidade.

O Sistema de Garantia de Direitos, que representa o arcabouço da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil, tem sido considerado um conjunto de instituições, organizações, entidades, programas e serviços de atendimento infante-juvenil e familiar, os quais devem atuar de forma articulada e integrada, nos moldes previstos pelo ECA e pela Constituição Federal, com o intuito de efetivamente implementar a Doutrina da Proteção Integral por meio da política nacional de atendimento infante-juvenil. (PEREZ e PASSONE, 2010, p. 667).

Durante o período em que estão na escola, as crianças e adolescentes estão sob a supervisão de professores, orientadores, psicólogos e outros profissionais que têm a responsabilidade de garantir um ambiente seguro, estimulante e propício ao seu desenvolvimento integral. Essa presença constante de adultos responsáveis ajuda a proteger os jovens de situações de exploração e abuso que podem ocorrer fora do ambiente escolar.

Além disso, a escola desempenha um papel importante na conscientização dos estudantes sobre seus direitos, incluindo o direito à educação, à proteção contra o trabalho infantil e à dignidade humana. Ao promover uma cultura de respeito aos direitos humanos e à infância, a escola contribui para a formação de cidadãos conscientes e engajados na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU de 1989 estabelece princípios fundamentais para a proteção e promoção dos direitos das crianças, e o artigo 28 destaca a importância da educação nesse contexto. Esse artigo ressalta a obrigatoriedade progressiva de acesso e permanência no sistema de

ensino, reconhecendo a educação como um direito fundamental de todas as crianças.

No entanto, a efetivação desse direito muitas vezes esbarra em obstáculos, como a negligência por parte das instituições educacionais em identificar e relatar casos de violações dos direitos das crianças, incluindo o trabalho infantil. Quando a escola falha em verificar e denunciar situações de negligência, ela está contribuindo para perpetuar o ciclo de vulnerabilidade e exploração enfrentado por muitas crianças e adolescentes.

Portanto, é crucial que as escolas desempenhem um papel ativo no combate ao trabalho infantil e em outras formas de violação dos direitos das crianças. Isso inclui não apenas oferecer educação de qualidade, mas também estar atenta aos sinais de abuso, negligência e exploração entre seus alunos, tomando medidas para protegê-los e encaminhá-los para os serviços de apoio adequados. A escola deve ser um ambiente seguro e acolhedor, onde todas as crianças se sintam protegidas e apoiadas em seu desenvolvimento integral.

Foram fornecidos comentários relevantes sobre os artigos da CF (1988) e do ECA (1990) pela procuradora Giselle Alves de Oliveira, do Ministério Público do Trabalho de São Paulo (MPT-SP), e pela advogada Luciana Carvalho, uma das organizadoras do livro 'Direitos Humanos e o Direito do Trabalho', na plataforma digital Criança Livre de Trabalho Infantil (2022, n.p.):

Após a Emenda Constitucional 98, ficou estabelecida a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. O ECA não incorporou a alteração, mas a Constituição Federal, que está no topo da hierarquia das leis, é o que prevalece.

Desta forma, evidenciou-se o papel articulador e inclusivo que a escola precisa ter, quando houver a necessidade de ajustamento de conduta. Registrou-se um exemplo de ações, onde a provocação do MP, resultou em mobilização e criação de força tarefa no combate ao TI em um município do interior paulista.

Este alinhamento em redes permite conferir a importância dos profissionais atuantes na Secretaria da Educação, justificando-se por sua vivência diária com as crianças trabalhadoras e sua capacidade de identificação e encaminhamento em casos de suspeição de TI, fazendo valer suas ações quanto à obediência da Lei.

A análise documental acerca das referências legais que orientam o sistema de combate ao trabalho infantil permite apurar que embora os indicadores estejam diminuindo desde 1950, o índice de crianças em situação de trabalho ainda é muito grande, sendo o país conhecido internacionalmente por empregar este tipo de mão-de-obra.

Importante esclarecer que essas crianças e adolescentes estão expostos às complexas situações de vulnerabilidade social e têm seus direitos sociais negligenciados ou negados. Um dos efeitos perversos dessa realidade refere-se ao trabalho infantil que comporta risco e exposição aos ambientes de trabalho insalubres que comprometem seu desenvolvimento biopsicossocial. (LACORTE, et. al, 2013, p.200).

O ECA (BRASIL, 1990) é um diploma legislativo essencial na mudança de paradigma quanto aos seus direitos, é possível grifar que a Convenção n.138 alinha-se ao documento, quando “proíbe o trabalho perigoso que foi definido como um trabalho que pode provocar danos à saúde, à segurança ou à moral das crianças e adolescentes” (OIT, 1973).

A criação de novas formas e canais de participação cidadã enfrenta uma arraigada cultura política elitista e autoritária que não se transforma da noite para o dia. Há uma lógica, historicamente predominante, na relação da população com o Estado, impregnada de apatia, clientelismo, submissão, populismo, cooptação e outros tantos efeitos perversos desta herança cultural. (PONTUAL, 2006, p.97-98).

Uma boa referência para a discussão está enfatizada nas concepções da pedagogia histórico-crítica, ao considerar que:

A Teoria Crítica valoriza a hermenêutica crítica como forma de interpretação não do fato pelo fato, mas no sentido de atribuir um significado mais amplo ao observado, considerando todos os aspectos possíveis do objeto de investigação, configurando-o em sua complexidade, pela própria razão de que esse intento de compreensão da realidade e do conhecimento é fundamental para nossa vida. (CARVALHO e ESTEVÃO, 2013, p.411).

A concepção libertadora, ainda no recorte das pedagogias contra hegemônicas, traz conceitos essenciais nas discussões transversais como a dialogicidade, o respeito ao ser humano, a criticidade e, principalmente, o estudo do contexto que está inserido o estudante. Todavia, como proceder em relação à criança que não está matriculada no ensino formal? Retoma-se os seguintes artigos do ECA, que trazem garantias de acesso a este público:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” e art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade (BRASIL 1990).

É importante, recordar que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um direito público subjetivo, caso o Poder Público não o garanta ou não o faça de

maneira regular, sua efetivação precisa ser provocada para que os interessados possam fazer jus a este direito.

A baixa escolaridade e o pior desempenho escolar, causados pelo trabalho infantil, têm o efeito de limitar as oportunidades de emprego a postos que não exigem qualificação e que dão baixa remuneração, mantendo o jovem dentro de um ciclo repetitivo de pobreza já experimentado pelos pais. (KASSOUF, 2007, n.p.)

Durante a pandemia, as proporções se dilataram, o distanciamento da escola culminou no aumento da evasão escolar, da violência doméstica, da pobreza, da fome, da perda de garantias e de direitos.

Assim, proteger as crianças e os adolescentes vítimas e/ou testemunhas da violência doméstica é urgente. A manutenção da rede de garantia de direitos, em especial os conselhos tutelares, o atendimento pelo Disque 100 e o funcionamento das delegacias e varas especializadas, constitui medida fundamental para a proteção das crianças e dos adolescentes nesse período de pandemia. (SILVA E OLIVEIRA, 2020).

Concomitantemente à discussão que criou proporções necessárias de ações intersetoriais dos órgãos públicos no combate ao Trabalho Infantil, foi possível perceber que o grande desafio a ser superado está na desmistificação dos tabus que permeiam as famílias.

Convencidas de que para o jovem da periferia há apenas dois caminhos: da drogadição e do trabalho; pensando favorecer o desenvolvimento ético e profissional das crianças, quando as inserem em atividades laborais, o núcleo familiar acaba se tornando o grande mantenedor deste tipo de mão-de-obra barata.

Trata-se, portanto, de uma situação de fragilidade, onde a fiscalização, a resistência e a busca pela emancipação das crianças trabalhadoras devam ser o foco das instituições públicas municipais, dando ênfase a Secretaria da Educação, que encontra seus agentes em contato constante com o público-alvo necessitando de urgência no alinhamento de condutas na prestação de serviços.

Embora as crianças e os adolescentes brasileiros tenham constitucionalmente garantida a prioridade absoluta no atendimento de seus direitos, a realidade mostra um quadro de grandes deficiências, fragilidades e violações que demandam políticas públicas compensatórias e universais que efetivamente contribuam para a sua inserção na sociedade como cidadãos plenos orientados pelos valores de equidade, justiça e democracia. (SILVA E OLIVEIRA, 2020, p. 15).

Como realizar este trabalho que já era complexo, pouco divulgado e não incorporado ao PPP no ambiente presencial, tornando-o efetivo por meio das plataformas digitais? Será que a criança trabalhadora, quando evadida do espaço educativo tem mais tempo para destinar ao trabalho, uma vez que estes números

se tornam ascendentes no período pós-pandemia? Qual a real diferença entre o jovem trabalhador na informalidade e o jovem aprendiz?

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho: I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte; II - perigoso, insalubre ou penoso; III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; IV - realizado em horários e locais que não permitam a freqüência à escola. Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada. § 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo. (BRASIL, 1990).

Propostas de ações por eixo para educação são definidas por equipes multiprofissionais, que estabelecem metas, reforçando que, cabe ao professor: “Desenvolver compreensão crítica sobre o TI (Trabalho Infantil) capaz de desconstruir os mitos sobre esse fenômeno; desenvolver compreensão crítica sobre o trabalho e as relações sociais estabelecidas nesse âmbito” (LACORTE, 2012, p.100).

Portanto, a manutenção de proposições essenciais em períodos de atendimento presencial precisa ser resgatada e articulada com as novas formas de ensino considerando a busca ativa de estudantes, a rearticulação de vínculos entre escola e adolescentes, dada a constante possibilidade de evasão escolar.

No Brasil, o TI é analisado como um problema de saúde pública e deve ser combatido com políticas sociais que quebrem estes ciclos, conforme consta na OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Diante destes fatos, cabe ao educador compreender seu papel investigador e multiplicador na construção do pensamento crítico acerca da realidade que rodeia o educando e na conscientização emancipatória desse sujeito.

3.2 Caminho de Enfrentamento ao TI na Contemporaneidade

É preciso discutir um pouco mais a respeito do TI no Brasil, frente a tantos argumentos mal-intencionados e sem compreensão da verdadeira realidade enfrentada por crianças trabalhadoras. Por se tratar de um desempenho

multiprofissional de ordem técnica, os estudos se concluem em passos, encaminhamentos e organogramas, como se repetissem uma cartilha.

Na prática, o trabalho é diferenciado no sentido da busca por melhoria das condições sociais nas quais crianças trabalhadoras pertencentes a famílias de baixa renda se encontram; os conceitos básicos que permeiam estas ações são de proteção integral e promoção social, que só irá ocorrer mediante programas organizados, estruturados e em séries.

(...) divisão do trabalho, que acarreta imediatamente a desumanização do homem, é um processo histórico, também seu desenvolvimento contraditório, ao criar uma totalidade de forças produtivas, um domínio total do homem sobre a natureza, torna necessária e inevitável por parte do homem. (MANACORDA, 2007, p.68).

Todavia, o que é possível compreender, é que mesmo com a articulação em rede, com o envolvimento de multiprofissionais, a luta contra o TI esbarra no desconhecimento social da necessidade em erradicá-lo. É possível se perguntar: qual o problema de uma criança trabalhar? Serve como experiência para a fase adulta e a dignifica como ser humano? Será que há algum risco no TI?

Quanto mais cedo a criança se inicia no trabalho, maiores são as chances de, quando adulta, declarar ter saúde pior em relação a quem não trabalhou na infância. O trabalho infantil interfere negativamente no desempenho escolar e favorece a evasão, mesmo se a atividade exercida não for remunerada. Crianças e adolescentes que não estudam tornam-se mão de obra desqualificada, marcada por informalidade, riscos e condições precárias de trabalho. Em última instância, indivíduos que trabalharam na infância tendem a ser menos produtivos, comprometendo o desenvolvimento socioeconômico do país. (SILVEIRA, 2019, p.41)

Se o alto índice de trabalhadores infantis no país é alarmante, quando apurada a natureza laboral, os dados causam indignações maiores. Sendo de suma importância, apontar as principais atividades laborais exercidas por crianças brasileiras, conforme destaca a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2017).



Figura 5 - International Labour Office –2017
 Fonte: ONU (2020)

A realização de trabalho doméstico, que pede consensualidade das famílias, ainda é apontada na imagem como a atividade de maior incidência entre os trabalhadores infantis:

com todas as mobilizações sociais realizadas nos últimos anos, parece que a legitimidade do trabalho infantil doméstico permanece, com forte apoio das instituições tradicionais e principalmente das próprias famílias. (CUSTÓDIO, 2006, n.p.).

Seguido, ainda em conformidade com a figura, pelo trabalho insalubre praticado nas atividades agrárias:

A grande maioria das crianças envolvidas no trabalho agrícola não recebe rendimento e trabalha para a própria família, o que torna necessária a existência de um processo mais efetivo de conscientização dos pais, principalmente dos trabalhadores rurais, sobre os perigos precoces na agricultura. A melhora do nível de escolaridade da população é essencial para um aumento da qualidade de vida. (KASSOUF, 2004, p.87).

O trabalho industrial, por sua vez, ocorre em menor incidência por haver fiscalização e estar nos grandes centros urbanos, contudo a informalidade de atividades com funções que podem ser desempenhadas fora do ambiente fabril são responsáveis por ocupar crianças e adolescentes veladamente e resguardadas pelo tabu da produtividade.

Conforme Carvalho (2008), no período republicano crianças vulneráveis nos grandes centros urbanos eram consideradas aptas ao trabalho como forma de proteção e segurança.

Concepções dessa ordem orientaram uma série de políticas e medidas destinadas a proteger a mão-de-obra infanto-juvenil nas fábricas (largamente utilizada no início da industrialização), assim como a combater o mal-estar social provocado pela mendicância e pela criminalidade urbana. (CARVALHO, 2008).

O Caderno de Orientações Técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI (2018) destaca que as piores formas de trabalhos realizados por crianças e adolescentes são aquelas que expõem aos abusos físicos, psíquicos ou de violações sexuais; insalutífero com periculosidade e penosos.

Destacam-se algumas formas, como de carregamento de cargas, operacional de maquinário ou outros com equipamentos perigosos, subterrâneos, em alturas ou em confinamentos. Outro ponto que é endossado é correspondente à carga horária, inclusive, a proibição ao período noturno.

Conforme dados veiculados pelo IBGE, mediante pesquisa PNAD 2019, considerou-se as ocupações por 1000 habitantes:

Tabela 2 – Postos de Trabalhos Infantis Ocupações em 1000 %

Balconistas	112	6,1%
Trab. Elem. da agricultura	90	4,9%
Escriturários	89	4,9%
Cuidadores de crianças	70	3,8%
Trab. Qualif. Agricultura	65	3,5%
Demais Ocupações	1406	76,7%

Fonte: IBGE. PnadC Anual
Elaboração: FNPETI

Discutiu-se a importância da escola na identificação e encaminhamento de crianças e adolescentes ao Conselho Tutelar, quando da suspeição de inserção precoce no mercado de trabalho, todavia, é necessário debater o caminho e as atuações dos equipamentos em rede neste projeto de erradicação do TI.

As bases que sustentam o trabalho protetivo, por meio de legislações e documentações para o enfrentamento do TI estão bem articuladas, no entanto, sua funcionalidade ainda é questionável. O país tem excelentes referências legais para lidar com as problemáticas que envolvem o público infanto-juvenil:

Apesar disso, a desigualdade no acesso aos direitos ainda não foi superada no Brasil. O controle e a participação social, a atuação efetiva dos conselhos de direitos – em especial do Conselho Tutelar – e a

integração de novos atores à rede de proteção social são fundamentais para a superação do atual cenário. (SILVEIRA, 2019, p.22).

O enfoque dado neste trabalho permite avaliar que a lei inova no sentido de exigir do Estado um trabalho contínuo, sequencial, gradual, sistemático, contando com equipe multiprofissional, consolidando-se a partir das ações em rede por meio de um projeto diferenciado daquele vinculado ao aparato religioso.

Diferencia-se das ocasiões pontuais, realizadas nas eventualidades, que creditava ao serviço social uma vertente assistencialista, um trabalho fortuito. Assim estabeleceu-se perfil técnico, normativas e outras regras que compõem um trabalho indefesso.

3.3 Pobreza, Extrema Pobreza e Distribuição de Renda

É de suma importância compreender que o Brasil ocupa um espaço de destaque entre os países que apresentam índices significativos de desigualdade social, sendo extremamente relevante atribuir valores à questão da má distribuição de rendas acoplada à miséria, fome e o baixo Índice de Desenvolvimento Humano.

A definição de pobreza pode ser subjetiva e variar de acordo com valores sociais e culturais. No entanto, estabelecer um limiar mínimo para suprir as necessidades nutricionais básicas pode ser crucial para identificar e ajudar aqueles que estão abaixo dessa linha.

A mudança de paradigma na assistência social, destacada pela transição do assistencialismo para uma abordagem mais humanitária e de apoio, é fundamental. Isso inclui uma visão mais ampla dos beneficiários como sujeitos ativos, além de investimentos em capacitação profissional e descentralização dos serviços.

A criação do SUAS (Serviço Único de Assistência Social) e do PNAS (Política Nacional de Assistência Social) representa uma evolução na forma como a assistência social é concebida e implementada no Brasil. Essas políticas visam não apenas fornecer assistência, mas também promover o empoderamento e a inclusão social.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ao garantir o acesso ao Serviço Social e incentivar a criação de planos de ação pelos municípios, desempenha um papel fundamental na mitigação desses problemas. Ela

proporciona uma base legal para o desenvolvimento de programas que visam melhorar a qualidade de vida e promover a inclusão social da população mais vulnerável.

Investir em programas de distribuição de renda é uma estratégia importante para reduzir a desigualdade e melhorar as condições de vida das pessoas. Esses programas podem ajudar a fornecer recursos financeiros para famílias em situação de vulnerabilidade, permitindo-lhes atender às suas necessidades básicas, como alimentação, moradia e saúde.

Além disso, é essencial adotar políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades, como acesso à educação de qualidade, assistência médica adequada e acesso ao mercado de trabalho. Somente abordando essas questões de forma abrangente e integrada será possível enfrentar efetivamente a desigualdade social e construir uma sociedade mais justa e equitativa.

Santos (2014) considera que estabelecer critérios qualitativos para definir a pobreza é uma função bastante dificultosa, uma vez que esta análise está permeada por valores sociais subjetivos, que são atribuídos por cada indivíduo. É muito relativo definir o que é essencial para um dado grupo de pessoas.

No entanto, designar um limítrofe mínimo de suprimento das necessidades nutricionais de cada membro de uma família destaca-se essencial para atribuir valores ao grupo que está abaixo desta linha, pois são aqueles que não conseguem suprir as necessidades mínimas de sobrevivência.

A importância dos projetos vinculados ao Serviço Social no início dos anos 2000 permite compreender esta nova roupagem, que supera o prisma assistencialista do cuidado em detrimento do papel humanitário do amparo, da continuidade, do acolhimento.

Cabe sublinhar a ampliação do sistema, a descentralização dos serviços, o trabalho em redes, o investimento em capacitação profissional e, principalmente, a visão do beneficiário como sujeito ativo da história.

Toda esta situação culmina no surgimento do SUAS (Serviço Único da Assistência Social), e especificamente, no PNAS (Política Nacional da Assistência Social).

A rigor, a mudança de paradigma coloca os prestadores de serviço público, serviços por convênios e/ou terceirizados nas regiões de vulnerabilidade. Esta mudança logística permite um contato maior com a comunidade que necessita do

benefício, e, por outro lado, possibilita ao técnico um diagnóstico mais preciso do seu público, considerando que cada espaço carrega em si suas peculiaridades.

Ao mesmo tempo, que o projeto traz um novo perfil profissional, uma nova linha de pensamento e metodologias de análises, também, permite ao beneficiário o sentimento de pertencimento ao local que é atendido, de enxergar capacidades de mudanças, de movimentação para transformação local.

Dada a necessidade de criação de um instrumento que vincula dados de famílias em situações econômicas de baixa renda, pobreza e extrema pobreza, desenvolveu-se o CadÚnico, ferramenta padronizada e de abrangência nacional.

Em 2003, tornou-se o principal recurso para identificação de famílias que necessitam de amparo social e as responsabilidades advindas do cadastramento público que recebe apoio por meio de ações compartilhadas em regime de colaboração entre os governos federal, estadual, municipal e o Distrito Federal.

Portanto, qualquer análise de política pública deve considerar, dentre outros, os seguintes parâmetros: o caráter federativo do Estado, o compartilhamento de responsabilidades dos entes federados em relação à redução da pobreza e da desigualdade, a garantia de direitos de cidadania, com a correspondente obrigação do Estado, em especial nas áreas de saúde e de educação. (CUNHA, 2009, p.331).

A autora destaca ainda, que a inclusão da seguridade social é uma inovação na pasta do Serviço Social, pois esta leitura solicita compreender os deveres do Estado, não como última instância (na falha da família e da comunidade), mas sim, como trabalho conjunto, ou até mesmo, como primeiro recurso para resolução de uma situação.

A partir dos anos 1990, inicia um esforço teórico para a compreensão do fenômeno da pobreza e suas consequências para além do enfoque nas variáveis puramente econômicas. Essa é a tônica levada a cabo por organismos internacionais, incorporando o conceito de vulnerabilidade, de cariz mais amplo, às políticas sociais brasileiras, reorientando a política pública de assistência social (CARMO E GUIZARDI, 2018, p.7).

Uma figuração defendia com muita propriedade está em considerar a importância da distribuição de rendas não contributivas como ponto essencial para a erradicação da fome e o combate à extrema pobreza, assinalando que debates neste sentido são realizados há décadas em reuniões internacionais, onde possibilita deduzir que sem distribuição de rendas, estes dois aspectos jamais poderão ser excluídos da realidade de uma população.

Neste sentido, convém reforçar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) como uma medida protetiva extremamente necessária para a promoção social deste grupo.

A curto prazo, o PBF (Programa Bolsa Família) busca ampliar o atendimento escolar às crianças e estender os cuidados primários de saúde às famílias mais pobres, enquanto a longo prazo visa a romper o ciclo da pobreza entre gerações por meio da incorporação de capital humano e conseqüentemente maior e melhor oportunidade de inserção no mercado de trabalho. Ressalva-se que, em um primeiro momento, a transferência monetária direta pode diminuir os índices de pobreza e de desigualdade de renda. (CACCIAMALI et. al, 2010, p.288)

O vínculo destes dados permite avaliar a prevenção, a ideia de emancipação do indivíduo, a proteção aos direitos, e o aumento da quantidade de crianças e adolescentes entre as famílias beneficiárias.

Cunha (2009) ressalta a universalização da saúde e da educação, mediante o Sistema Único de Saúde e a obrigatoriedade da família e do Estado em providenciar a matrícula das crianças do Ensino Fundamental, como elementos cruciais para as tratativas da expressividade de um trabalho em rede, grifando a condicionalidade do usuário de estar em acompanhamento constante para a manutenção de sua seguridade social e a garantia do pleno exercício para a cidadania.

Quando os resultados das ações se tornam mais amplamente divulgados, o equipamento público passa a ser incorporado à comunidade, em detrimento do deslocamento da comunidade até o setor de serviços, compreende-se aí a importância não só da intervenção, mas a capacidade da antecipação, e por consequência, da prevenção ao risco.

São vastamente conhecidos os impactos do PBF na redução da pobreza e na diminuição da desigualdade de renda. E, nos últimos tempos, na dinamização da economia nacional pela criação de um grande mercado consumidor interno. Mais recentemente, vêm surgindo estudos e pesquisas de avaliação do impacto do programa em condições de vida e saúde das famílias beneficiárias. Destaque merece ser dado à contribuição do programa de transferência de renda na redução da desnutrição, mortalidade infantil e baixo peso ao nascer – temas importantes em termos de saúde pública no país. (MAGALHÃES JÚNIOR et. al, 2010 p.102).

Cacciamali et. al (2010) destacam pontos fundamentais na discussão acerca dos tabus que envolvem os Programas de Transferências de Rendas, referente ao número de crianças assíduas à aula como forma de calcular o recurso distribuído às famílias com baixa renda, considerando que é essencial vincular o benefício a frequência da criança à escola, seja ela oferecida presencialmente, em formato híbrido ou remoto.

Para os autores, tornou-se importante frisar que a complementaridade de renda, mediante a distribuição do benefício é essencial para essas famílias. Entretanto, considerou-se que a assiduidade e acesso a escolarização não

significam compulsoriamente um aumento no coeficiente de aprendizagem, tampouco se torna ação suficiente para justificar a erradicação do TI.

Uma vez que, o tempo da criança frequentadora da escola pode ser diminuído da sua jornada de trabalho, mas não substituída, podendo incorrer em uma reorganização familiar para ajudar no acréscimo de rendas, colocando a criança em atividades laborais após o período de estudos na escola.

A literatura especializada indica que os programas de transferência de renda são eficazes ao atender aos mais pobres e elevar a assiduidade escolar e médica a curto prazo. No entanto, ainda não há evidências consistentes sobre a eficácia dessas políticas no combate ao trabalho infantil sem a garantia de ações complementares na oferta de serviços de educação e saúde com qualidade. (CACCIAMALI et. al, 2010, p. 280).

A figura 6 apresenta a evolução da frequência escolar no Brasil num intervalo de 14 anos, onde os índices em percentuais evoluem rapidamente. Salienta-se nesta situação, principalmente a promulgação de leis como a LDB (1996), onde a universalização do ensino aparece como princípio fundamental e o ECA (1990), que grifa a singularidade da criança e adolescente e a função protetiva do Estado e da família.

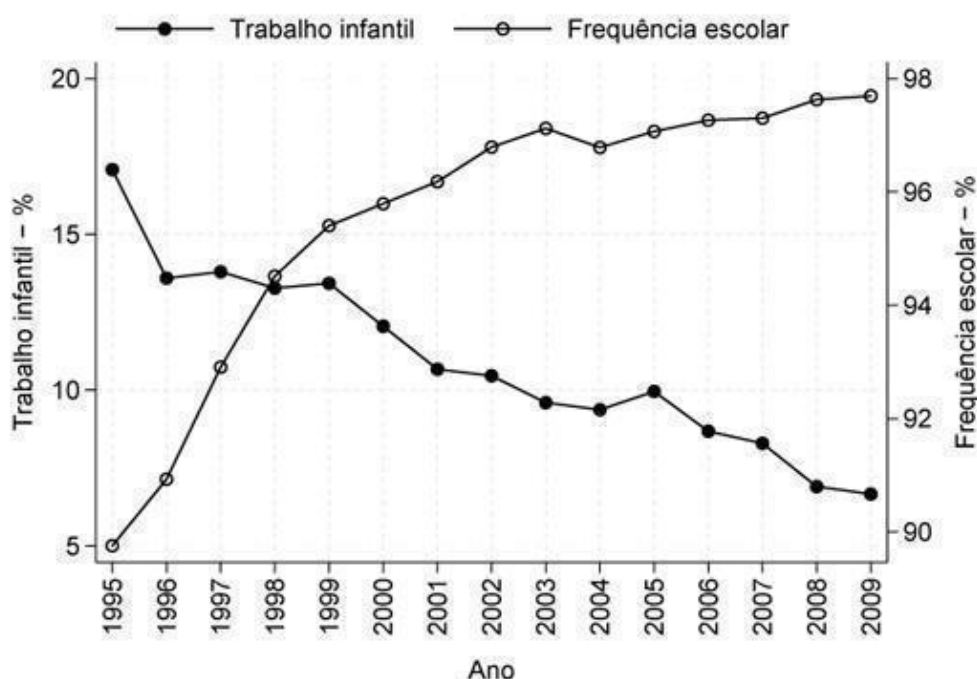


Figura 6: Trabalho Infantil X Frequência Escolar
Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.

Convém salientar, os estratagemas para o combate ao TI como planos de ações do PETI; Programa Bolsa-Família; Ações de inspeção e fiscalização do trabalho; Atuação do Ministério Público do Trabalho.

A legalização da condição peculiar da criança, a obrigatoriedade escolar e a proibição do trabalho infantil são pontos cruciais nas mudanças significativas apresentadas, ao mesmo tempo, que a informalidade do trabalho infantil cria dificuldades em identificar crianças e adolescentes nesta situação.

A descentralização do Serviço Social pautada no projeto de ações em redes colabora para esta árdua empreitada, contudo ainda há muitas crianças desempenhando funções trabalhistas, que frequentam escolas e como não são identificadas, não são contabilizadas.

4 BREVE PANORAMA DA HISTÓRIA DA INFÂNCIA E DA EDUCAÇÃO

Estudar o universo da criança contemporânea sugere aferir parte da história que circunda este processo, como meio de analisar o porquê de coexistir concepções e práticas, que na atualidade são consideradas inaceitáveis, entretanto se projetaram por extensos períodos, ou mesmo persistem no cotidiano escolar.

E, ainda abarcar como projetos e programas de governos pautados nas relações desiguais continuam transcorrendo na estrutura social e estão incutidos no imaginário popular, mesmo sendo reputados por práticas ilegais ou irregulares, como a exemplo, a exclusão da população vulnerável dos processos socializantes.

Sendo apresentada essa breve ressalva a respeito da infância e juventude concomitante ao martírio da exploração do trabalho, sua origem e aceitação ao longo do tempo, assim como as diferentes formas que as crianças e adolescentes foram compreendidos na sociedade.

As fontes documentais referem-se às Leis, Normativas e Termos de Ajustes que ampliam essa primeira reflexão a respeito da negligência de direitos e a compreensão que suas garantias legais ocorrem mediante lutas históricas e conquistas graduais.

As divergências sociais e ideológicas que permeiam a ideia de infância não podem estar limitadas à busca em fornecer um mesmo caminho para todas as crianças, dada a necessidade de superação em ciclos de fragilidades.

O tratamento similar àqueles que tiveram seus direitos garantidos no decorrer de sua trajetória e aos negligenciados pelas políticas públicas, não os colocam no mesmo ponto de partida, uma vez que: “é necessário investir desigualmente entre desiguais, ampliando as possibilidades de mais vulneráveis superarem os condicionantes históricos que os fizeram vulneráveis” (SANTOS, 2019, p.4)

Para aprofundar o diálogo, a respeito do papel social da escola no enfrentamento das violações de direitos infantis, é necessário pensar em regimes governamentais e os princípios que regem uma determinada comunidade. Nesta verificação, pauta-se em uma concepção social, que tenha em seu âmago, percepções conscientes das camadas econômicas e teorias esclarecedoras de ciclos que se retroalimentam.

Portanto, evidenciou-se no materialismo histórico-dialético, a análise metodológica do objeto de estudo. Tendo em vista, assim, a necessidade em discorrer a respeito de suas estruturas ideológicas, ainda que brevemente, para situar as variantes da pesquisa, justificando a importância em contextualizar historicamente o papel da infância e da escola.

Por se tratar de uma breve conjuntura, primou-se, a priori, por um recorte da infância, no qual, vislumbrou-se entender sua evolução e os princípios, por vezes, equivocados, porém, sustentadores de credences que reverberam na contemporaneidade.

Cambi (1999) destaca que, durante a modernidade há a redefinição dos papéis familiares e escolares na formação do indivíduo. A família deixa de ser ampla e dispersa para se tornar núcleos de afetos. As instituições escolares focam na aprendizagem e desenvolvimento humano com uma identidade laica, destoando dos conceitos pedagógicos do século anterior.

Ao compreender que a infância precisa ser respeitada como parte do processo de desenvolvimento para a vida adulta, e não, como transição exclusiva ao amadurecimento biofísico, a criança passa a ser estimulada em seus processos formativos.

Saviani (2003a) enfatiza, que o ato de viver em si, é uma forma de transformação e aprendizagem, não se trata de deduzir que os meninos e meninas estão afastados do conhecimento até o início da escolarização. Há em si o próprio processo de humanização através de saberes que são construídos socialmente, todavia: “o saber que diretamente interessa à educação é aquele que emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo”. (p.7).

Ao pesquisar os registros da história social da infância e escolarização brasileiras, buscou-se inferir comportamentos e doutrinas, que possibilitaram tratamentos desproporcionais e habituais entre crianças de rendas econômicas diferentes.

Frisa-se a doutrina e emparelhamento do ensino como meio de camuflar as verdadeiras intencionalidades, assim ocorre com a burguesia quando se constituiu na posição de domínio. A pedagogia burguesa não poderia se consolidar na igualdade, ao propor este tipo de procedimento teria de negar seu papel dominante. De modo que sustentou a ideia das individualidades, ou as

diferenças individuais, como ferramenta de domínio, naturalizando a convicção de dons, habilidades e capacidades. (SAVIANI, 2003b).

A permanência e domínio dos jesuítas podem ser considerados o período mais longo da história da educação brasileira até a contemporaneidade, já que compreende 210 anos de autoridade do sistema educativo pelos padres. Ela apura os motivos que levaram Portugal a escolher a Companhia de Jesus para esta intervenção junto à Colônia.

A criação de colégios pelo litoral brasileiro e a concepção de infância consentiram aos jesuítas propagarem a importância em cuidar das crianças indígenas, ao mesmo tempo, que notaram a possibilidade de catequizar a aldeia por intermédio delas. Perceberam que elas eram mais suscetíveis às mudanças de hábitos, por estarem em processo de amadurecimento e construção de identidade.

A pedagogia católica se instalou no país, primeiro na versão do Plano de Nóbrega, que eu chamaria de “pedagogia brasílica”, pois procurava se adequar às condições específicas da colônia, e depois, na versão do “Ratio Studiorum”, cujos cânones foram adotados pelos colégios jesuítas no mundo inteiro. Assim, ao longo dos dois primeiros séculos, de 1549 até 1759, data da expulsão dos jesuítas, a pedagogia cristã, de orientação católica, gozou de uma hegemonia incontestável no ensino brasileiro. (SAVIANI, 2007, p.3)

O autor ressalta, que resignadas às ideias do “Ratio Studiorum” está a Pedagogia Tradicional, pois em ambas, a educação tem o papel de moldar uma essência preexistente, que não se transforma.

Acontece que, após a expulsão dos jesuítas, esperava-se que um novo sistema fosse instituído pela Coroa portuguesa, todavia, isto não ocorreu de imediato. O surgimento de uma oferta de ensino por província foi a medida adotada e ficou conhecida como "aulas régias".

As aulas régias eram ministradas por professores que tinham se formado nas escolas da Companhia de Jesus, o ambiente de ensino era a própria casa dos estudantes, centralizando serviços e atendendo com exclusividade os economicamente privilegiados.

Cambi (1999) verifica que a partir do século XVIII a escola opera para formar o perfil técnico de uma sociedade, na qual, a divisão do trabalho tornou-se sofisticada, a instrução se difunde universalmente e o emprego da mão-de-obra resulta em um dever coletivo. Para o autor, a oscilação entre modelos tecnocráticos e emancipatórios destacam ora a função social da escola elitizada,

ora sua função transformadora da sociedade, vivendo esta estreita simbiose política e pedagógica.

Por exemplo, o organograma do ensino simultâneo, que repercute até a contemporaneidade, onde o educador instrui diferentes saberes a um grupo ao mesmo tempo, visando formá-los de maneira homogênea. Sistema que compreende que quanto mais próximo os estudantes estiverem em seus saberes, maior o sucesso obtido. (SCHUELER, 1999).

Em conformidade com a base histórico-dialética, estabelece-se que Leis, Normas e Atos Institucionais são atualizados ao longo do percurso sócio-histórico, refletindo a política vigente.

Grifou-se, que na década de 20, os interesses com o currículo começaram a se incorporar ao cenário de exigências, em ações entusiastas debatia-se a expansão universal da escolarização. Entretanto, os ímpetos liberais são painéis do proscênio que vai se configurando e as mudanças vão sendo postergadas.

No ano de 1930 com um número ainda reduzido de instituições escolares pelo Brasil, começa a surgir o sistema nacional de educação. No início do século XX destaca forte influência do escolanovismo na educação brasileira, os ideais reformistas para o ensino são discutidos no âmbito da associação brasileira da educação e mediante estas discussões é gerado o Manifesto dos Pioneiros em 1932 assinado por 26 intelectuais em defesa da escola pública, estatal e laica. (BRITTO, 2021).

Reunidos na Conferência Nacional de Educação, convocada no mês de dezembro de 1931 e instados por Vargas a apresentarem diretrizes para a elaboração de um projeto educacional para o país, os dois grupos não chegaram a um acordo. Diante da ocorrência, 26 participantes encarregam Fernando de Azevedo de escrever o que ficou sendo conhecido como “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. (PALMA FILHO, 2015, p.4).

Como o documento não tinha força de lei e foi modificado inúmeras vezes pela Ditadura do Estado Novo, há um desgaste de suas intencionalidades. Alinhar o recorte histórico do século XX, é uma ferramenta de entendimento das combinações que se desenrolaram em períodos de governos absolutistas.

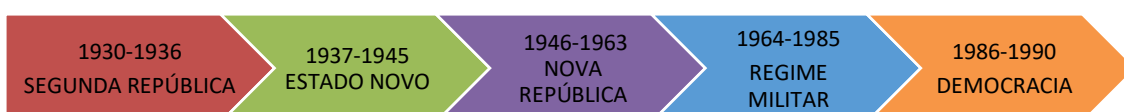


Figura 1: Periodização do ensino entre 1930-1990
Fonte: FONSECA, 2021.

Em 1930, quando Getúlio Vargas assume o poder, o trabalho passa a ser objeto de atenção particular do seu governo, recrudescendo a perspectiva de controle dos menores enquanto potenciais trabalhadores.

Naquela conjuntura foi formulado um projeto político-ideológico que de acordo com Alencar (1997), p.4: “[...] tendo como substrato central a valorização do trabalho, passava a constituir todas as dimensões da vida social dos trabalhadores passíveis de observação e intervenção.”

A Era Vargas possibilitou mudanças nas esferas trabalhistas com sua postura orientada ao populismo, o líder político apostava que a credibilidade e permanência do seu governo estariam consolidadas, ao abafar com reformas trabalhistas manifestos que surgiam em oposição à sua gestão.

Tornava-se comum nesse contexto um projeto de inculcação ideológica e doutrinária para a criação do cidadão-trabalhador, tornado expresso nos discursos do próprio Vargas, nos pronunciamentos de ministros e figuras vinculadas ao governo” (ALENCAR, 1997, p. 104).

Este processo é observado, à medida que, as transformações são permeadas de discursos para as camadas populares, por meio de ações pontuais e se manifestam como crença em um plano governamental de justiças sociais.

Todavia, ao realizar uma análise menos simplista de suas concepções e direcionamentos políticos, nota-se o autoritarismo e a perpetuação dos interesses da elite. Com destaque a reforma educativa de 1931, o professor Saviani grifa que sua estruturante está embasada no impedimento de questionar a ordem vigente.

Evidencia-se a dicotomia entre a escola preparada para elite e a escola com o currículo empobrecido do conhecimento clássico, desviada da função de conscientização da classe trabalhadora.

A falsa sensação vislumbrada pela ampliação do ensino, não permite compreender em primeira ordem, que sobrou à classe trabalhadora o trabalho manual, as atividades técnicas; enquanto aos abonados financeiramente potencializou-se o acesso ao repertório intelectual, a criatividade e a qualidade de acesso aos recursos culturais.

Parafraseando Saviani (2007), a história da educação na década de 60, permite inferir que a pedagogia reprodutora era um sinal deste movimento com

justaposição ao sistema industrial que se estabelece. Ela transita de um papel de adorno para atividade essencial ao crescimento da economia, destacando uma funcionalidade ao capital.

É necessário rememorar que a Ditadura Cívico-Militar propôs práticas que se incorporaram às credences populares e criou estruturas profundas que se desdobram até a atualidade. A desvinculação deste sistema autocrático ocorre lenta e gradualmente, sua movimentação oposta transcorre mediante muitas lutas e perdas humanas, resultando na conquista da Nova República em 1985.

Todavia, é preciso frisar que, a linha conciliadora da perpetuação democrática é um planejamento desenhado pela própria elite, dispondo da abertura de espaçamento cordial e harmonioso entre as promulgações de leis, que defendiam a classe trabalhadora.

O neoliberalismo denominado e acompanhado por organizações internacionais que divulgam a luta pela garantia de direitos, projetam unanimidade das polaridades políticas. São políticas que a priori são impostas pelos órgãos internacionais, mas rapidamente, incorporadas pela elite brasileira.

Durante o período totalitário, o foco social compilou-se em satisfazer os movimentos econômicos internacionais com pautas de impactos pontuais, entretanto com discursos de melhoria na qualidade de vida e diminuição das desigualdades sociais.

No cenário pedagógico, é possível dividir as proposituras do regime militar em três períodos, que são mensurados, pela maneira que as avaliações eram vislumbradas em seu programa didático.

Assim, entre 1964-1979 ela se institui como meio de controlar a efetivação dos programas governamentais. Já no período de 1980-1984, a avaliação passa a ser orientada sob o prisma dos beneficiários, de modo que, busca analisar seu processo qualitativo. Já no último período, 1985-1989 é valorada para rearticular o papel da escola e suas missões no retorno à democratização. (SIQUEIRA E DAVID, 2013).

O destaque possibilita explicar que estas práticas contribuem para a divulgação da economia neoliberal, culminando em desigualdades sociais e atrelando-a ao currículo, colocando em segundo plano o conhecimento historicamente sistematizado, renegando às camadas populares, o pensamento crítico e a possibilidade de superação de ciclos por meio da conscientização de seus direitos.

A partir da década de 70, os movimentos das pedagogias contra-hegemônicas começam a se consolidar no Brasil, concomitante ao enfraquecimento do regime militar e, posteriormente, sua queda, trazendo novas significações aos projetos de ensino.

6o. Período (1964-1984): Golpe militar, adequação nacional à internacionalização capitalista (1964-1984). Compreende a unificação da regulamentação da educação nacional, tendo como marco a promulgação da LDB em 1961, até as reformas da educação promovidas pela Ditadura Militar. 1a. Fase: A ditadura militar, a crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista (1964-1969); 2a. Fase: outra (1969-1984) de confronto entre as pedagogias críticas e a pedagogia do capital humano (concepção produtivista de educação). 7o. Período (1984- ...) As Transformações históricas e a inserção do Brasil na Nova Ordem Mundial: educação e transição democrática. Engloba o período compreendido pelas reformas da educação nacional, pautadas pela pedagogia do capital humano (concepção produtivista de educação), até a aprovação e implementação da nova LDB (Lei no. 9394/96). (LOMBARDI, 2008, p.208).

Ao debater novas estruturas de ensino, Paulo Freire resgata a sapiência, que confere à aprendizagem os processos de experimentações e trocas. Sendo preciso desvincular-se do “adultocentrismo”, figura superior frequentemente representada pelo gênero masculino.

Ao tratar-se crianças e adolescentes com incompletude, enquanto seria o adulto (mentor) formado na integralidade, comete-se o equívoco da hierarquização do ensino. São atitudes pautadas em resenhas desiguais e de ordem superior, quando, na prática, a orientação mostra que todos os envolvidos no processo são aprendizes.

Em Pedagogia do Oprimido ele trabalha as intrínsecas relações entre opressores e oprimidos, a ligação do autor com os oprimidos, assim, ele pensa numa metodologia de ensino, que ao ensinar permite a libertação, ele cria vínculos com as classes de trabalhadores, de desempregados, com os sem-teto, com os sem-terra enfim, todos os “esfarrapados do mundo” como ele coloca ao iniciar a Pedagogia do Oprimido.

A educação bancária é processo revisto por Paulo Freire, através do conteúdo programático da educação, pautada na transmissão do conhecimento, conteúdos que ficam retidos e são reproduzidos pelos estudantes de modo passivo. São depósitos de conhecimentos, uma sobreposição dos conteúdos, informações recebidas de forma mecânica, transformando em conhecimento, isto é, instrumento de leitura de mundo.

Obstante ao poderio governamental, está a pedagogia contra-hegemônica da Escola Libertária influenciada pelos preceitos anarquistas na década de 80, que se orienta pelo não domínio do Estado.

Nesse contexto, há uma contrapartida às ações truncadas do sistema neoliberal. Essa abordagem se baseia em deliberações coletivas realizadas por meio de grupos sociais e instituições autogestionárias, distanciando-se da burocracia estatal, onde conselhos, currículos e métodos são selecionados por grupos de comissionados. (LIBÂNEO, 1992).

Nestes preceitos, o professor é mediador, orientador, catalisador de conteúdo. As propostas são orientadas por problemas práticos, lança-se desafios. Mas não há exames que averiguem a assimilação do conhecimento, pois a pauta não está nos rendimentos quantitativos, solvendo sua função orgânica, diminuindo a possibilidade de solucionar as problemáticas das camadas populares.

Ainda na década de 1980, durante a abertura democrática, a concepção da PHC surge no cenário como resposta a muitas perguntas que vão se delineando em momentos de reconstrução social.

A abordagem histórico-crítica da pedagogia, vai colocar que a construção de uma escola legítima é aquela onde há difusão do conhecimento científico, de acesso ao saber construído historicamente, de práticas democráticas, pensada e organizada com ações conscientes e humanitárias.

Ela surge como modo de superar os problemas já diagnosticados no ambiente escolar. Principalmente, ao detectar, que se subjugava às camadas populares a oportunidade de acesso ao conhecimento onisciente -sócio-historicamente construído- dado que pelo viés capitalista cabe às populações periféricas a habilidade técnica.

Existe uma confusão difundida ao discutir a diferença entre conhecimento clássico e ensino tradicional, deslegitimando a abertura aos saberes humanos. O capitalismo torna-se o limítrofe das boas intencionalidades dos projetos pedagógicos, quando se baseia em ações tidas como ingênuas, que estão isoladas do contexto do educando e anuladas com currículos e metodologias aleatórias impostas por programas de governo.

Em conformidade com Arêas (2016), há de se evidenciar que ao viabilizar construções coletivas e projetos políticos pedagógicos que interajam com práticas eficazes e capazes de proporcionar debates, possibilita-se a formação de

cidadãos críticos e conscientes, contribuindo assim para desvencilhar os sujeitos dessas amarras que lhes são impostas.

Na contemporaneidade, o desempenho que a escola exerce no entorno, tem de ultrapassar a ideia de que os muros que a rodeiam são limitadores, que o atendimento é direcionado só aos estudantes. A escola está em todos os pontos, seu serviço é *in loco*.

Está, inclusive, naqueles espaços que precisam de maior atenção e políticas públicas. A instituição escolar centraliza ações importantíssimas, enquanto descentraliza-se geograficamente, preenchendo espaços, ocupando territorialidades, haja vista, que em muitos logradouros ela é o único serviço público prestado, como à exemplo, nas comunidades tradicionais do litoral norte paulista.

Para Àries (1981) esta performance de instituição transformadora e a apropriação consciente de territórios, não é tão simples de ser atingida, considerando, principalmente, que os equipamentos e os sujeitos que os ocupam refletem a sociedade circundante. Por se tratar de um sistema dispare, como é o capitalista, as problemáticas sociais perpassam as barreiras de alvenaria.

Assim, para Marx (2013), a história do homem é limitada pela materialidade, decomposta entre a classe burguesa que detém os meios de produção e os proletários que vendem sua força de trabalho para sobrevivência. A dialética consiste em compreender, que tudo está em constante movimento ou transformação, pois é intrinsecamente contraditório.

De maneira que, a composição de um indivíduo e sua historicidade não ocorre meramente ao acaso, a história da pessoa que nasce na classe burguesa é diferente daquela que nasceu no chão de fábrica. A dialética é a contradição preexistente na sociedade, o conflito entre estrutura e superestrutura, como método de análise da sociedade.

Ao explicitar a História da Educação do Brasil, sob a ótica do professor Saviani, na vertente da PHC, busca-se compreender a historicidade das ideias e concepções brasileiras, nas quais, as influências de fatores políticos, econômicos e sociais são verificadas em conformidade com os fatos.

As contraposições que envolvem as sociedades e suas divisões permitem apurar como estes desencadeamentos se projetam nas instituições escolares. De modo que, não existe PHC sem o princípio da dialética, é importante, iluminar que a falta de percepção das contraposições das camadas sociais e o não

esclarecimento da relação dialógica (educador-educando), impossibilita a sua efetivação. Muitos profissionais da educação intitulam-se atrelados à concepção histórico-crítica, mas só trazem uma roupagem do processo.

Ao interpretar a analogia da curvatura da vara, proposta por Saviani (2003a) reporta-se a um modelo explanativo de como a dialética está intrínseca ao processo. Se o resultado tem sido o reforço das estruturas desiguais e a exclusão de uma parcela de classe, é possível estabelecer um empenho contrário para a modificação de sua arqueadura.

Em conformidade com Saviani (2003a), esta é uma faceta dos governos neoliberais, mascarar suas reais intenções em normativas legais, que se configuram como proclamações de interesses coletivos.

Souza e Faria (2004) iluminam aspectos importantes em prol e desfavoráveis à homologação da LDB (1996), destacando uma análise crítica-reflexiva à luz dos verdadeiros interesses subliminares em seus capítulos. De modo que, sob estes aspectos destacam que, a descentralização fiscal acaba por repercutir nas políticas sociais culminando em ações com vernizes progressistas, mas, que por vezes, estão permeadas pelos interesses da elite.

As situações de barganhas municipais com o ente federativo são tratadas pelos autores, ao considerar que podem ser vislumbradas sob óticas complexas, uma vez que, os processos de democratização e descentralização, ainda estão intrinsecamente relacionados aos interesses burgueses, estabelecendo cenários conflitantes com a classe trabalhadora por não criar vínculos colaborativos eficazes. Apontamentos que são verificáveis nos Planos Decenais de Educação.

O lançamento do Plano Nacional de Educação em 2001, que se baseia em aumentar o tempo de permanência e de escolarização em todo o Brasil, visa diminuir desigualdades enfrentadas por populações de classes sociais emergentes. (SIQUEIRA E DAVID, 2013).

Por conseguinte, a Lei de Diretrizes e Bases, que dispõe de legislações com cunho democrático e participativo, mantém autoritarismo e políticas excludentes no cerne de suas ações.

Ao analisar a existência de um Plano Nacional de Educação, é importante considerar como esse projeto foi estruturado. Diante da governança de um partido que acenava para as camadas populares, em 2007 foi criado o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), como meio de superação do documento lançado 6 anos antes.

Assim, a sua projeção foi tratada como um importante marco na história da Educação Brasileira, uma vez que buscou responder a vozearia social, que se alvoroçaram diante dos baixos índices apresentados nas avaliações de larga escala nacionais e internacionais.

A reverberação desse tumulto ocorre, diante da comoção do empresariado em dar aporte aos programas educativos, deslegitimando as longas lutas travadas por educadoras e educadores. (SAVIANI, 2007).

É de suma importância aferir que as temáticas sociais e o enfrentamento das injustiças acometidas com as camadas populares devem estar pautadas no currículo escolar. Diante de uma análise mais criteriosa da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é possível identificar que:

Nota-se a ausência do conceito de direitos humanos nesse documento, de sua problematização e do comprometimento diante das violações aos direitos humanos que assolam a sociedade brasileira, diferente das Diretrizes Curriculares Nacionais. Além disso, apesar de não conceituar educação em direitos humanos, a BNCC diz ser dever dos sistemas de ensino incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas diversos temas (como educação ambiental, história, cultura afro-brasileira etc.), entre eles a educação em direitos humanos. (HILLESHEIM et. al, 2021, p.517).

Essa seção proporcionou uma compreensão profunda da origem da educação no Brasil, desde seus primórdios até os dias atuais. Ela destaca como a instituição educacional brasileira se originou de um contexto de exploração e hierarquia, utilizando mão de obra escrava e doutrinação religiosa durante o período colonial.

Ao longo dos anos, essa instituição passou por transformações superficiais que buscavam promover uma educação para todos com igualdade e respeito. No entanto, acabou por refletir e perpetuar as desigualdades sociais, servindo aos interesses das classes dominantes e funcionando como um instrumento de aparelhamento ideológico.

A pesquisa fez um breve levantamento histórico para contextualizar as concepções educacionais que se desenvolveram ao longo do tempo. Escolheu-se, de forma consciente e intencional, utilizar as contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e da pedagogia libertadora para compreender as dinâmicas entre estudantes e educadores, que muitas vezes são permeadas pela adoção de uma abordagem conteudista valorizada pela escola contemporânea elitizada. Destacou-se a importância de debater a violência simbólica presente no ambiente escolar.

5 CONDICIONANTE DO TI: EVASÃO ESCOLAR

A instituição escolar, durante o isolamento social, foi alvo de discursos acalorados contra e a seu favor, destacou-se o comportamento que se sobressaiu aos responsáveis/investidores do ensino privado, de repercutir o seu papel bancário, de depositária de conteúdo e responsável pela manutenção do saber enciclopédico.

Enquanto, à comunidade socialmente vulnerável, a escola perdeu seu status quo, de espaço de cuidados. Já que a instituição escolar é assimilada por estar *in locus* e prestar serviços de alimentação, acesso, permanência, sendo percebida como introito de segurança.

Em busca de solucionar estes apontamentos, atrelou-se os questionamentos da função social da escola com as conceituações de Bourdieu, visando identificar o papel das famílias, não como fomentadora de recursos financeiros e tecnológicos, mas como provedora de cultura.

Dado que quando a criança necessita do apoio mediador de seus responsáveis, compreende-se que há a necessidade de isolar o capital cultural de cada parcela de classe para interpelar como se dá o acompanhamento do sistema remoto de ensino.

Propôs-se uma investigação a respeito de como as famílias de baixa renda analisam o papel da escolarização, quando estão acuadas economicamente, lutando pela sobrevivência e a segurança alimentar dos seus membros.

Aqueles que se depararam com incerteza nutricional, de crises habitacionais, econômicas e de saúde, conseguem participar nas atividades de ensino remotas? Estas famílias estão preparadas para cobrar e estimular a manutenção e assiduidade dos estudantes nas atividades à distância?

Para a compreensão do sistema de ensino é de fundamental importância a distinção entre trabalho pedagógico (TP) primário (educação familiar) e trabalho pedagógico secundário, cuja forma institucionalizada é o trabalho escolar (TE). (SAVIANI, 2003a, p.21).

Saviani (2007) destaca que a cizânia entre os defensores das instituições públicas e privadas no percurso histórico da educação brasileira, têm manifestado interesses destoantes. Sublinhou que no ano de 1948: “do lado das instituições privadas, alinham-se a igreja católica e os donos das escolas” (p.288).

Cenário que se repete na atualidade, com destaque dado ao local desta pesquisa, uma cidade de médio porte no interior paulista, que busca assessoria

terceirizada de instituições religiosas para tomada de decisões, capacitação de seus profissionais e formulação de Projetos Políticos Pedagógicos.

As diferenças entre as caracterizações dos estabelecimentos escolares públicos e privados deveriam compor a necessidade em discutir os sistemas de ensino nas suas peculiaridades, avaliando que os sujeitos têm acessos a diferentes tipos de equipamentos.

Assim, como na própria instituição pública pode se considerar os estudantes das escolas centralizadas e das escolas periféricas, destacando que a captação de esforços e recursos de uma mesma secretaria de ensino, dá-se de maneira distinta entre as instituições.

Este ponto é essencial para impulsionar novos percursos de estudos e práticas, principalmente, num período de incertezas e mudanças abruptas na função magistério.

De modo que, desenlear as especificidades e categorizar as diversidades de perfis, é o único caminho para a compreensão do contexto da criança, do combate aos tabus e a discussão das necessidades que permeiam a continuidade ou desistência da escolarização.

Para Muzzeti (2020) esta situação pode ser bem exemplificada, quando se averigua o comportamento da classe média em relação aos critérios analíticos do papel da educação no futuro de crianças e adolescentes.

Ao empregar grande parte da renda familiar na manutenção de estudantes em colégios particulares, empiricamente, os responsáveis inferem que as vantagens e desvantagens de uma fração de classe são acumuladas ao longo da vivência de cada indivíduo, a mesocracia despende deste esforço financeiro, visando ampliar capital cultural e competir de maneira audaz no mercado de trabalho.

Bourdieu (1974) reforça que a classe média busca um investimento maior em educação, em relação à parte mais alta da pirâmide social por compreenderem, que mediante ao processo educativo, é possível vislumbrar ascensão social e investimento ao status quo. Enquanto aos mais ricos, cabe a manutenção de recursos, assim, sem a carência de galgar novos patamares financeiros.

Em conformidade com os autores Bourdieu e Passeron (2009) e a explanativa ofertada pelo professor Saviani (2003a), é possível inferir que, a instituição escolar reproduz as estruturas de classe e o seu viés meritocrático.

Considerado que, na contemporaneidade, a escola tem sido pensada sob a esguelha do capital, o acesso ao conhecimento é, também, transformado em poder de compra e venda.

Diante desta análise, as prerrogativas de Bourdieu se tornam tão atuais, que permitem referenciar as problemáticas vivenciadas pelo empresariado educacional, à frente da necessidade do fechamento das escolas durante o isolamento social. Os conteúdos produzidos em sistemas apostilados, são transportados ao modelo online e traduzido por seus investidores (responsáveis/tutores/pais de alunos) como fracasso didático.

Esta situação que deveria promover um movimento para o fim da pedagogia da competitividade transcorrida, a partir da educação jesuítica, é ressignificada com o pedido urgente de encontros presenciais pelos responsáveis por estudantes do ensino privado.

A justificativa para este esforço visava conferir, que estivessem assegurados os educandos de todas as classes econômicas o mesmo acesso ao conhecimento, que a priori deveria ser mantida no sistema virtual: “Ora, o primeiro erro pedagógico grosseiro que estamos cometendo é transpor – ou adequar sem acuidade técnica alguma – o módulo-aula que empregamos desde o século XIX” (RICCI, 2020).

A possibilidade de debater desigualdades de ensino, do ponto de vista do empresariado da educação, se realiza na zona de conforto, naquele viés que nunca fora articulado sob o prisma da educação pública, ao contrário, fomentado pela manutenção de sua baixa qualidade de ensino, pelo qual se explorou o mercado educacional durante as últimas décadas.

As bases de compreensões fundamentadas nas projeções realizadas por teóricos e equipes técnicas, a respeito das parcelas vulneráveis, dos ciclos de violações e pobreza, tomam o viés de superação das contrariedades, a fim de conscientizar a comunidade e os profissionais das áreas da educação, serviço social e saúde para que pensem a criança matriculada na escola pública em sua totalidade, não nos recortes, nas fragmentações.

Para Bourdieu (1974), a ideia meritocrática institui que todos aqueles, que têm acesso ao mesmo nível de escolarização, possuem as mesmas condições numa prova ou numa entrevista, assimilando que a possibilidade de igualdade de oportunidades curriculares equivale a chance de êxito no sistema capital. “Sobre

a base da força material e sob sua determinação erige-se um sistema de relações de força simbólica cujo papel é reforçar, por dissimulação, as relações de força material” (SAVIANI, 2003a, p.19-20).

Bourdieu e Passeron (2009) desmistifica o conceito que o fracasso escolar ocorre pela falta de dom, talento ou aptidões. Para ele, talento é algo que se adquire com a sociedade. O sociólogo se questionava: por que os estudantes das classes menos favorecidas financeiramente tendem ao fracasso escolar, à evasão?

Concretamente, não se pode compreender o aspecto apropriadamente pedagógico da crise que conhece hoje em dia o sistema de ensino, isto é, as desordens e discordâncias que o afetam enquanto sistema de comunicação, a não ser que se leve em conta de um lado o sistema das relações que une as competências ou as atitudes das diferentes categorias de estudantes com suas características sociais e escolares, e de outro lado, a evolução do sistema das relações entre a escola e as classes sociais. (BOURDIEU, 1998, p.103)

O poder reativo às visões meritocráticas, que se divulgam como se fossem naturalmente adquiridas pelo sujeito esforçado são discutidas com veemência na obra Reprodução (2009).

O mercado de trabalho faz exigências que não são necessariamente frutos da estrutura escolar, explicitando que a escola já tinha um papel excludente, ela só se intensifica no período pandêmico.

A própria definição do que é ou não é útil, é um conceito designado como princípio *simbólico arbitrário*, uma vez que é a natureza de uma dada realidade, aquilo que Bourdieu (1974) chama de *arbitrário cultural*.

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine (DURKHEIM, 2013, p. 41).

O arbitrário cultural trata-se de uma construção social fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade e dominação de um grupo, pois promove uma cultura como sendo melhor e/ou verdadeira em detrimento a negação e inferiorização das demais.

Diante de uma leitura bourdieuana, as avaliações de larga escala são grandes exemplos de preparo para a habilidade mecânica, como critério de pontuação. Frequentemente, amparada por questões objetivas, onde se

manifesta como uma habilidade o preenchimento de gabarito e a inculcação dos descritores, permitindo designar que se forma jovens experientes em solucionar provas. Muzzetti (2020) destaca que o alcance e a eficácia da imposição do *arbitrário cultural* dominante dependem do desconhecimento dos processos e das relações que envolvem sua produção, reprodução, inculcação e legitimação.

Para a autora, ao enfatizar que representa uma parcela, não a totalidade, faz-se compreensível que escola não é um instrumento de equalização social, como se pensava, ela tende a contribuir e valorizar esta herança social colada a herança biológica com gênese na família: o capital cultural, que trata do acúmulo individual fomentado pelas agências de socialização.

O capital cultural consiste em difundir uma aprendizagem osmótica, familiar, aquisições cotidianas; Bourdieu (1974) destaca que a própria necessidade de consumo de práticas culturais legítimas, em si, já é uma herança cultural e familiar.

É preciso refutar os discursos de institutos de assessorias pedagógicas, societários de franquias escolares, representantes de organizações não governamentais e demais corporações com vieses puramente assistencialistas, que se empenham em apropriar-se das dificuldades enfrentadas pelos componentes e compositores da instituição pública para expandir discursos irresponsáveis; um *frenesi* educativo.

A naturalização da fome, o aumento do TI, a fragilidade de crianças expostas a violência doméstica, violações de direitos e abusos são fontes de preocupações e fomentam discursos eloquentes de profissionais, que se debruçam a estudar ciclos de famílias desamparadas.

Antes da pandemia, a ONU havia instituído 2021, como Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, e, em 12/06/2021, Dia Nacional e Internacional no Combate ao TI, a própria instituição divulgou dados, que simbolizam o regresso do que já havia sido conquistado.

O número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil chegou a 160 milhões em todo o mundo – um aumento de 8,4 milhões de meninas e meninos nos últimos quatro anos, de 2016 a 2020. Além deles, outros 8,9 milhões correm o risco de ingressar nessa situação até 2022 devido aos impactos da Covid-19, de acordo com um novo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância. (UNICEF, 2021).

Parte deste problema esbarra na falta de conhecimento dos riscos e tabus, que permeiam a inserção precoce de crianças e adolescentes nas atividades laborais.

O cenário que se instaura é caótico, é crítico, é de crise, mas conceber que não se efetivou um trabalho combativo, orientado e eficaz para o enfrentamento destas adversidades com os grupos de professores torna-se crucial para iniciar esta reflexão.

A crise econômica, a situação de pobreza ou extrema pobreza e a insegurança alimentar são fatores que somam para a decisão da família em inserir as crianças na contribuição de renda familiar. De modo que, sobreleva-se a importância em formar professores multiplicadores em discussões, identificação e acompanhamento de crianças e adolescentes, no que diz respeito, a manutenção de seus direitos.

(...) erro pedagógico: acreditar que há uma enorme distância entre educação e desenvolvimento social. Esta crença surge dos modelitos administrativistas e gerenciais da cultura anglo-saxônica que copiamos nas últimas décadas e que o CONSED adora. Focamos nas avaliações externas, nos números, nas tabelas que devem ser preenchidas e nos esquecemos que educação é relação humana. Não há aluno que se concentre se está adoecendo ou se tem familiar sem perspectiva. (RICCI, 2020).

Portanto, quando se discute as possibilidades de abandono escolar, devem estar alinhadas condicionantes externas às instituições escolares, que distanciam estabelecimentos de ensino e estudantes. As investigações dos autores possibilitam envolver a organização de elementos determinantes, que distanciam crianças e adolescentes da escolarização em escala universal. Entretanto, alguns apontamentos estão intrinsecamente vinculados à população economicamente vulnerável, como: escolas de baixa qualidade, falta de conscientização das famílias a despeito da importância da educação formal e valores sociais determinantes na linhagem mesossocial.

Assim, como o sistema educativo excludente, ofertado às periferias; e preceitos sociais determinantes que são permeados de credices e tabus, enquanto pontos macrossociais, frequentemente presentes, na vivência de populações com pouca escolarização e de fragilidade rentável.

Bourdieu (1998) elucubra que a educação formal ofertada na escola não está condizente com aquilo que é cobrado do estudante, ele já é excluído do acesso ao clássico.

Sob este aspecto, a educação e o mercado de trabalho precisam ser equitativos, as crianças das escolas periféricas precisam ser contempladas nos programas pedagógicos mediante: concepção coerente, ensino contextualizado e ações que atendam às necessidades do estudante.

Cientes que não se trata de depreciar o currículo, mas de organizá-lo com coerência dentro do contexto do estudante, elucidando as peculiaridades de cada organização, da busca por estratégias de ensino, que atinjam as crianças moradoras de zonas periféricas.

Parece-me, pois, fundamental que se entenda isso e que, no interior da escola, nós atuemos segundo essa máxima: a prioridade de conteúdos, que é a única forma de lutar contra a farsa do ensino. Por que esses conteúdos são prioritários? Justamente porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. (SAVIANI, 2003b, p. 65-66).

Bourdieu (1974) destaca que hábitus, é aquele comportamento que trazemos desde a tenra idade, que se inicia no seio familiar, como o capital linguístico, a comunicação oral, que acabam representando as parcelas sociais.

Conforme a OIT (2023), quando a grande parte das crianças já aprenderam a ler, cabe à criança trabalhadora, a defasagem curricular, a exemplo do que aconteceu com as crianças, que durante a pandemia não tiveram acesso aos recursos tecnológicos e orientações de estudos.

Aos que se evadiram da escolarização, ocasionados pelo cansaço ou baixo rendimento é:

(...)bastante provável que o conhecimento efetivo da língua e de outros conteúdos seja muito menor para os jovens que abandonam a escola ou ficam atrasados em relação a seu grupo de idade. A comparação entre os jovens que trabalham e os que não trabalham mostra que, ainda que o trabalho das crianças e adolescentes tenha um efeito negativo sobre a educação, ele parece ser menos grave do que a situação geral da população brasileira de baixa renda, cujos indicadores educacionais não são bons, independentemente da situação de trabalho. (SCHWARTZMAN, 2001, p.13).

Assim, corroborando com Bourdieu (1998) o conceito é desenvolvido, a partir da reinterpretação da escolástica, ao salientar que a primeira experiência influencia permanentemente o comportamento do ser social.

O hábitus que se origina no interior familiar, é ressignificado nas bases escolares, bases culturais, bases sociais e, também, nas bases do mercado de trabalho. Durkheim (2013), destaca que a proposta de educação formal se baseia em uma:

ação exercida, junto às crianças, pelos pais e mestres. É permanente, de todos os instantes, geral. Não há período na vida social, não há

mesmo, por assim dizer, momento no dia em que as novas gerações não estejam em contato com seus maiores e, em que, por conseguinte, não recebam deles influência educativa. (DURKHEIM, 2013 p. 57).

Diante da diminuição de tempo da criança no ensino presencial e a modificação do ambiente de aprendizagem torna-se de suma importância reestruturar os projetos políticos pedagógicos, considerando que se trata de manifestar as verdadeiras atribuições da escola e as funções nos processos de ensino e de aprendizagem.

O foco deveria ser a criação de “Rodas de Conversa” entre alunos, espaços em que poderiam relatar suas dúvidas e angústias para reconstruir a crença no coletivo, na escola e na sociedade. A questão central é: estudar para quê? Esta é a chave da comunicação e da pedagogia. (RICCI, 2020).

Apple (1989, p.137) salienta que: “o discurso liberal não é neutro: o conteúdo das reivindicações de classe tem sido modelo por esses instrumentos de discurso e por sua transformação ao longo do tempo”.

Quando atrelados a um projeto de governo federal com soslaio de educação “neutra”, por meio de manifestações como o movimento escola sem partido e as estruturantes que orientam a Base Nacional Curricular Comum (particularmente voltada ao mercado de trabalho), é possível identificar que a escolha do currículo foi transferida aos empresários da educação e retirado o direito de escolha do educador, em consonância com sua realidade.

O conceito de saber objetivo utilizado por Saviani é fundamental para a discussão do currículo na perspectiva histórico-crítica, pois indica que há que se tratar na escola de um conjunto de conhecimentos sistematizados que a humanidade acumulou ao longo da história; há que se ter um enfoque científico do conhecimento, e não do senso comum.

Tal perspectiva contrapõe-se às concepções curriculares relativistas de cunho pós-moderno, que negam a possibilidade de apreensão do real para além das aparências, pautando-se no imprevisto e rejeitando o critério de maior ou menor grau de fidedignidade dos conhecimentos acerca da realidade. (GAMA e DUARTE, 2017).

A educação para o mercado contribui para a alienação em completude, pronta a atender os interesses da indústria cultural, trata-se de uma educação retrógrada com verniz de modernidade, assim, quanto mais se moderniza, tanto mais se aliena.

Ao propor a dialogicidade à luz de pensadores atemporais, que mediam temáticas humanizadoras acopladas aos DH, estabeleceu-se uma conexão, entre aqueles que pensaram a escolarização para além dos muros da escola,

evidenciaram o papel transformador sem ignorar o processo social e histórico que circundam a existência humana e os problemas contemporâneos, pensadores atemporais correspondem aos teóricos clássicos.

Neste sentido, clássico alinha-se à designação de Saviani: como aquilo que resiste ao tempo. É importante, que o olhar do educador público ultrapasse o de transmissor de conhecimento, que ele constitua relações transformadoras no seu elo social, que tenha a postura crítica-analítica, que problematize seu próprio espaço de atuação. O papel do educador consciente é uma semente de oportunidades para a ruptura de ciclos de violência, de pobreza, de baixa escolarização.

5.1 PNEDH: Currículos pautados na promoção social

O direito à educação precisa ser analisado sob o prisma de direito inviolável, situação que se torna emblemática no período pandêmico, diante da discussão entre a permanência de oferta presencial de ensino em detrimento da possibilidade da evasão escolar, considerada a falta de acesso ao ensino formal durante as atividades remotas. E, neste sentido, há o questionamento: qual o papel do DH na proteção da população de baixa renda?

Em um breve apanhado, o que se discutiu no ensino remoto foi o déficit de aprendizagem em relação ao programa curricular de crianças e adolescentes em sua formação para o trabalho.

O imaginário popular estabelece relações inautênticas do valor do trabalho para a formação do indivíduo, tanto que a atividade laboral ganhou perspectivas diferentes ao longo da história, ao realizar este destaque, aferiu-se que na Era Antiga, ela era exercida por escravos por ser considerada ignóbil.

O tripalium era um instrumento feito de três paus (tri = três e palium = pau). Neste aparelho de tortura, o criminoso era amarrado e depois submetido a chicoteamento. Não é se estranhar que, com o passar do tempo, a denominação tripalium do latim vulgar passasse a se chamar fadiga, sofrimento ou penalidade (esta denominação estava associada normalmente às atividades realizadas no campo e no regime de escravidão). (VESCHI, 2019, n.p)

Enquanto, na Idade Média a propositura era de serviçal, de devoção. Já na modernidade, a ideia de labore é articulada com a concepção calvinista, como benção, uma complementação do sistema capital.

O trabalho passa a ser a dignificação do homem, por vezes, justifica sua existência, concomitantemente, há o aumento do consumo e a produtividade

torna-se exacerbada. Assim, a colaboração de crianças e mulheres em postos insalubres torna-se local comum, dado que o sucesso pessoal é atrelado ao poder de compras.

Durante o período industrial, a pressão do relógio e crescimento da produção exigem mão-de-obra qualificada e novas impugnações são solicitadas. A sociedade globalizada conduziu as novas exigências neste processo pós-industrial, o conhecimento que esteja acoplado ao acesso à informações, se amplia com a demanda do setor de serviços e a escolarização passa a responder pelo treinamento à habilidade técnica. Ela passa a ser valorada para o serviço de chão de fábrica, enquanto o processo cognitivo ou o trabalho intelectual é um diferencial de potencialidades.

No contexto da modernização, a educação brasileira não avançou com a mesma determinação observada em outras sociedades. A desconexão entre a escola e o universo dos estudantes é evidente, e as instituições escolares públicas enfrentam uma crise ao não se adaptarem às demandas do ensino remoto.

Ao discorrer a respeito do educador social, enquanto nomenclatura designada ao profissional que atua com crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em situação de risco social, é preciso evidenciar que há um papel fundamental do Estado em providenciar que estes profissionais sejam reconhecidos pelos valorosos serviços prestados.

Gadotti (2012) ao referenciar quem são estes educadores, relembra que há uma grande parcela de voluntários e terceirizados com a mesma missão de busca por um mundo justo, com desenvolvimento sustentável, em prol da cidadania e dos DH. São objetivos coletivos, de formação integral e com fundamentos colaborativos.

Nas palavras do pesquisador, os educadores sociais são formadores, multiplicadores e, quando bem-sucedidos, transformadores, eles estão naqueles ambientes em que poucos profissionais conseguem se consolidar. Suas ações ultrapassam o sistema academicista, elas surgem da prática social. Mas eis que suscita uma questão complexa: quem educa o educador social?

Há um universo que circunda cada um, as peculiaridades podem ser de ordens pedagógicas, cognitivas, psíquicas, sociais, emocionais, físicas, familiares. Não se trata de taxar, mas sim de identificar e encaminhar, pois isso é essencial. Embasados nos discursos do rendimento em avaliações de larga escala, os

dirigentes de ensino preocuparam-se em discutir habilidades dos componentes curriculares em detrimento da busca pela humanização num período de desgaste emocional e econômico.

A escola como espaço privilegiado do conhecimento científico, da busca pela pluralidade e concepções pedagógicas, deve primar por uma educação em DH. O papel da família não é secundário, mas deve ser vislumbrado sob a ótica das peculiaridades, culturas e crenças que compõem seus membros.

Já que a escolarização tem outra função, ela tem de ser coletiva, democrática, cônica do seu papel esclarecedor. Ações transgressoras e depredadoras acometidas contra seres humanos por outros seres humanos em distintos intervalos da história, possibilitam compreender os impedimentos de uma cultura de paz.

As práticas violadoras da dignidade humana, que foram realizadas durante o período colonial, por meio da escravatura e da invasão territorial, exemplificam posturas cruéis de um grupo soberano contra populações dominadas e designadas à subserviência. (RAYO, 2013).

A perquirição por uma cultura de paz perpassa por realizar uma análise crítica-reflexiva de momentos históricos, que negligenciaram direitos fundamentais por serem resgates que rememoram ações violadoras à humanidade.

No cerne da nossa historicidade a prática da desumanização causa constrangimento e, permite a percepção que muitas ações são reverberadas por fazerem parte de uma estrutura social pautada na injustiça das relações econômicas e sociais.

Sendo a paz um direito humano, o dever de sua construção corresponde a todos os seres humanos, mesmo que essa edificação jamais possa ser construída por completo definitivamente. E isso porque a paz é um processo que implica uma forma de relação dos seres humanos entre si e através das distintas formas de organização social que exclui a violência em todas as suas manifestações. De outro lado, inicia com o reconhecimento do direito dos demais a uma vida digna, prossegue através do diálogo e, por fim, necessita da cooperação (RAYO, 2013, p.31)

Há de se ter cautela ao sugerir uma educação para a paz como idealismo ao enfrentamento da violência, é preciso ter a acuidade de não cair num discurso vago com base em uma crítica vazia. Não há possibilidade de permitir-se acreditar que há mudanças estruturantes numa sociedade que pauta sua existência nas

desigualdades, tal como, pensar que, promover ações pontuais resultam em modificações estruturais.

Assim, Duarte (2010, p. 35) grifa:

são resultados de mentalidades errôneas, acarretando a crença de que a difusão pela educação de novas ideias entre os indivíduos, especialmente os das novas gerações, levaria à superação daqueles problemas. Por exemplo, a violência crescente na contemporaneidade poderia ser combatida por uma educação para a paz.

Bonavides (2006) considera que a visão reducionista das questões que permeiam a vivência humana com dignidade e respeito é atrelada a outros fatores preconceituosos. Haja vista que, a questão social é comumente vinculada de forma estigmatizada à pobreza. E, a pobreza é subordinada à displicência, à falta de interesse em se organizar bem economicamente por desmazelo.

Ao sugerir que a interpretação do termo 'direitos humanos' pode ser distorcida, limitando-se aos interesses da classe dominante em manter sua supremacia, revela-se a existência de uma campanha contrária à realização efetiva desses direitos.

Assim, as deturpações, as práticas estigmatizadas e exploratórias precisam ser desmistificadas, estabelece-se, que a leitura e perpetuação das concepções em DH têm de estar alinhadas a um posicionamento coerente.

(...) a discriminação e a estigmatização constituem violações à dignidade humana, remete à concepção de que estigma e dignidade humana estão intrinsecamente associados; um só existe na negação do outro. (GODOI e GARRAFA, 2014, p.3).

Em contrapartida ao discurso meritocrático, que traz juízo de valor como juízo de fato (CHAUÍ, 2000), está a sapiência de interpretação equitativa de sociedade. Como exemplo de narrativas que invertem valores humanos estão as práticas que são ovacionadas e defendidas como a liberação do porte de armas por “cidadãos de bem”, ou a troca da proteção e seguridade com a feitoria em realizar “justiças pelas próprias mãos”.

Há, portanto, uma deturpação do verdadeiro significado dos direitos humanos promovido pelos defensores do status quo e do establishment, que são resquícios do autoritarismo. É preciso entender que somente pode haver uma sociedade justa e democrática mediante o respeito e a preservação dos DH. (PETRY, 2008, p. 14).

O papel desafiador das práticas em direitos humanos perpassa por políticas públicas eficazes, assim, países com números expressivos de pessoas em situações de vulnerabilidades sociais como os povos sul-americanos, têm de

promover um empenho mais efetivo na disseminação de suas concepções e combater ações negligentes.

Ao elucidar que violações de direitos estão nas estruturas históricas, na gênese das formações sociais em nações que tiveram uma colonização de exploração, que passaram por regimes militares autoritários, busca-se a ruptura de ciclos e seus entrelaçamentos, solicitando a desmistificação de comportamentos e ideologias centralizadoras. (UNESCO, 2007)

É importante ressaltar que a desvinculação conceitual dos direitos humanos ocorre simultaneamente à sua implementação. Isso se evidencia ao considerar os tabus que envolvem a prática de uso de mão de obra infantil, especialmente quando se justifica que a criança em situação de risco é responsável por superar os ciclos que a envolvem.

Assumpção e Leonardi (2021) destacam que a construção de uma sociedade justa é garantida, a partir de sua estruturação coletiva, sendo necessário formar relações dialógicas e dismantelar paradigmas angariados em seus alicerces.

A primeira concepção que deve ser alinhada, é que ao se defender uma prática pedagógica articulada aos direitos de crianças e adolescentes com vista a promover sua formação integral, faz-se necessário viabilizar ações intersetoriais e que busque efetivamente atendimento integral, perpassa ainda pela apreensão das qualificações a respeito dos DH e compreendem-nas como direito inalienável ao ser humano.

O conhecimento dos direitos sociais é uma legitimação das constantes lutas que se travam em decorrência de uma peregrinação, considerando que atos constitucionais são assegurados diante de um tempo e podem sofrer retrocessos, garantir sua efetivação singular é um meio de propagar sua consolidação coletiva. (ASSUMPÇÃO E LEONARDI, 2021).

A contribuição reflexiva que se traz a respeito da efetivação dos direitos contidos nas declarações, é um exercício de compreensão, que a própria ideia filosófica do DH está intrínseca à existência humana.

Constata-se aqui que um certo paradoxo cerca a ideia de direitos humanos tal qual explicitada pelas declarações de direitos. Com efeito, se por um lado trata-se de uma ideia bastante utópica e sonhadora, por outro lado, a efetivação dos direitos remete a várias questões práticas que têm influência direta na nossa vida cotidiana. (COMPARATO, 2013, p.8).

Portanto, neste estudo, busca-se uma concepção pedagógica que embase práticas pedagógicas coerentes com a EDH. Assim, optou-se pela articulação com a PHC. A gênese da PHC ocorre dentro de um contexto, ela é uma concepção que pensa na perspectiva da transformação social comprometida com a educação e com a sociedade, não como um experimento, uma mudança de comportamento individual somente, assim como têm se pautado as pedagogias hegemônicas.

5.1.1 A Construção de uma EDH

Estabelecidas as relações que permeiam o debate dos Direitos Humanos e a importância da escola neste segmento, sugere-se um resumo do documento designado Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Saviani (2003b) demonstra as contradições das pedagogias hegemônicas com base nas propostas tradicionais, como exemplificado na reforma pombalina, onde aqueles que não se adaptavam aos critérios da sociedade ficavam à margem, resultando na marginalização da educação.

É importante destacar que ao longo dos anos a escola tradicional não consegue cumprir o critério da universalização; assim, essa tendência demonstra-se inadequada para sua função. Os frutos da luta pela universalização da dignidade humana estabelecem que a cultura humana é tão ampla que uma ação normatizada em determinada sociedade é abominada em outra.

A EDH visa estimular o diálogo e as ações coletivas, tendo fundamentos teóricos e metodológicos que estabelecem os alicerces das mudanças sociais. As exclusões que reverberam na escola precisam ser pensadas em suas contradições para serem superadas, dado que a propagação de tabus e preconceitos afeta sua estrutura. E o educador precisa estar comprometido com a prática em DH para formar cidadãos ativos que busquem a garantia de seus direitos, ao mesmo tempo em que exercem o respeito mútuo e a cidadania.

A escola constitui-se como espaço privilegiado de fruição de direitos, principalmente nos locais onde as desigualdades e desníveis sociais são palpáveis. Por meio do envolvimento com a comunidade escolar e seu entorno, é possível realizar a promoção, garantia e defesa dos direitos humanos.

Só é possível fazer uma educação voltada para os DH se houver uma transformação do professor enquanto indivíduo; não se consegue trabalhar para

a superação desses preceitos se o educador estrutura suas bases em ações e pensamentos preconceituosos.

Foram elaborados questionamentos a respeito das bases e normas que sustentam a EDH. Assim, compreende-se ser de suma importância elucidar que não é uma mera opção desta ou daquela unidade escolar; não é facultado à equipe trabalhar com os conceitos que permeiam DH (SOUZA, 2022).

Estes marcos regulatórios buscam regularizar a educação brasileira para que contribua no cumprimento efetivo de seus compromissos nacionais e dos acordos internacionais.

Assim, promovem-se referências para a execução de uma EDH que parta da educação básica e atinja o Ensino Superior, ressaltando que ela deve ser realizada pelo sistema formal de ensino em conjunção com o sistema não-formal. Em meados do ano 2000, o Plano de Ensino em Educação em Direitos Humanos tornou-se regulamento orientador dessas ações (SOUZA, 2022).

Há uma conjuntura a despeito da estruturação da EDH, na qual estabelecem-se objetivos, normas e busca por novas competências, de modo que o coletivo seja valorizado em relação ao individual; que haja monitoramento de ações e superação de vulnerabilidades com articulação de órgãos públicos e privados, nacionais e internacionais.

A EDH é vislumbrada em sua necessidade emergencial, dada que a inobservância de ações e legislações que defendem os direitos humanos tem acarretado sociedades violentas e desiguais.

Na metodologia progressista encontra-se o respeito como um dos pilares educativos; os sujeitos são ativos nos processos de aprendizagens e ensinagens e não se estabelecem relações hierárquicas (FREIRE, 1996). A práxis libertadora articula ação-reflexão-ação e está amparada em processos contrários aos paradigmas do trabalho tradicional e escalonado.

Os direitos humanos estabelecem, promovem e protegem valores e comportamentos para uma vida digna, Comparato (2013) destaca os impulsionadores que proporcionaram a busca pelos DH, principalmente, num período pós-guerra. Assim como, descobertas científicas e tecnológicas, que implicaram em pactos sobre os seres humanos, animais e natureza com estabelecimento de acordos éticos e morais.

Rayo (2008) compreende que desenvolvimento e justiça sociais devem ser coexistentes e simultâneos, estabelecendo que, quando se admite uma relação do homem com a economia global, a promoção de seus direitos e a proteção do meio ambiente, desenvolve-se relações sustentáveis.

Assim, elucida-se que há ferramentas, documentos e normativas que legitimam o DH, entretanto, a ocorrência de constantes e numerosas violações, colocam em xeque a sua validação e comprometem uma cultura de paz.

5.1.2 BNCC e o Currículo

Ao discorrer a respeito de temáticas como o papel do educador frente à conscientização dos direitos humanos, o currículo na contemporaneidade e a importância de se estabelecer os diferentes cenários de aprendizagem, cabe discutir parâmetros, diretrizes e normativas que percorrem os programas de governo, estruturando a educação formal no Brasil.

Em conformidade com Saviani (2013), o currículo é até a contemporaneidade etnocêntrico e necessita de um olhar atento para não cair na ideia de que os saberes historicamente acumulados estão inseridos nele. Sendo importante propor análises críticas e profundas de pedagogias que se contrapõem ao sistema tradicional, mas é só o verniz de pautas transformadoras, servindo aos interesses do mercado.

De modo que seus defensores não compreendem as situações desiguais resultantes da sociedade capital como uma problemática, entende-se que elas não buscam na raiz do problema uma solução, pois acreditam que as mudanças individuais pautam a finalidade do ensino.

Acredita-se na possibilidade que ao preparar o sujeito para o mercado competitivo, ele estaria pronto para enfrentar as lacunas sociais resultantes do modelo econômico. E, esta é uma negativa da construção social e histórica em que se encontra o capitalismo.

O mero treinamento para o mercado de trabalho, preparando para que os mais hábeis ou mais espertos tenham sucesso - o que constitui uma minoria privilegiada - não leva à superação de um sistema social injusto, produtor de desigualdade e de dominação sobre as classes populares.

O que se faz necessário é uma formação dos educandos para o mundo do trabalho, como cidadãos conscientes, democráticos, solidários e cooperativos na superação das mazelas sociais, econômicas e ecológicas da organização

societária que está colocando em xeque-mate a sobrevivência das gerações presentes e futuras.

Ainda em conformidade com os autores, empreende-se nesta concepção, os relativismos epistemológico e cultural. Assim, ao atribuir-se o termo cultura, enquanto especificidade de caracterizações, como propor um currículo para divergentes etnias, gêneros, classes sociais?

A exemplo, o ensino pautado na pedagogia tecnicista, que tem a propensão da instrução programada, o preparo como mão-de-obra para o mercado de trabalho, demonstra que a aculturação é uma ferramenta alienante epistemologicamente aceita.

Nesta metodologia, alunos e professores são relegados a segundo plano, enquanto a metodologia se torna o foco principal das ações, transformando a educação em um mero instrumento de formação para indivíduos produtivos. Portanto, torna-se viável realizar uma comparação entre o sistema técnico e as práticas que se perpetuam nas habilidades e competências promovidas pela BNCC (2017).

A CF1988 estabelece no artigo 15 direitos fundamentais no intuito de que novas rupturas das relações democráticas não voltem a ocorrer, assim, condiciona-se a ideia de que um processo educacional complete as ações de conscientização e reparação dos problemas estruturais estabelecidos na história do Brasil.

Portanto, aponta-se o seguinte questionamento: a BNCC, documento de caráter normativo da educação brasileira, se ocupa de orientar práticas pedagógicas que vislumbrem os direitos de crianças e adolescentes?

A despeito das competências que são tratadas no documento com frequência, cabe destacar que elas compreendem a intervenção realizada na concretude, mediante conhecimentos adquiridos pela mediação do objeto, “movimentos cognitivos e metacognitivos” desempenhados pelo sujeito (GAMA, 2018).

A complexidade do ato de educar e educar-se é tratada por Gadotti (2012) com acuidade na raiz de suas conjecturas, investigando seus princípios e valores, pois assim define-se, o que se espera das tendências, a visão de mundo que está por trás daquelas ações. A compreensão do contexto em que o programa está inserido é que permite avaliar suas intencionalidades.

Ao qualificar as proposituras deste ou daquele sistema de ensino é que possibilitou entender que independente das diversidades e riquezas pedagógicas, que se apresentam, há um objetivo. Veste-se uma **pseudoneutralidade**, que precisa ser desvendada pelo educador.

Assim, propõe-se problematizações a respeito da BNCC, os significados do currículo dentro da escola e as intencionalidades nos programas de governo que estabeleceram a aprendizagem por habilidades. Neste sentido, é preciso compreender, que mediante a promulgação da BNCC:

A lógica da diversidade dá lugar a uma perspectiva de uniformização e homogeneização curricular, com a prescrição de currículo mínimo centrado em habilidades e competências, permitindo maior atrelamento da BNCC às avaliações externas. Além disso, observa-se subtração da autonomia, da diversidade e da localidade em detrimento da centralização curricular, cujos planejadores da política federal assumem as definições e os mecanismos de sua implementação por meio do financiamento, da gestão centralizada, da avaliação, da formação de professores, entre outros. (DOURADO E OLIVEIRA, 2018 p.42).

Para além das propostas permeadas de pseudoneutralidades está o movimento de educação popular, que em terras tupiniquins, tem sua representatividade fortemente conectada à imagem do saudoso e querido professor Paulo Freire.

Brandão e Fagundes (2016) suscitam, se por conseguinte, a exclusão é uma caracterização da sociedade capital, há de se pensar em projetos de rompimento deste processo desigual. As parcelas sociais que são massacradas e marginalizadas pelo poder financeiro têm na educação popular um espaço de voz, de luta, de superação.

Destacam que as proposituras do currículo e da percepção da educação, podem estar cerceadas da pauta exclusiva para a preparação ao mercado de trabalho.

E, especificamente, para a camada popular, isto significa, treinar para atribuições de habilidades técnicas vinculadas ao agronegócio e a fomentação de mão-de-obra industrial. “Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou 'consenso' quanto for capaz”. (MESZÁROS, 2005, p.45).

De modo que, debater a temática dos direitos das crianças e adolescentes, mediante as violações arremetidas, principalmente, no que discerne ao público de baixa renda, usuários assíduos de equipamentos públicos, exige desmembrar com avaliações minuciosas seus emaranhados.

A falta de divulgação dos perigos e males à saúde da criança que é inserida precocemente ao mercado de trabalho nas escolas e de um grande tabu originado a partir das relações históricas das funcionalidades do trabalho no Brasil, onde famílias vulneráveis devem ocupar todos os seus membros para auxiliar nas despesas da casa, prejudicam a concepção que empregar criança é ilegal. E dificulta as discussões a respeito da necessidade deste trabalho rigoroso e sistemático no ensino formal.

O trabalho infantil sempre foi visto como uma das chagas mais perversas do capitalismo, o supra-sumo da espoliação do trabalhador. Pois, além de ele ter que vender sua mão-de-obra a preços aviltantes, e a um custo de reprodução que lhe é muito caro, desgastando-o, o trabalhador necessita ainda colocar à venda a mão-de-obra de seus filhos no mercado. Dessa forma, acaba comprometendo a formação da criança, afastando-a da escola por exemplo, e criando um ciclo de pobreza entre a precária formação e os baixos salários recebidos no mercado de trabalho. (NETO, 2007, p.48).

Outro aspecto que chama a atenção ao debater o tema, é a ilusão equivocada que a atividade laboral desatreia crianças e jovens da drogadição ou seria responsável pela sua formação ética e moral. Essa sequência de equívocos relatados na literatura específica a respeito do TI permite compreender a importância em abordar a temática, e, principalmente, em desenvolver material específico para sensibilizar crianças a respeito do assunto.

Inadmissível conceber que se inverta a lógica de proteção integral e prioritária assegurada no art. 227 da Constituição Federal e no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente e se permita que crianças e adolescentes pobres, frágeis criaturas em peculiar condição de desenvolvimento, continuem tendo que trabalhar para ajudar no sustento próprio e de suas famílias. (OLIVA, 2015, p.137).

Por isto, na contramão do que tem sido apresentado aos estudantes das escolas públicas brasileiras, estão as pedagogias que vislumbram a emancipação do sujeito, que forma para a consciência transformadora, para o rompimento de uma cultura elitizada, com pautas em diversidade cultural e busca por respeito aos diferentes saberes.

Para tanto, é necessário destacar que a educação popular deve estar presente e solicita analisar que: “no campo da educação social é muito amplo e compreende o escolar e o não escolar, o formal, o informal e o não-formal”. (GADOTTI, 2012, n.p.).

De modo, que ao entender que um currículo excludente forma uma base homogênea, buscando promover habilidades técnicas e operacionais, fomentada

por um governo golpista e articulada mediante os interesses mercadológicos de um grupo empresarial que enxerga na educação uma excelente ferramenta de negócios, possibilita-se inferir que o material não tem a propositura de desenvolver consciência de classe, social, cultural.

Nessa lógica, a BNCC é concebida para suprir o que falta à escola. E quanto mais se deseja afirmar o valor da BNCC, mais se significa a escola (e os docentes que nela trabalham) como carentes de algo, mais se realiza uma homogeneização das escolas como lugares onde não se ensina (BNCC, p.42).

Pode-se aferir a BNCC um documento de práticas fomentadoras dos interesses do mercado de trabalho com intencionalidade clara de reger crianças e jovens ao papel de subserviência às classes dominantes.

Ao fundamentar sociologicamente como se estabelece a participação do trabalho formal, entende-se, que as colaborações são desiguais e legitimadas no lucro do esforço do trabalhador.

O destaque aos papéis socializantes da escola e dos equipamentos públicos sociais permite estabelecer que EDH só ocorrerá, se estiver alinhada a projetos construídos coletivamente e em espaços de democratização. Nesta percepção o PNEDH tem função essencial, ao propor respeito aos Tratados Internacionais que o país é signatário e sua legislação interna, tomando por referência a CF 1988, que corresponde a lei máxima do país.

6 LITERATURA INFANTIL

Até aqui, descreveu-se a respeito do papel fundamental da escola na formação de crianças e adolescentes para o exercício pleno de sua cidadania, a conscientização de seus direitos e a importância em estabelecer o PNEDH, a fim de pautar ações e concepções pedagógicas do trabalho docente, enquanto ferramentas capazes de contribuir para a capacitação de cidadãos cômicos em suas responsabilidades coletivas com discernimento e respeito à diversidade. Sendo assim, seres humanos capazes de construir uma sociedade justa.

Ao discutir as bases teóricas, as proposituras se fundamentaram em compreender como estas ações são significativas nas escolas periféricas com base em uma educação popular e buscou-se apresentar os motivadores que distanciam os estabelecimentos de educação formal, os estudantes e as questões sociais.

Grifou-se um currículo desarticulado das necessidades contemporâneas, alicerçado em discursos reducionistas, de modo que a investigação mostrou que há pouco investimento em trabalhos pautados nas temáticas sociais, resultando em escolas de baixa qualidade para atender camadas populares.

No local de pesquisa, aferiu-se, que se trata de desfecho governamental competente, dado que, suas articulações estão apoiadas em instituições privadas desprendidas da realidade. Estas articulações prestam assessoria e contribuem na tomada de decisões para a demanda de uma população vulnerável composta por usuários assíduos do serviço público.

Importante frisar que essa política nacional de reforma curricular resultou de uma ação coordenada pelo setor empresarial, ainda que associado

diretamente a agentes governamentais. Esta é a primeira e mais ampla dimensão da privatização, um “movimento” de base empresarial que, “por fora” do Estado, é investido de prerrogativas de governo. (ADRIÃO E PERONI, 2018, p.52).

Portanto, ao elucidar que a escola pública está despreparada para trabalhar com os princípios da EDH e conscientizar a respeito dos direitos fundamentais e ações coletivas por justiça social, é preciso propor possíveis soluções, para que a crítica não se projete no vazio.

Portanto, ao elucidar que a escola pública está despreparada para trabalhar com os princípios da EDH e conscientizar sobre os direitos fundamentais e ações coletivas por justiça social, é preciso propor possíveis soluções, para que a crítica não se projete no vazio.

É necessário mostrar novos caminhos que possam ser traçados com base em trabalhos multiprofissionais, atrelados e discutidos em rede. A busca por respostas é uma tarefa árdua, mas ao mesmo tempo possível de ser pensada ao observar crianças e adolescentes em seu cotidiano.

Não há uma fórmula ou receita pronta; todavia, é possível elaborar planos de ensino com base em concepções pedagógicas contra hegemônicas e galgar movimentos resistentes contra as pressões da educação capitalista.

Nesse contexto, ao desenvolver um produto educacional, destaca-se que a arte emerge como uma disciplina capaz de se conectar facilmente com esse público. Através do estudo de narrativas, o público infante-juvenil, foco desta pesquisa, demonstrou interesse em explorar a literatura como uma ferramenta capaz de encantar, sensibilizar e estimular discussões sobre questões vinculadas à realidade de crianças e adolescentes.

Um breve apanhado sobre a literatura permite saber que ela surge por intermédio da oralidade nas sociedades primitivas e elucidada a serventia de narrar hábitos do cotidiano daqueles povos, perpassando cultura, modos de vida, costumes e conhecimentos adquiridos às novas gerações.

Assim, a linguagem oral propõe a manutenção de um povo por meio da transposição de experiências relatadas de geração em geração, superando problemas que já foram solucionados por seus antecessores.

E, se antes as histórias eram contadas de pais para filhos, com a invenção da escrita, elas se eternizam em registros que se restauram em continuidade.

Ressaltando que as narrativas estão presentes na vida humana desde o primórdio, contudo, a atribuição de uma literatura para o público infantil é um movimento diferenciado das demais ramificações e é uma conquista mais recente.

A escolha da faixa etária estabelece novos formatos, e até chegar a uma estruturação com linguagem própria, demanda um longo percurso. Assim, traçar o seu processo evolutivo com destaque à contemporaneidade mostrou-se essencial, considerando que, à medida que a infância vai criando significado e se resignificando, este tipo de literatura avança.

Ao incluir a necessidade de interpretar a infância com afeto, como fase evolutiva que envolve brincadeiras, época de estimular o imaginário e o lúdico, provou-se a notoriedade em buscar ferramentas e estratégias vinculadas à arte e à literatura para promover sua emancipação social.

A natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. (SAVIANI, 2003a, p.7).

Em seu estudo, Áires (1978), se debruça a analisar sinais encontrados no comportamento e nas vestimentas por época, como meio de interpretar o universo infantil. Assim, ressalta que, antes do século XVII, o conceito de infância não era designado, ele só se estabelece mediante a redefinição de família.

No novo formato de estruturação dos grupos ocorre a diminuição do núcleo familiar, que até então era composto pela família clã. Neste movimento, há rupturas de comportamento, iniciando-se a busca pela identidade de cada integrante, estabelecendo o conceito de privacidade.

A interpretação e resignificação do universo infantil, que cresce no final do século XVI, organiza novos horizontes, que refletem inclusive nas formas de tratamento destinado às crianças nas Colônias.

No século XVII, as lições da infância estavam relacionadas à padronização comportamental, modo de se apresentar à sociedade. As distinções econômicas eram evidenciadas e as abordagens entre crianças de baixa e alta renda foram declaradas.

Entre os séculos XVII e XVIII, pensou-se na possibilidade de moralizar pelas histórias. As crianças são orientadas pelo filtro dos adultos e pelo uso do

fantástico, dos personagens irreais e da contação de histórias, sugerindo a capacidade de instruí-las por meio das narrativas.

O classicismo francês incita as primeiras obras pensadas para crianças, como as Fábulas de La Fontaine, As Aventuras de Telêmaco, de François Fénelon, e os Contos da Mamãe Gansa, de Perrault.

A Jean La Fontaine (1621-1692) coube o mérito de dar a forma definitiva, na literatura ocidental, a uma das espécies literárias mais resistentes ao desgaste dos tempos: a fábula. Embora escrevendo para adultos, La Fontaine (ou melhor, suas fábulas) tem sido leitura obrigatória das crianças de todo mundo. (COELHO, 2010, p.80).

As adaptações da literatura que até então era pensada para adultos, exerce forte influência no público infanto-juvenil até a contemporaneidade. À exemplo, Fénelon escreveu obras que ensinam meninas a se comportarem bem na sociedade da época, esta característica moralista é um marco forte deste primeiro movimento da literatura infantil, consideradas as necessidades das famílias burguesas e a reverberação da concepção de infância.

Zilberman (2013) esclarece que no século XVIII, após a decadência da sociedade feudal, as relações afetivas entre familiares, a privacidade e os núcleos se fortalecem. Concomitantemente, ao declínio das tradições aristocráticas, a ascensão da ideologia burguesa se consolida.

A autora confere ainda que há uma grande mudança de paradigma; a criança se torna receptora de cuidados, “cuja responsabilidade maior é permitir que os filhos atinjam a idade adulta de maneira saudável” (2003, p.18).

É nesta retomada que a literatura, enquanto ramificação artística, foi apontada como recurso metodológico nesta pesquisa, considerando o seu papel lúdico, a sua proximidade com os arquétipos humanos, suas cores e seu apelo estético, enquanto características que encantam em todas as faixas etárias.

A possibilidade de compreender como o mercado literário se comporta na produção destas obras fundamenta outros motivadores da escolha. Paiva (2008) ressalta que há um movimento reducionista da literatura infantil, imposto pelas próprias editoras, que consiste em fomentar um mercado exclusivamente pedagógico ao distribuir suas obras para as escolas.

Assim, há um maior interesse em publicações para faixas etárias de crianças matriculadas no ensino fundamental, uma vez que o número de estudantes nesta etapa é superior aos que estão na educação infantil. Contudo,

há pouco interesse em tratar com histórias que se aproximam da realidade social vivida pelo grande percentual das crianças inscritas na escola pública.

Ainda em conformidade com a autora, este movimento cria uma espécie de “confinamento da literatura infantil ao ambiente escolar”. Há uma separação do artístico em detrimento ao pedagógico, que se sobressai para formar leitores e escritores institucionalizados. Ela considera que este tipo de comportamento é passivo e para transformar estas ações é preciso: “reivindicar para a literatura infantil uma dimensão de arte, isto é, um estatuto literário, o que não parece uma tarefa impossível” (PAIVA, 2008, p.51).

A literatura infantil na escolarização tem papel fundamental, pois designa missões fundamentais, como contribuir na formação do leitor, que pode estar permeada de uma instrução crítica, que contribua para o esclarecimento do estudante. E de transformar a aprendizagem, quando coloca o educando como sujeito ativo neste processo (ZILBERMANN, 2013).

O destaque é dado na trajetória da afinidade da criança com a leitura. Enquanto ouve histórias narradas por adultos, ela faz a conexão sonora com a narrativa. Para a pesquisadora, esta é a gênese da aprendizagem; escutar é o princípio de um comportamento que será eficaz no decorrer e na transformação do sujeito. Entretanto, para que este efeito seja efetivo, é importante que o autor se conecte com o universo infantil.

Assim, a proposta de um produto educacional que sustenta todas as temáticas apontadas, ciente de que é a abordagem de um assunto tão complexo e que pode estimular gatilhos, provocou o sentimento de que a escolha e produção do livro virtual teria de ser um trabalho meticuloso e rigoroso.

As questões que permeiam o TI precisam ser tratadas com clareza, objetividade, de maneira apurada e delicada. Optou-se pela literatura infantil como ferramenta capaz de articular todas as qualificações e atingir o público-alvo.

7 PRODUTO EDUCACIONAL? - Levaram minha infância ... e agora?

A proposta corresponde a um livro digital que narra a história de três personagens fictícias inspiradas na realidade de crianças que desempenham

naturezas de trabalhos distintos e de maiores incidências no Brasil: doméstico, agrícola e ambulante.

A escolha inicial era um jogo de tabuleiro; contudo, a situação pandêmica que se instalou em escala global no início de 2020 exigiu que as propostas fossem repensadas a respeito do tema.

A ideia do produto passou a ser articulada a partir desta nova configuração, que propôs a necessidade de atividades remotas, com o auxílio de recursos tecnológicos, enfatizando a criação de ferramentas pedagógicas virtuais para uso autônomo, assim como a manutenção e disponibilização das tecnologias da informação e comunicação (TICs) pelas unidades escolares, que por vezes foram restritas ao uso de crianças, adolescentes e professores.

Ao analisar as vantagens do uso dos recursos tecnológicos em relação às temáticas sociais, é possível inferir que:

As relações e, portanto, as disputas não se dão mais predominantemente de forma presencial, não são baseadas somente na oralidade e na escrita, mas, cada vez mais, nos códigos da digitalidade. Daí a relevância de reconstituir os fenômenos sociais através da categoria de análise 'Rede Dinâmica', que pressupõe conexões presenciais e virtuais. (NETO, 2007, p.45).

Esse cenário possibilitou uma outra perspectiva do uso tecnológico pelos educadores; concomitantemente, houve uma maior conscientização das famílias em disponibilizar o recurso de tablets e celulares de maneira direcionada, investigando aulas e aplicativos com cunho pedagógico, compreendendo que as ferramentas digitais podem contribuir para além do entretenimento, quando permeadas de intencionalidade e regência corretas.

Ao ressaltar que o projeto foi pautado no materialismo dialético, elucidou-se que as relações estabelecidas com os meios tecnológicos durante o ensino remoto precisam ser validadas. Ao mesmo tempo, que ao conhecer as problemáticas da realidade local, criaram-se proposições para superá-las.

Assim, justificou-se a importância em pensar um produto educacional coerente com os enlaces contemporâneos e destacar a simplicidade das ações.

Concomitantemente, ampliar as discussões sobre o papel fundamental da escola na identificação e encaminhamento de casos de negligência aos direitos das crianças e adolescentes.

Porém, não é com iniciativas dessa ordem que a perversa realidade social do país poderá ser transformada. Programas de alívio à pobreza (como os que compõem a chamada rede básica de proteção social) precisam ser associados a medidas que viabilizem a sua superação, mais precisamente, a políticas estruturais e amplas, que permitam a retomada do desenvolvimento com uma maior equidade social e que (mesmo quando de médio ou longo prazos) sejam orientadas, já no primeiro momento, para a eliminação do pauperismo e para o resgate da dignidade e dos direitos de cidadania de todos os brasileiros (CARVALHO, 2004, p. 60).

O E-book foi estruturado projetando-se sequencialmente a criação das personagens, por meio da definição de características de trabalhos com maiores incidências no Brasil. Considerou-se que o relatório da ILO (2017) indica um aumento de 14 milhões de crianças trabalhadoras no Brasil. A análise por gênero revela que as meninas estão em menor número em comparação aos meninos.

Evidenciou-se que esses números, por vezes, não correspondem à realidade, considerando que o trabalho doméstico praticado pelas meninas é velado e os dados podem estar subestimados. Portanto, há a necessidade de representá-las para além das funções domésticas, cabendo destacar que estas atividades são tão prejudiciais ao seu desenvolvimento quanto o trabalho visível nas ruas. Assim, elaboraram-se as histórias ficcionais que representam meninas trabalhadoras.

A composição do cenário foi realizada por meio de trabalho voluntário e autoral de um artista plástico botucatuense, e a diagramação foi feita pelo uso de ferramenta digital online e gratuita. Dessa forma, sua produção é simples, de baixo custo e pode ser pensada para outras temáticas.

A personificação e identificação com os cenários permitem aos educandos assimilarem que aquela situação está presente no cotidiano da população brasileira. Não obstante, os olhares mais cuidadosos podem enxergá-los em cidades pequenas ou grandes, industriais e turísticas.

Embora os setores do mercado de trabalho nos quais os jovens estão inseridos estejam sujeitos às flutuações da demanda agregada e às características gerais do mercado de trabalho, em geral a juventude é atingida mais severamente em momentos de retração e menos beneficiada em períodos de melhoria e/ou recuperação. (CONSTANZI, 2009, p, 38).

É de suma importância considerar que o enfrentamento ao TI deve ser universalizado, dada a importância em preservar os direitos das crianças e adolescentes pela comunidade em geral, conforme prevê o ECA (1990).

Buscou-se, assim, atingir o objetivo geral do produto, ao propor uma análise reflexiva junto ao público-alvo sobre as consequências da inserção precoce no mercado de trabalho.

Para tanto, esquematizou-se por meio da instituição de dados, os paradigmas que permeiam a infância brasileira e os impactos originados de tabus que associam o trabalho infantil com formação moral.

Apresentou-se dados que sensibilizaram os entrevistados da pesquisa sobre os prejuízos que a inserção prematura no trabalho pode causar às crianças, criando para cada história uma ficha de apresentação dos personagens, colocando a atividade laboral, idade, local de nascimento, sonhos e futuro, como meio de humanizá-los e torná-los mais verídicos aos estudantes.

A pesquisa foi realizada com 69 estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental I em uma escola pública municipal no interior paulista.

7.1 Diagnóstico da Localidade

A escola municipal de ensino fundamental I está localizada em região periférica em uma cidade de médio porte no interior paulista e atende cerca de 320 educandos distribuídos entre os períodos matutino e vespertino. O entorno da escola é composto por casas simples e com famílias numerosas. Há cerca de três décadas, muitos terrenos foram vendidos por valores abaixo do mercado, como meio de angariar mão-de-obra a necessidade rural sazonal, em vias de suprir a defasagem de trabalho temporário à época.

O crescimento da cidade de Botucatu não foi planejado, permitiu a criação desordenada de bairros afastados, surgindo então os problemas, como os transportes, por exemplo: problemas da urbanização que até hoje não foram convenientemente resolvidos. Isso se vê no Parque Marajoara, no Jardim Brasil e em muitos outros bairros onde a distância do centro da cidade e o desequilíbrio social são muito grandes. (CARVALHO e TOZONI-REIS, 2009, p.117)

Uma grande parcela das famílias conta com auxílio governamental para a manutenção de despesas mensais, reforçando a situação de vulnerabilidade e a importância do empoderamento como ferramenta de superação da realidade apresentada.

A necessidade constante de complementação de renda entre as famílias atendidas pelo ambiente escolar possibilita repensar a necessidade de abordar assuntos de temáticas sociais, dado que a necessidade de manutenção das despesas domésticas é apontada como um dos fatores essenciais na inserção precoce ao trabalho infantil, com a concordância dos responsáveis pelas crianças. "Adicionalmente, políticas públicas exclusivas para tempos de recessão são necessárias, de modo a evitar o agravamento das incidências de trabalho infantil no Brasil" (SILVA et al., 2018, p.19).

A situação econômica pela qual passa o país no momento solicita uma análise minuciosa de como a inflação, o aumento no preço dos alimentos e a evasão escolar, causados por um governo que não soube se posicionar assertivamente durante a pandemia, têm contribuído para o aumento do TI.

7.2 Descrição da Ação

As ações culminaram em uma sequência didática, que evidenciou a intencionalidade e os objetivos do trabalho em espaço de educação formal com o produto elaborado.

O primeiro aspecto que se buscou discutir nesta pesquisa foi o termo produto, assim como analisar criticamente as propostas de TICs e metodologias ativas, não como a finalidade da ação, mas como recurso auxiliar para a prática

pedagógica, considerando que as atuações intencionais podem ser capazes de propor alterações de contextos.

Ao ponderar que a proposta elucidada nesta dissertação tomou por base em concepções pedagógicas contra hegemônicas, destaca-se o rigor técnico-científico e a ênfase aos saberes clássicos, que são conceituações inerentes à PHC e a dialogicidade freiriana, tomando como ponto de partida o contexto de vida do grupo de estudantes. A sustentação da pesquisa estabeleceu-se pelo seguinte percurso metodológico: levantamento bibliográfico, aplicação de questionários, produção de autoria de um E-book e análise de mudança de contexto com a intervenção do photovoice (fotos faladas).

No decorrer do estudo, apontam-se problemáticas que se apresentam no local antes e depois de sua existência, onde compete rememorar que a descentralização de serviços deve estar pautada na qualidade infraestrutural, na oportunidade de gestões democráticas e na contratação de funcionários para sua efetiva realização.

Portanto, considera-se importante destacar que a validação do recurso educacional desenvolvido ocorreu mediante práticas pedagógicas capazes de identificar tabus e mitos tipicamente estruturados individual e coletivamente, a partir da categorização rigorosa de estudos.

É necessário interpretar os conceitos que estão instituídos pelo grupo das crianças respondentes a respeito do TI e da EDH como meio de averiguar, ao final da sequência, se houve indícios de mudanças nos contextos geral e específico e apresentar esses dados para legitimação do estudo.

Portanto, explanou-se a sequência de ações, a conversa a despeito da importância do TALE e do TCLE, enquanto ferramentas de certificação de ação voluntária dos participantes da pesquisa.

Subsequente à primeira ação, optou-se por distribuir um questionário previamente elaborado com perguntas fechadas, que permitiu a instituição de dados e, mediante a categorização de inferência dos respondentes, possibilitou

interpretar como eles analisavam a situação antes de receptarem as tramas que se desenrolaram na contação de histórias.

Propôs-se, então, a leitura silenciosa e individual do E-book pelos participantes da pesquisa, seguida da exposição realizada pela pesquisadora com ritmo e ênfase nas narrativas, a fim de certificar o entendimento de todos.

As histórias contadas no livro digital são inspiradas na metodologia aplicada e nas fontes bibliográficas levantadas para o desenvolvimento da pesquisa e contam a respeito das vivências percorridas pela dificultosa realidade que permeiam as crianças em situação de TI.

Acontecimentos divulgados em diferentes meios de comunicação permitiram a criação dos personagens, que vão se compondo ao tomar base em outras tantas observações e anotações que ocorreram durante a minha ocupação profissional como educadora de projeto social e professora de Educação Básica.

Entretanto, tratou-se de uma obra ficcional, que não narra a trajetória peculiar de uma determinada criança, de modo a manter a autoria do projeto e a privacidade do público infanto-juvenil, dos quais suas histórias inspiram a discutir as políticas públicas aplicadas e não replicá-las como apropriação de situações que por nós não foram vivenciadas.

Ao decorrer de cada elóquio, salientou-se os ciclos de violações pelos quais as famílias vulneráveis economicamente estão passíveis. A primeira descrição é representada por uma personagem de 8 anos em uma cidade do interior paulista, que, há pouco mais de uma década, registrava o alarmante número de 8 mil crianças e adolescentes trabalhando na produção de joias, conforme denunciou pesquisa publicada por Ferreira (2005).

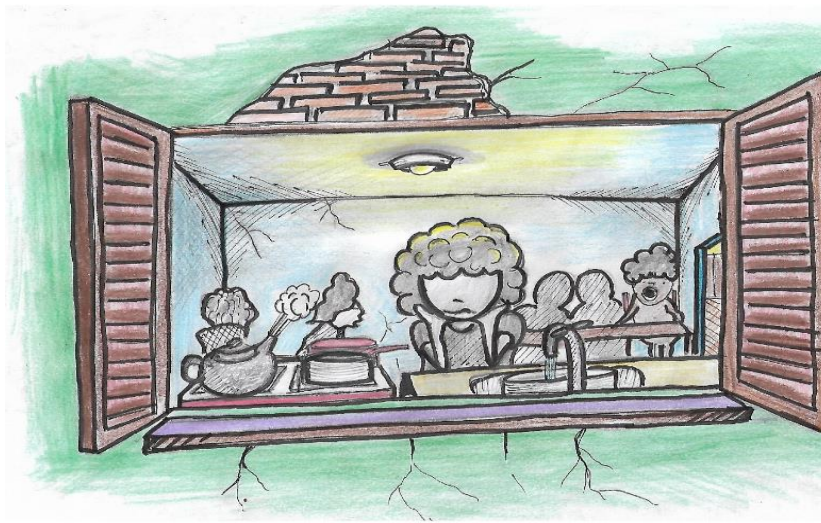


Figura 9 - Imagem que destaca responsabilidades exacerbadas para a faixa etária
Fonte: Os autores.

A faixa etária é pertinente ao público que está sendo referenciado neste estudo, crianças matriculadas no quinto ano do Ensino Fundamental I, que estão em processo de letramento dos componentes curriculares, onde o exercício laboral traz consequências cognitivas, ao mesmo tempo que estabelecem relações lucrativas ao mercado industrial.

A produção em larga escala de joias e semijoias necessita de emprego de ações repetitivas e meticulosas, assimiladas com facilidade, considerando o tamanho das mãos e delicadeza dos membros das crianças pequenas.

As análises convergem, cada vez mais, para a necessidade de mudança de paradigma da atuação do Governo, onde o desembolso gasto através de Políticas Públicas para retirar uma criança da exploração do trabalho e inserí-la numa escola que lhe permita uma boa educação precisa ser visto como investimento necessário, com retorno garantido, tanto financeiro quanto social, a longo e curto prazo. (MONTE, 2008, p.268).

Por isto, faz-se analogia ao baixo rendimento escolar e ao cansaço físico, identificados com facilidade por equipe multiprofissional capacitada para acuidade da situação.

O RELÓGIO PASSA RÁPIDO NA AULA
E, MARIA NÃO ENTENDE NADA,
ESTÁ SEMPRE CANSADA
FICA ATENTA AO SEGREDO VELADO
DAS JOIAS FABRICADAS.
MARIA TRABALHA À TARDE, TRABALHA À NOITE,
NÃO HÁ TEMPO PARA LIÇÃO DE CASA

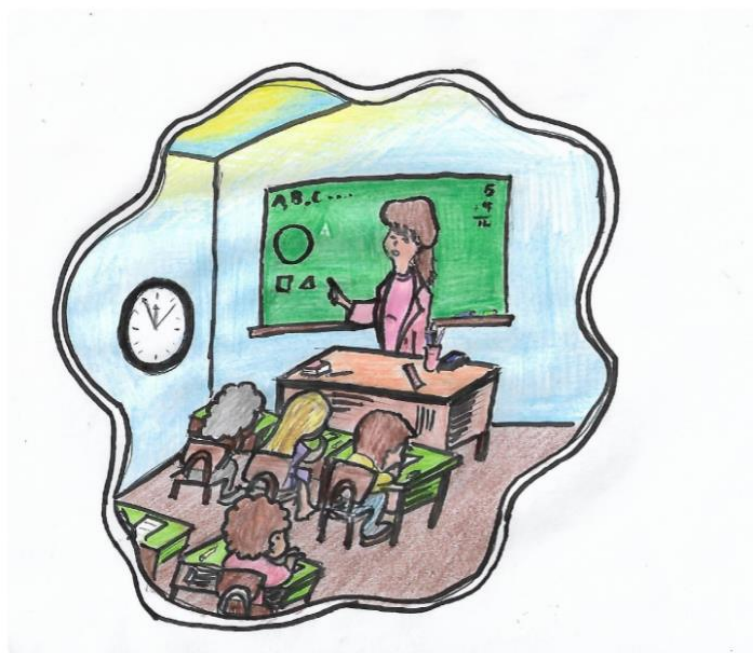


Figura 10 - Versos a respeito dos prejuízos cognitivos propiciados pela prática do trabalho informal.

Fonte: Os autores.

O bullying e a perseguição, também, são temas que se ajustam às questões do TI, das famílias com baixa renda econômica, como exemplo, o público participante de projetos sociais e matriculados em escolas periféricas. Assim, como já citado anteriormente, não devem ser tratados com amorismo

ou achismos, tão pouco, discutidos em situações pontuais, por simples repreensões e punições.

ENQUANTO, ESPERA O TRANSPORTE ESCOLAR,
PERCEBE UM FURO QUE ATÉ ENTÃO,
NÃO ESTAVA LÁ,
PENSA NOS XINGAMENTOS,
NA ZOAÇÃO,
NAS CALÇAS RASGADAS,
QUE NINGUÉM VAI PERDOAR

SE SE TEM UMA CERTEZA,
É QUE A POBREZA É CERTEIRA
EM DEIXAR GENTE SE SENTINDO SEM EIRA,
NEM BEIRA
EM LIMEIRA



Figura 11 - Retrata o cansaço físico, baixo rendimento escolar e ausência de amigos.
Fonte: Os autores

Violência e a autoviolência em comunidades pobres, dentro e fora dos equipamentos públicos precisam ser abordadas dentro do PPP, de maneira intencional, organizada e consciente. Preferencialmente, deve-se mobilizar o entorno escolar para que as situações não sejam isoladas dentro do ambiente de educação formal.

A escola é um espaço de propagação das relações sociais que se estabelecem em seu interior e, também, em ambiente externo, perpassa por aceitar agrupamentos diversos, é, também, espaços de confrontos de hábitos, atitudes, crenças e escolhas, podendo gerar relações abusivas, práticas violadoras, destrutivas ou autodestrutivas. (DIONÍSIO E QUEIROZ, 2020).

O ajustamento de padrões e perfis moldados ao mercado de trabalho, designa as habilidades proferidas pelas escolas moduladoras da economia capital, disciplinando mentes e corpos para a manutenção da engrenagem. (LIMA, 2018).

Tomando por base a violência como um processo cíclico: “a ausência de intervenção poderá levar à perpetração da violência, pelo fato de a criança ter seus direitos negligenciados e permanecer em um círculo de silêncio” (RIBEIRO et al., 2012, n.p.).

Cada vez mais presente no cotidiano da sociedade, a escola focaliza esses sentimentos como uma espécie de válvula de escape social, ela é reflexo das questões cotidianas, onde a disputa de poderes se estabelece pelo autoritarismo, em detrimento a autoridade e respeitos mútuos, conforme foi possível aferir no local de pesquisa.

Assim, a pontualidade das ações em EDH, como cumprimento de projetos desarticulados da rotina escolar, é uma afronta às verdadeiras intencionalidades de planos pedagógicos que transpassam os conteúdos curriculares, alinhando a EDH às propostas, rotinas e PPP da escola. Sendo o TI um dos pontos, que devem ser analisados com criticidade e quebra de tabus para a garantia dos direitos das crianças.

Adotar a EDH como eixo vertebral das práticas escolares significa priorizar a formação integral dos estudantes por meio de três dimensões: epistemológica (acesso ao conhecimento e informações relativas aos direitos humanos); axiológica (vivenciar valores relacionados aos Direitos Humanos) e práxis (agir de acordo com os valores e os conhecimentos apreendidos). (KLEIN e D'ÁGUA, 2015, p.279)

Abordou-se, também, a questão da falta de produtos de higiene entre famílias vulneráveis economicamente e as situações constrangedoras, que passam as crianças que não contam com auxílio para manutenção da limpeza, a

escovação dentária e os cabelos penteados. Destaca-se, que a falta de acesso aos produtos como escovas de dentes e cabelos que são essenciais para a manutenção do bem-estar.

A intervenção de equipe multiprofissional fomentada por formação técnico-cognitiva que elucida o trabalho em rede escalona novos degraus na vida de crianças e adolescentes em situação de pobreza ou extrema pobreza.

A informalidade do trabalho doméstico, que não se caracteriza, exclusivamente, nos afazeres da casa, mas, que podem estar camuflados na terceirização da industrialização dos produtos, destacam-se pelas narrativas das crianças trabalhadoras em Limeira, no interior de São Paulo.

Discutidos aqui, na produção de joias e semijoias, referenciando um passo essencial de denúncia e combate, que originou no município paulista a criação de Conselho Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, com vistas a capacitar equipe multiprofissional para o entendimento e desmistificação da situação.

Vislumbra-se, o trabalho doméstico absconso e a terceirização de serviços, que culminou em atravessadores de captação de mão-de-obra barata; a primeira gera uma intrigante aceitação de criança trabalhadora no próprio lar. A segunda situação alarma a um problema escancarado em cidades de médio e grande portes, desvenda-se um obscurantismo avassalador de meninos e meninas, que realizam atividades laborais como vendedores ambulantes. “A banalização da violência em relação à vida das camadas mais empobrecidas da população brasileira, transformou os horrores constantemente divulgados pela imprensa em condições exóticas”. (NEVES, 2001, p.155).

JÁ FOI ATROPELADA
PISCOU O OLHO...
QUASE FOI DE NOVO
O CORPO É CHEIO DE MARCAS
O ASFALTO NÃO PERDOA,
O CAMINHO, TAMBÉM, NÃO!
A VERDADE É QUE ELA NUNCA NEM QUIS VENDER NADA
HÁ TEMPOS DEIXOU DE GOSTAR DE DOCES E BALAS



Figura 12 - Retrata os perigos enfrentados nas ruas e a naturalização desta situação.
Fonte: Os autores.

Dentro do ambiente doméstico, o trabalho das crianças pode passar despercebido, enquanto aquelas que trabalham como vendedoras ambulantes enfrentam situações de grande vulnerabilidade, sendo muitas vezes estigmatizadas como "trombadinhas". Elas estão expostas a diversos perigos, como violência física, acidentes de trânsito e abuso sexual.

É surpreendente como a presença delas nas ruas se tornou tão comum aos olhos da sociedade, a ponto de não causar grande comoção. Raramente são vistas como alvo de denúncias ou como uma questão social que necessita de intervenção política, sendo mais frequentemente objeto de compaixão do que de ações concretas para solucionar o problema.

Além dos perigos físicos, como atropelamentos e exposição às intempéries, essas crianças enfrentam xingamentos, insultos, jornadas de trabalho exaustivas, baixa remuneração e uma série de problemas sociocognitivos, além de estarem sujeitas à violência policial e sexual devido à sua exposição constante nas ruas.

O ciclo vital de uma família pobre se dá de forma mais acelerada no tempo e com etapas menos definidas e mais encurtadas. Nas famílias de classe média observamos o prolongamento da adolescência, já nas famílias pobres acontece justamente o contrário. Há o encurtamento desta etapa, na verdade não só desta, mas como de todas as outras, inclusive da infância. (SILVA e BECK, 2010, p.6).

Quando as resistências se suprimem, os programas educacionais neoliberais se configuram e propiciam uma escola voltada para a competitividade e para o individualismo.

A pandemia trouxe a proposta de reinvenção em momentos de crise, assim, justificou-se o ato fotográfico como um ato consciente. Na contemporaneidade, a produção imagética e efusiva tem nos levado a refletir pouco a respeito do que é produzido, sendo importante um roteiro de trabalho.

Então, para a sequência abordada, usou-se fotografias de autoria conhecida, como meio de propiciar a sensibilidade imagética na avaliação da ação e das intenções do produto educacional. A interação por meio da fotografia como ferramenta de sensibilização, corresponde à busca de usar recursos para diferentes tipos de aprendizagens, de modo a alcançar o maior número de educandos que estejam participando da pesquisa e outros que venham se interessar pelo recurso pedagógico elaborado.

Souza (2022) considera que as metodologias de projeto estão em voga, embora o espanhol Fernando Hernandez (1998) venha trabalhando com esta

metodologia na área da educação há pelo menos quatro anos, além de divulgá-la em larga escala.

Corroborando com a autora, uma linha americana e empresarial apropriou-se dela de maneira espúria e com objetivos diferentes do autor espanhol, que suscita a importância da transgressão dos programas educativos mecanizados, propondo mudanças na educação.

A metodologia de projetos para estes autores, Souza (2022) e Hernandez (1998) compilam características da pedagogia Freinet, ao valorar as experimentações cotidianas.

E, ainda, em conformidade com os autores há uma conjuntura de características das concepções freinetiana e freireana, ao rebater que estão presentes a dialogicidade e as vivências individuais e coletivas como ponto de partida para as ações.

O resgate do projeto de trabalho, a partir dos lugares que eles vieram, demarcando uma posição que se contrapõem às vivências neoliberais, dos quais o Brasil por anos resistiu, mas que no atual programa de governo tem se expandido. (SOUZA, 2022)

Ao sugerir, que a atividade deva ser finalizada com a técnica da foto falada, considerou-se a necessidade de discutir as funções pedagógicas nas proposições das metodologias ativas, mediante uma análise crítico-reflexiva, de modo, que não se trata de negar a importância das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) no interior da escola, mas de compreendê-las, enquanto ferramentas de trabalhos pedagógicos amplos.

7.3 Proposta de Alteração do Contexto

Os aspectos que rodeiam a prática do TI, conforme elementos coletados em pesquisas científicas, apontam grande incidência da problemática em bairros com elevados índices de pobreza, cidades em crescimento acelerado e desorganizado, assim como, a falta de conscientização a respeito da temática e tabus arraigados socialmente, que estão presentes frequentemente entre pessoas com baixa escolaridade.

A proposta de alteração relaciona-se notadamente com a escolha da unidade escolar e as mudanças ocorridas no município, conforme levantamento em estudo prévio a respeito do entorno, onde verificou-se a falta de projetos específicos a respeito do tema com as crianças participantes da pesquisa.

Durante a investigação, fez-se questionamentos em relação à vivência dos sujeitos de pesquisa com o assunto abordado, buscando uma melhor compreensão por estes do entendimento a respeito da violação de direitos das crianças e adolescentes, quando se inserem precocemente no mercado de trabalho. Esta prática ocorreu por meio da aplicação do produto elaborado.

Visando esclarecer junto ao público-alvo que a inserção prematura em atividade laboral é prejudicial ao desenvolvimento cognitivo, ao desenvolvimento físico, às alterações comprovadas no estado emocional, além de não trazer contribuições financeiras e reforçar o ciclo de vulnerabilidade socioeconômica em famílias de baixa renda.

Buscou-se, assim, demonstrar a importância em articular EDH no PPP das unidades escolares, transformando-se numa prática constante, inerente ao processo pedagógico, à própria história da instituição, com vistas a formar, apurar e multiplicar ações transformadoras para as temáticas sociais das comunidades desamparadas por políticas públicas eficazes.

8 ANÁLISE DE DADOS

A metodologia utilizada na obtenção de dados correspondeu a uma intervenção pedagógica, ocorrida no contraturno das atividades curriculares comuns, grafadas como Oficina de Produção de Textos. Argumentou-se que não se tratava de uma atividade avaliativa, permitindo a análise de uma ação

voluntária, com cunho explicativo das prerrogativas que sustentam a erradicação do TI.

Evidenciou-se que as respostas do questionário não atribuíam valores quantitativos, morais ou de exposição. Concomitantemente, destacou-se a relevância da sinceridade nas escolhas das alternativas para que a apuração de dados fosse fidedigna aos conceitos que os respondentes trazem consigo e a possibilidade de aferir transformações de opiniões durante a pesquisa, assim como conferir a manutenção delas.

Foram orientados também a respeito da oportunidade de desistência em qualquer fase do processo, assim como a garantia do anonimato e a certificação de que os dados obtidos teriam exclusividade para publicação científica. O ato de esclarecimento refere-se a uma etapa importante que atribui lisura à intervenção, considerando a veracidade nas opções de cada participante.

Por conseguinte, optou-se pela intervenção presencial com uso de computadores do laboratório de informática, uma vez que o formato do produto é uma ferramenta digital. A ideia estava em observar a capacidade do público-alvo em lidar com o material e orientar a respeito dos processos, de modo que não houvesse nenhum tipo de influência externa ou entre os próprios estudantes na efetivação da pesquisa.

A escolha da versão digital justifica-se como meio de atingir o maior número de pessoas, sem depender de recursos financeiros extras, sendo a opção online essencial para a sua maior divulgação em instituições escolares do município, onde tanto as instituições escolares centrais quanto as periféricas passaram a contar com salas de recursos tecnológicos pós-pandemia.

A primeira ação constituiu-se em orientar os participantes a assinalar as alternativas que mais os representavam diante de afirmativas pautadas em estudos anteriores, intitulado Atividade Inicial (conforme Apêndice A), com vistas a desvendar as percepções em relação aos tabus que permeiam o TI. A

amostragem considerou 69 respostas válidas, dadas por estudantes presentes no dia da intervenção.

Percepções aparecem com base em Chauí (2000, p.154): “é sempre uma experiência dotada de significação, isto é, o percebido é dotado de sentido e tem sentido em nossa história de vida”. Dessa forma, a busca de dados para o entendimento do estudo pautou-se em questionar se os educandos concordavam com as afirmativas.

Ao debater os mitos e tabus que envolvem o TI, Vilani (2007) destaca conceitos reverberados pelo senso comum, como: o “trabalho é formativo, uma escola de vida, que torna o homem digno” (p. 88). Considerando o primeiro questionamento, os participantes foram convidados a evidenciar se concordavam ou não com a situação, resultando no gráfico abaixo.

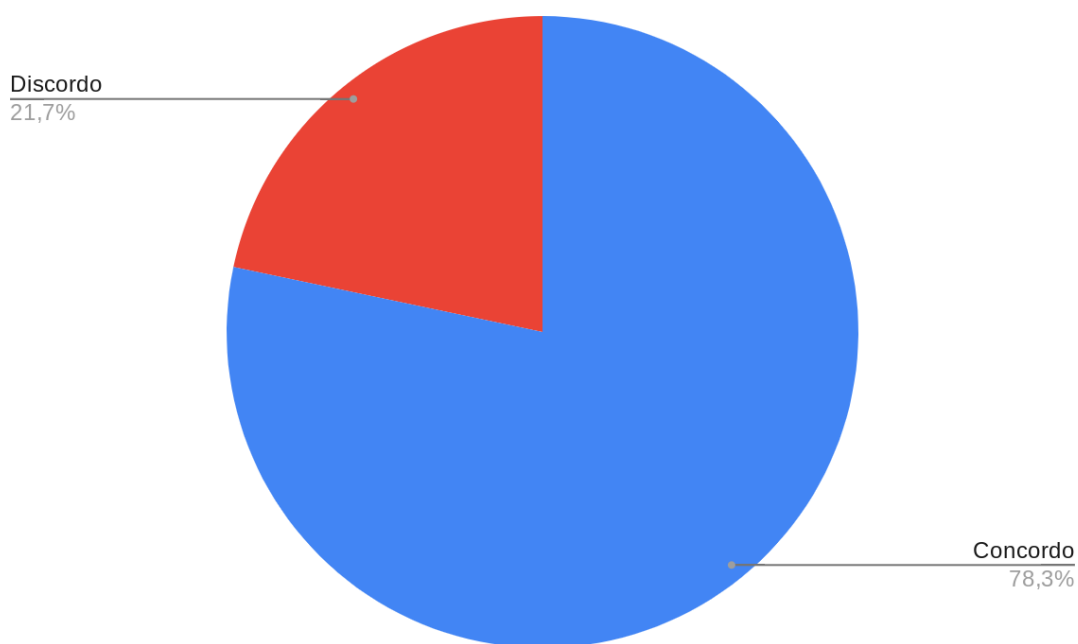


Gráfico 3- Trabalho X Dignidade Humana
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Esta estigmatização sugere que a atividade laboral está atrelada às ponderações sobre dignidade humana, compreendendo que o homem produtivo é merecedor de respeito, enquanto aquele que não materializa seus esforços em trabalho não se humaniza.

É de suma importância salientar que: “o trabalho infantil é uma atividade que gera benefícios imediatos na forma de renda, mas gera custos por não estudar e/ou por reduzir o tempo de lazer” (KASSOUF, 2007). Assim, destaca-se que nem formativo, nem contributivo ele é, a inserção precoce no mercado de trabalho não traz benefícios aos seus executores.

Resgata-se que no espaço de tempo entre a pesquisa de Vilani (2007) e a que apresentamos, os paradigmas não foram superados. O tratamento das informações aqui ocorre na exclusividade da faixa etária que é exposta a esta situação de violação e, contrariamente, 78,3% deles, ao concordarem com este estigma, demonstram que não se enxergam como parte do processo.

Na sequência, estabeleceu-se quais destas contradições estão presentes entre aqueles que vinculam o trabalho como etapa de amadurecimento para a fase adulta. Ao declarar que “a infância é tempo de formação física e psicológica; tempo de brincar e aprender”, segunda afirmativa do formulário. Nesse momento, o respondente considera que as práticas laborais não podem demandar este intervalo essencial para a evolução humana, etapa transicional com necessidades peculiares e de medidas protetivas.

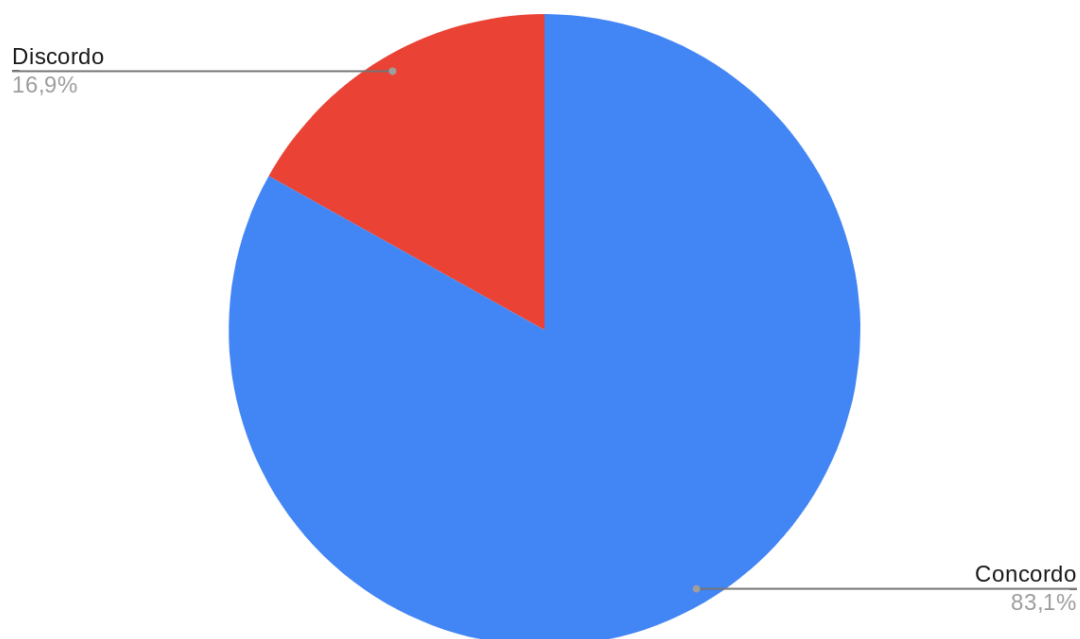


Gráfico 4: Infância: tempo de brincar e aprender

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Paradoxalmente, os 78,3% que vincularam a dignidade do trabalho como escola formativa, não relacionam que esta prática seja exercida por crianças em etapas de aprendizagem e despossam o tempo de brincadeiras. Assim, infere-se que a atividade laboral praticada pelo público infanto-juvenil é vislumbrada diante da função de aprendiz, mas, na prática, como já discutido nesta pesquisa, não são estas formas de trabalhos que se submetem as crianças pobres. Elas são inseridas compulsoriamente em natureza de trabalhos degradantes, que oferecem riscos físicos, cognitivos e psíquicos.

Portanto, catalisa-se esforços para apurar quais são as significantes que justificariam a aceitação em introduzir crianças e adolescentes no mercado de trabalho informal, não como estruturas de aprendizagens, mas, enquanto contribuição econômica para o sustento de uma família.

E esclarecer que os núcleos familiares deveriam proteger essa pessoa pela sua condição peculiar de ser em desenvolvimento. As famílias que estão sem condições de exercer seus deveres, devem estar cômicas, que crianças e adolescentes necessitam ser acolhidas corretamente pelo poder público.

Isolou-se algumas variantes, que contribuem para o entendimento destes tabus e aproximação com a realidade dos respondentes, interpretando o que eles buscam estabelecer como aceitável ou não. Então, enleou-se os critérios qualitativos de TI e formação moral, propondo a seguinte afirmação: “o trabalho tem valor ético e moral que ajuda a formar o caráter de seres que estão em desenvolvimento” (Vilani, 2007, p.88).

O gráfico abaixo representa os índices apurados diante da terceira afirmativa:

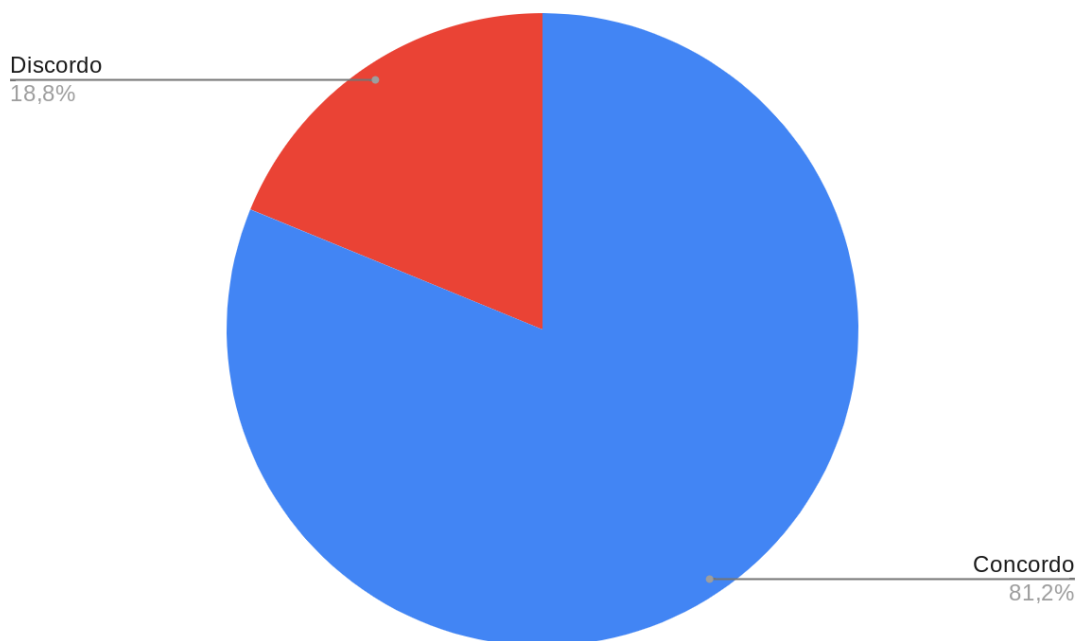


Gráfico 5- Formação Infanto- Juvenil
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021

A moralidade seria a justificativa para a inserção precoce do ponto de vista dos respondentes, esta confusão ocorre por uma série de condicionantes que relaciona a situação de pobreza e extrema pobreza com ciclos de violência e drogadição, possibilitando a sensação de que essas relações formativas são consideradas apenas para menores de idade socialmente marginalizados.

Mas na prática, a relação da criança trabalhadora no mercado informal é ultrajante e faz com que elas se sintam desestimuladas a dar continuidade aos estudos, já que não enxergam um futuro promissor na formação escolar. De acordo com Saviani e Duarte (2010 p. 428): “o produto do trabalho alienado assume a forma de um objeto alheio, estranho, externo e hostil ao trabalhador”.

O meio de compreensão de como as relações de trabalho são assimiladas pela incidência de respostas são analisadas nos percentuais apontados diante da seguinte afirmativa: “o trabalho pode ser considerado um fator positivo, no caso de crianças que vivem em situações de pobreza ou vulnerabilidade social”.

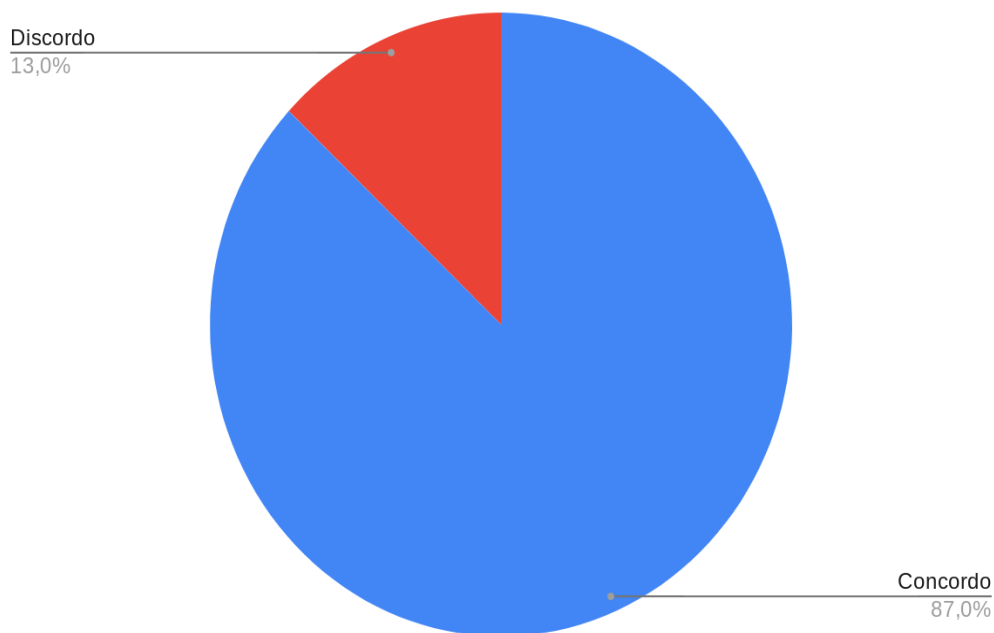


Gráfico 6- Trabalho X Fonte de Renda
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

O índice de aceitação de TI somente entre crianças em situação de vulnerabilidade econômica destaca a estigmatização da problemática que transpassa as questões de pobreza e extrema pobreza, ao estabelecer que as proposituras do Estatuto de Crianças e Adolescentes (1990), evidencia-se o papel fundamental da comunidade em geral como mantenedora dos direitos na infância.

Por isso, questionou-se a respeito da aceitação do TI no cotidiano, ao indagar se durante a própria trajetória de vida, eles haviam se deparado com crianças trabalhadoras e todos os entrevistados assinalaram que sim. Descartou-se a possibilidade de apontamento de um gráfico em sua totalidade por sua ineficácia visual.

Em relação a pergunta, cabe destacar que em um primeiro momento pode parecer que ela fora muito genérica e intuitiva, entretanto, não se trata de uma opinião, em 2017 tramitou no Senado Federal o Projeto de Lei (PLS 237/2016) que buscava alterar o Código Penal “para caracterizar e tipificar o crime da exploração do trabalho infantil, como explorar, de qualquer forma, ou contratar, ainda que indiretamente, o trabalho de menor de 14 (catorze) anos em atividade

com fim econômico”, todavia sem sucesso com prazo de vista encerrado em 10/09/2019, justificando-se assim, a importância em esclarecer, que a atualização da lei e a fiscalização efetiva contribuirão para mudança de paradigmas.

A continuidade da intervenção ocorreu mediante a leitura das histórias elaboradas, destacando que as narrativas surgem mediante pesquisa científica resultando no produto educacional, enquanto exigência parcial para a conclusão do curso.

Num primeiro momento, foi sugerida a leitura silenciosa e individual, assim, buscou-se garantir que cada um pudesse em seu ritmo observar as gravuras, ler as rimas e conhecer o projeto. Em seguida, foi realizada a leitura pela pesquisadora-participativa em voz alta com entonação, ritmos assertivos e garantia de acesso às histórias por todos os participantes.

Finalizou-se o processo com o segundo questionário, que vislumbrou a percepção dos estudantes a respeito do produto educacional estudado. As perguntas a respeito do material didático produzido buscam validar e discutir a aceitação ou ineficácia da sequência, frisando as considerações obtidas ao final da apuração de dados.

Para tanto, dividiu-se em dois blocos de perguntas, o primeiro diz respeito à avaliação do produto e o segundo, refere-se à percepção do TI após a intervenção em vias de confrontar as opiniões iniciais e finais. Quando interpelados acerca da qualidade das narrativas dentro do contexto do TI, obteve-se o gráfico:

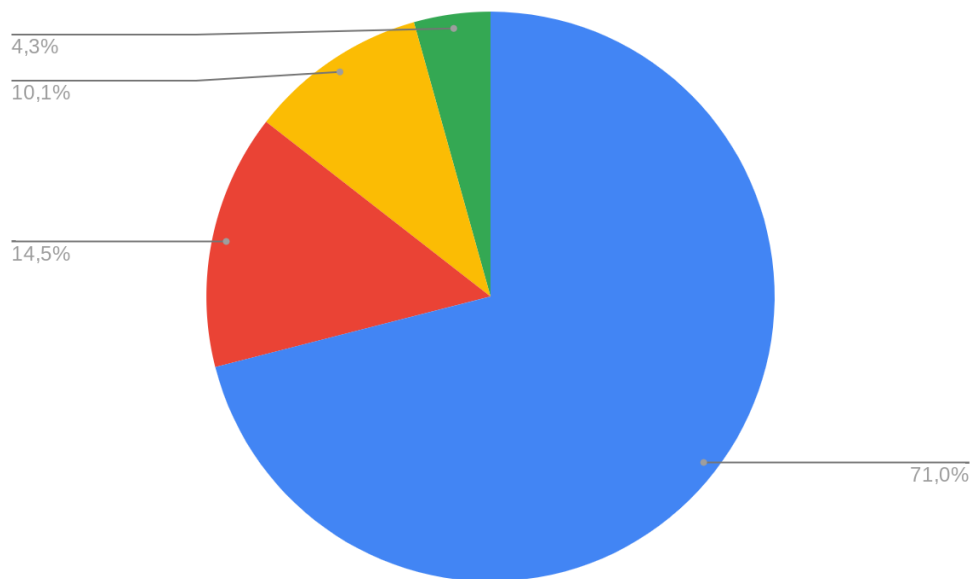
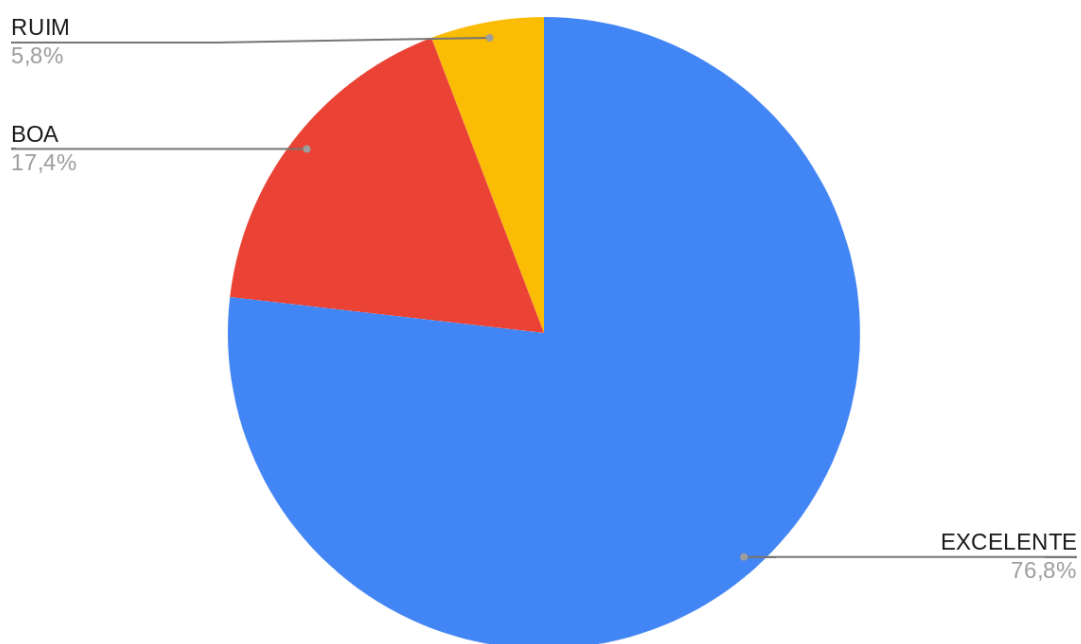


Gráfico 7- Opinião a respeito do livro digital
 Fonte: Elaborado pelos autores, 2021

Sendo que, 71% dos entrevistados responderam que a qualidade das histórias era ótima, 14,5% consideraram boas para o entendimento da temática abordada, 10,1% apontam que estão fora da realidade que permeia a faixa etária e as questões do TI e 4,3% não tinham opinião formada a respeito do assunto.

Ao solicitar que respondessem à pergunta no tocante a condução da sequência realizada no dia da pesquisa, enquanto proposta de intervenção, a avaliação obtida foi a seguinte:



Sendo possível considerar, que a ferramenta cumpriu o seu papel de permitir que crianças de zonas periféricas se identificassem com o produto, compreendessem a narrativa e tivessem autonomia no uso do recurso.

A pedido da pesquisadora, os respondentes registraram suas percepções e atribuíram valores por meio da metodologia conhecida como escrita narrada. Fez-se uso da imagem de um veículo de comunicação de massa, que retrata a dificultosa rotina de crianças trabalhadoras no interior paulista e duas fotografias de Sebastião Salgado que abordam os obstáculos enfrentados pelo público infanto-juvenil à mercê da pobreza ocasionadas pelo êxodo territorial.

A técnica de foto narrada é uma ferramenta qualitativa, que permite entender a complexidade de discussões por meio do objeto fotografado. Infelizmente, a situação pandêmica impossibilitou aulas-passeios para o registro individual. Visando não perder a referência de discussão, fez-se uso com suas devidas referências das fotos publicadas pelo famoso fotógrafo. A escolha deu-se pela delicadeza do autor ao capturar as dificuldades sociais enfrentadas por populações marginalizadas.

“Em escolas, comunidades, associações, instituições, organizações sociais, o método do photovoice tem sido utilizado para elaboração de diagnósticos no reconhecimento de problemáticas e a tomada de decisões”. (SOUZA, 2022).

Para sensibilização dos respondentes fez-se uso de imagem publicada em jornal impresso, O Estado de São Paulo, terça-feira, 12 de dezembro de 2006. Na cena, duas meninas estão no interior de sua residência, realizando o trabalho repetitivo de montagem de joias, manuseando equipamentos como solda, alicates e soluções ácidas para sua lavagem. Disponível em endereço eletrônico: https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Trabalho-de-montagem-envolvendo-familia-e-criancas-em-domicilio-foto_fig2_250989892

Questionou-se a respeito do sentimento que esta foto causava nos respondentes. As perguntas abertas permitem a categorização de sentimentos e valores que nem sempre podem ser atribuídos em respostas fechadas. Assim, o entendimento que possa estar comprometido ou a resposta involuntária podem ser apuradas com maior precisão.

As respostas aferidas imputam os sentimentos de tristeza, abandono e necessidade de amparo. Destaca-se este comentário: “Tem duas crianças, uma cuidando da outra. A bebê está só, a outra trabalhando” (Transcrição de respondente retirada de formulário online, plataforma Google).

Assim, destaca-se a importante inferência interpelada na resposta de uma criança sincera ao visualizar uma injustiça, que muitos adultos ignoram. Busca-se novas referências para a discussão e articulação dos direitos de crianças e adolescentes, na formação contínua de um grupo crítico, que enxerga a realidade com clareza.

A transcrição da resposta permite analisar a sensibilidade das crianças quando se defrontam com situações de risco e abandono.

Em continuidade, utilizou-se uma imagem de Sebastião Salgado (2000), composição do livro “Êxodos” e acessível no site: <https://sandrasabino.blogspot.com/2013/10/semana-da-crianca-parte-2-trabalho.html>. A imagem corresponde a crianças em atividades laborais na zona rural, na função de cortadores de cana-de-açúcar.

A despeito da segunda foto, questionou-se, a percepção dos respondentes, todos se revoltam com a situação. Grifa-se o seguinte comentário: “essas crianças estão trabalhando bem nova” e complementa-se com a narração de outra participante: “Crianças fazendo trabalho de adultos”; (transcrito de formulário online, resposta dada por um(a) entrevistado(a)).

“Eu não consigo nem “olha” para isto “pq” já dá para ver que não estão bem. Tão triste quanto a anterior consigo ver seus rostos castigados pela injustiça em tão pouco tempo de viver se quer sabem o que é certo ou errado”; (transcrito de formulário online, resposta dada por um(a) entrevistado(a)).

Na terceira foto selecionada para a intervenção, optou-se em sequência, por imagem de Sebastião Salgado, 2000, também, selecionada na mesma obra, da qual, não disponibilizamos aqui, por direitos autorais, mas que pode ser visualizada no link: <https://racismoambiental.net.br/2019/07/13/a-real-face-do-trabalho-infantil-no-brasil/>.

Nela, um menino segura um podão (instrumento usado para cortar cana-de-açúcar), enquanto realiza o trabalho insalubre.

A imagem que finaliza a intervenção tem o intuito de promover a reflexão, a respeito do quanto o trabalho pode ser perigoso e desoneroso às crianças pequenas, estabelecendo a conexão entre seguridade e exposição. Diante das

narrativas, registrou-se algumas anotações: “ele pode se machucar ela tinha que estar na escola e tendo carinho e cuidado dos seus pais”; “trabalhando todos os dias chuva sol vento etc só pra comprar um pão para não morrer de fome”; (transcrito de formulário online, resposta dada por um(a) entrevistado(a); “é tão confuso, o porquê, eles não têm uma infância normal com brincadeiras e etc... têm que trabalhar tão cedo?” [Transcrito de formulário online, resposta dada por um(a) entrevistado(a)].

Por meio da análise dos documentos escolares aferiu-se um abismo entre os documentos regulatórios que asseguram sua existência e a realidade apresentada na oferta de seus serviços. A leitura do PPP (Projeto Político Pedagógico), nesta unidade possibilitou a compreensão de que ele é um documento que se tornou burocratizado no espaço, uma vez que é um modelo padronizado para todas as ETIs (Escolas de Tempo Integral) municipais, o que descaracteriza a funcionalidade de sua existência.

Outro aspecto que causou estranhamento foi a ausência da EDH (Educação em Direitos Humanos) como premissa de um trabalho pedagógico voltado à formação integral das crianças, uma vez que, suas tratativas devem estar embasadas na transversalidade dos componentes curriculares e vinculadas ao PPP de cada unidade escolar.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca pelo debate da temática, evidenciou-se a necessidade de isolar a função da educação formal neste trabalho multiprofissional, com foco no papel de educadores e gestores, além de proporcionar um material didático de uso autônomo para crianças dos anos finais do Ensino Fundamental I, como meio de estimular a manutenção de seus direitos na condição peculiar de seres em desenvolvimento.

O objetivo da pesquisa consistiu em elaborar, aplicar e analisar um produto de sensibilização ao Trabalho Infantil. Diante dos levantamentos percentuais propagados por meio de gráficos distintos, como atividade inicial, aplicação e atividade final, foi possível conferir mudanças de concepções a respeito do tema.

O percurso metodológico adotado para atingir este objetivo destacou as pedagogias contra hegemônicas como meio de proporcionar um espaço dialógico, histórico e social para atender as demandas apuradas. Realizou-se levantamentos bibliográficos e de dados, discussões (brainstorming) e supervisão técnica para definir o produto educacional, com foco na criação autoral de narrativas e ilustrações inspiradas na faixa etária definida como público-alvo.

O desenvolvimento de uma sequência didática deu-se a partir da análise de contexto dos educandos, horários de aulas e planejamento de recursos materiais, tecnológicos e infraestruturais para aplicabilidade do produto desenvolvido, não havendo maiores ocorrências no dia da ação.

Ao estabelecer o percurso metodológico, foi possível dialogar com pensadores clássicos e a contemporaneidade de seus ensinamentos, trazendo base científica para a coleta e categorização de dados.

Mesmo diante das ressalvas apresentadas pela SME de que o Trabalho Infantil é uma questão do Serviço Social, provou-se a necessidade de promover trabalho em rede e inserir no PPP das escolas municipais a Educação em Direitos

Humanos, como ferramenta de justiça social e equalização de ofertas, mediante a transversalidade em todos os componentes curriculares da BNCC.

Num primeiro momento, identificou-se a falta de conhecimento a respeito da temática no local de pesquisa, principalmente entre os entrevistados. As perguntas iniciais foram estruturadas para esse entendimento. Ao solicitar que respondessem se conhecem ou veem crianças em funções laborais, pudemos aferir que o Trabalho Infantil faz parte da vivência social no local de pesquisa. Concomitantemente, observamos a falta de tratamento do assunto nas aulas, inclusive a ausência do tema nos materiais didáticos utilizados e a prevalência de tabus a respeito da inserção precoce de crianças no mercado de trabalho formal.

A elaboração de um material didático de uso autônomo ao público infanto-juvenil e a aplicação de sua versão final com 69 crianças de uma escola de Ensino Fundamental I, instalada em zona periférica numa cidade do interior paulista, mostrou-se crucial para a sensibilização da temática.

O estudo mais aprofundado do local de pesquisa considerou a complexidade e mudanças abruptas do entorno da comunidade escolar, tratando-se de um bairro antigo, todavia marginalizado e desamparado pelo poder público.

Inferiu-se que o PPP é um registro único e generalizado para todas as ETIs municipais, excluindo-se suas peculiaridades de cada unidade escolar, julgando-se que as ações padronizadas são capazes de resolver situações distintas.

Acredita-se que com propostas bem fundamentadas e poucos recursos financeiros é possível incorporar propostas educacionais que visem a Educação em Direitos Humanos ao currículo comum, trazendo discussões necessárias para a faixa etária.

Ao compreender que o PPP é indeclinável para a fundamentação de ações democráticas, assertivas e coerentes com a realidade, considera-se que a base destas ações está estruturada em paradigmas educativos, uma vez que se observou o documento como aparato burocrático da prática mecanizada.

Em nenhum momento da observação foi reavaliado ou estudado pelos professores, tratando-se de um documento engavetado, burocratizado, sem serventia de sua função analítica-reflexiva.

Professores e gestores são desprovidos de formação continuada qualificada e crítica, e a SME rendeu-se aos discursos neoliberais, que permeiam as escolas embasadas em programas de governos desarticulados das questões sociais e impasses econômicos.

Os grandes desafios lançados pela escolarização contemporânea consistem em rearticular o educador às suas funções cognitivas e científicas, tratando-se a função magistério como exclusividade técnica, de habilidades mecânicas, desprendidas de sua formulação teórica.

Os resultados apontam a falta de conhecimento do público-alvo ao serem empregados no mercado de trabalho informal. E que a conscientização de direitos deve ser trabalhada em sala de aula como ferramenta de combate e denúncia em situações de negligência.

Esta ação possibilitou a apuração de resultados significativos para atender os objetivos iniciais da pesquisa e contribuiu para a compreensão de que a sequência didática foi relevante ao estimular uma discussão tão importante entre crianças e adolescentes, reforçando a precisão de materiais e metodologias previamente definidas com temáticas sociais para equilibrar o acesso às populações vulneráveis.

10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11ed. São Paulo: Cortez: Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Capinas, 2006.

_____. Anotações sobre o capitalismo recente e reestruturação produtiva no Brasil. In: _____ O Averso do trabalho. São Paulo: Expressão popular, 2004.

_____. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 87, ago. 2004.

APPLE, Michael W. Educação e Poder. Tradução de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ARÊAS, Celina Alves. A função social da escola. In: Conferência Nacional da Educação Básica. AUAD, Daniela. Educar meninas e meninos - relações de gênero na escola. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2 ed. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Afiliada, 1981.

ASSUMPÇÃO. Raiane Patrícia Severino; LEONARDI, Fabrício Gobetti. Por que e para que uma cultura de Direitos Humanos?. Guarulhos: UNIFESP, 2021.

AZEVEDO, Maurício Maia de. O código mello mattos e seus reflexos na legislação posterior. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/30354/codigo_mello_mattos_seus_reflexos.pdf. Acesso em: 08 ago. de 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freiriana para um sistema de educação. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 89-106, jul./set. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440602016000300089&script=sci_abstract&lng=pt.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 19ª Edição, São Paulo: Editora Malheiros, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. (Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. O Capital Social: notas provisórias. In: BOURDIEU, P. Escritos de educação. Tradução Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente nº Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. [S. /], 13 jul. 2020.

_____. **Lei nº6.697, de 10 de outubro de 1979**. Institui o Código de Menores. [S. /], 1979.

_____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNDH) - 2014**. Brasília: Comitê Nacional de Educação, 2014.

_____. **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.** Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH - 3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH/PR, 2010.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; BATISTA, N. F. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 14, n. 2, p. 269-301, 2010.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.

CAMPOS, Herculano Ricardo; ALVERGA, Alex Reinecke de. **Trabalho infantil e ideologia:** contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/B8WPsbFp3zhnP4XgtqNHfth/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2021.

CARMO, Michelly Eustáquia do e GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, 2018, v. 34, n. 3. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00101417>>. Acesso em: 19 out. 2021

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Trabalho infantil no Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 551-569, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792008000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000300010>.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães e ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar. Pedagogia crítica e Direitos Humanos: fundamentos para uma proposta pedagógico-crítica em Direitos Humanos. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação* [online]. 2013, v. 21, n. 80 [Acessado 20 outubro 2021], pp. 405-432. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362013000300002>>. Epub 07 Out 2013. ISSN 1809-4465. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362013000300002>.

CARVALHO, Carolina Delgado de, TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Coletivizando saberes: (re) construção da memória ambiental de moradores da cidade de Botucatu. *Pesquisa em Educação Ambiental*, 4, 1, 2009, 111-135.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 12. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000. 440 p. ISBN: 8508047355

COELHO, Nelly. Novaes. Panorama Histórico da Literatura Infantil/Juvenil: Das Origens Indo-europeias ao Brasil Contemporâneo. Editora Manole, 2010. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520454688/>. Acesso em: 20 out. 2021.

COMPARATO, Bruno Konder. **A origem e a história dos direitos humanos: a discussão contemporânea**. Guarulhos: UNIFESP, 2013.

CRIANÇA LIVRE DO TRABALHO INFANTIL. O que o ECA diz sobre trabalho infantil. Disponível em: <<https://livredetrabalhoinfantil.org.br/noticias/reportagens/o-que-o-eca-diz-sobre-o-trabalho-infantil/>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

CONSTANZI, R. N. Trabalho decente e juvenil no Brasil. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009. 159 f. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_230674.pdf. Acesso em: 21 out. 2021.

CUNHA, Rosani. Transferência de renda com condicionalidade: a experiência do Programa Bolsa Família. In: MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: UNESCO, 2009, p. 331-361.

CUSTÓDIO, André Viana. **A exploração do trabalho infantil doméstico no Brasil contemporâneo: limites e perspectivas para sua erradicação**. Tese (Doutorado em Direito). Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

DIONÍSIO, J. S.; QUEIROZ, P. P. de. 2020. Gênero e automutilação na escola básica: um estudo de caso. Revista Práxis 12 (23): 20-29.

DOURADO, Luiz Fernandes e OLIVEIRA, João Ferreira de. Base Nacional Comum Curricular. (BNCC) e os impactos na política de regulação e avaliação da educação superior. In: AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L. F. (org.). (2018) A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE.

DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

FERREIRA. Marcos Antônio Libardi. **Estudo dos riscos à saúde do trabalhador e ao meio ambiente na produção de joias e bijuterias de Limeira**. 2005. 185 f. Dissertação (Mestrado)–Engenharia de Produção – Unimep, Piracicaba, 2005.

FREIRE, Paulo. Professora Sim; Tia Não; Cartas a quem ousa ensinar. 26 ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FONSECA, Sônia Henrique Pereira da; **História da Educação**; INTAEAD.

Disponível em:<<http://md.intaead.com.br/geral/historiaeducacao/#/Educao-Brasil-Contempotanea>>. Acesso em: 20/10/2021.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária, 18: 10-33, 2012.

GAMA, Zacarias. A elite do atraso e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Revista Carta Capital. Janeiro/2018. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2018/01/16/elite-doatraso-e-base-nacional-curricular-comum-bncc/>. Acesso em 20/10/2021

GAMA, Carolina Nozella; DUARTE, Newton. Concepção de currículo em Dermeval Saviani e suas relações com a categoria marxista de liberdade. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 21, n. 62, p. 521-530, set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832017000300521&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 Mar. 2021.

GUARESCHI, Pedrinho A. Sociologia da prática social. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa 6º ed. São Paulo: Editoras Atlas; 2019.

GODOY, Arilda Schmidt (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista De Administração De Empresas, 35(3), 20–29. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>

GODOI, Alcinda Maria Machado; GARRAFA, Volnei. Leitura bioética do princípio de não discriminação e não estigmatização. Saúde e Sociedade, v. 23, n. 1, p. 157–166, jan. 2014.

HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação. Porto Alegre. Artmed, 1998.

HILLESHEIM, L.; HOFFMANN, J. E. dos S.; BARRETO, K. A.; WUO, A. S. Direitos humanos e educação: como se expressam DCN e na BNCC. Revista Intersaberes, [S. l.], v. 16, n. 38, p. 501–527, 2021. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2188>. Acesso em: 24 mar. 2023

JÚNIOR, Helvécio Miranda Magalhães. JAIME, Patrícia Constante. LIMA, Ana Maria Cavalcante. O papel do setor saúde no programa bolsa família: histórico, resultados e desafios para o sistema único de saúde. In: NERI, M.C., CAMPELLO, T.(org) Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania: Sumário executivo. Brasília: IPEA, 2014.

KASSOUF, Ana Lúcia. O perfil do trabalho infantil no Brasil, por regiões e ramos de atividade. Brasília: OIT, 2004.

KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 323-350, Ago. 2007.

KASSOUF, Ana Lúcia. Evolução do trabalho infantil no Brasil. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, p. 9-45, jan./abr. 2015.

KLEIN, Ana Maria; D'ÁGUA, Solange Lima. A Educação em Direitos Humanos nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas de São Paulo. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 277-292, jan./mar. 2015. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n55/0101-4358-er-55-00277.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

KREIN, José Dari; VÉRAS, Roberto Oliveira de. As condições de trabalho pós-reforma. In. KREIN, José Dari, FILGUEIRAS, Vítor; VÉRAS, Roberto Oliveira de. *Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas/Brasília: Curt Nimuendajú, 2019.

LACORTE, Luis Eduardo Cobra (2012). *A construção de Políticas Públicas em rede Intersetorial para a Erradicação do Trabalho Infantil em Limeira-SP*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

LACORTE, Luis Eduardo Cobra et al. Os nós da rede para erradicação do trabalho infantojuvenil na produção de joias e bijuterias em Limeira – SP. *Rev. Bras. Saúde Ocup.*, São Paulo, 38 (128): 199-215, 2013.

LIBÂNIO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos para quê?* 12 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

LIMA, Thalita Santos, *Trabalho Infantil no Brasil: um olhar sobre a antítese do trabalho decente e sua relação com o trabalho escravo contemporâneo*. Carolina Soares, Davi Silva do Carmo, Sandra Maria Telles e Lizandra Nunes Marinho da Costa Barbosa (Org.). **Direitos fundamentais em processo**: estudos em comemoração aos 20 anos da Escola Superior do Ministério Público da União /. Brasília: ESPMPU, 2020.

LIMA, L. C. P. 2018. *Competências socioemocionais na educação: um estudo sobre a sociabilidade requerida pelo capital no século XXI*. 84p. Monografia de Graduação em Pedagogia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil.

LINHARES, Juliana Magalhães. *História Social da Infância*. Sobral: Inta, 2016. 66 p.

LOMBARDI, José Claudinei. Periodização na História da Educação Brasileira: Aspecto polêmico e sempre provisório *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.32, p.200-209, dez.2008 - ISSN: 1676-2584.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da educação da Antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1996.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica*, 7ª edição. Grupo Gen, 2017. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011845/>. Acesso em: 20 out. 2021.

MARIGONI, Gilberto. O destino dos negros após a abolição. 70. ed. São Paulo: 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28. Acesso em: 20 out. 2021.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital. Posfácio da Segunda Edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005. 128 p.

MOREIRA, Márcio Alan Menezes. (2006). A democracia radicalizada: crianças e adolescentes como agentes de participação política. Monografia em Direito. Universidade de Fortaleza, Brasil.

MONTE, Paulo Aguiar do. Exploração do Trabalho Infantil no Brasil: Consequências e Reflexões. [In]: Revista Economia, Brasília (DF), v.9, n.3, p. 625–650, set/dez 178 2008. Disponível em: < http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n3p625_650.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

MUZZETI, Luci Regina. Conhecimento, currículo e cultura escolar. Piracicaba: Pecege, 2020. 167 slides, color.

NETO, Honor Almeida de. Trabalho Infantil na Terceira Revolução Industrial. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, 244.

NEVES, Delma Pessanha. A pobreza como legado. O trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. In: CONGRESSO ALAS/ IFEJANT, 24, Lima, 2004 - Infância y adolescência em América Latina, t.2. p.189-216

NICOLELLA, Alexandre Chibebe; KASSOUF, Ana Lúcia; BARROS, Alexandre Lahóz Mendonça de. O impacto do trabalho infantil no setor agrícola sobre a saúde. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 46, n. 3, p. 673-701, Set 2008 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

OLIVA, José Roberto Dantas. Trabalho infantil: realidade e perspectivas. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, TST, v. 81, n. 1, p. 118-141, jan./mar., 2015.

OLIVEIRA, Lucy. O trabalho em “tempos de crise”: enquadramentos da mídia sobre a Reforma Trabalhista no Brasil. São Paulo: Comunicação Política, Partidos e Eleições. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/seminarios/anaisVI/GT_12/Lucy_Oliveira_GT12.pdf . Acesso em 21 out 2021.

OLIVEIRA, Fátima. (2004). Ser negro no Brasil: alcances e limites. Estudos Avançados, 18(50), 57–60. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100006>

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. História da OIT. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/hist%C3%B3ria/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PAIVA, Aparecida.; SOARES, Magda. Literatura infantil - Políticas e concepções. Grupo Autêntica, 2008. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582179284/>. Acesso em: 20 out. 2021.

PALMA FILHO, João Cardoso. A Educação Brasileira no período de 1930 a 1960: A Era Vargas. In: Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação. 3ª Ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP – Santa Clara Editora, 2005. p. 61-74.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cad Pesqui**. Acesso em: 05 de agosto de 2020;40(140):649-73. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1740140.pdf>

PERONI, Vidal. ADRIÃO, Theresa. Apresentação da seção temática: Privatização da Educação Pública. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 5-7, jan. 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/apresentacao.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2018.

PETRY, Almiro. Democracia e Direitos Humanos na América Latina. Disponível em: http://www.projeto.unisinos.br/humanismo/al/dem_dirhum.pdf. Acesso em 19 out. 2021.

PONTUAL, Pedro de Carvalho. Educação popular e incidência em políticas públicas. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.15, n.01, p. 62 – 81 jan./mar.2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/download/29633/22378>. Acesso em: 12 de jun. 2022.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

PNADC. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (ed.). **O Trabalho Infantil no Brasil**: análise dos microdados da Pnad 2019. Brasília, 2021. 10 slides, color. Disponível em: https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_FNPETI.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

RAYO, José. Tuvilla. Educação em Direitos Humanos. Editora: Artmed, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536317779/>. Acesso em: 19 out. 2021.

REDE SUAS. Disponível em: [.http://blog.mds.gov.br/redesuas/caderno-de-orientacoes-tecnicas-do-peti/](http://blog.mds.gov.br/redesuas/caderno-de-orientacoes-tecnicas-do-peti/)
Acesso em: 20 out. 2021.

SALGADO, Sebastião. Êxodos. Projeto Gráfico: Lélia Wanick Salgado. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SANTOS, Émina (2019). A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. Educação E Pesquisa, 45. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945184961>

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 422- 433, Dec. 2010. Disponível em: <24782010000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000300002>.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica (17ª ed.). Campinas, SP. Autores Associados, 2007.

_____. Escola e Democracia: teoria da educação, curvatura da vara, onze teses da educação política. 36 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003a.

_____. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003b.

SCHWARTZMAN, Simon. Trabalho infantil no Brasil. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2001c.
Disponível em: <www.schwartzman.org.br/simon/oit.htm>.

_____. História da História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **Eccos**, 2007 ,10, 147-167.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez Editora, v. 3, f. 160, 2017. 320 p.

SILVA, Aline Cristiane Roza da; BECK, Carolina Di Giorgio. MULHER BATALHADORA, FILHOS TRABALHADORES: O TRABALHO INFANTIL SOB A ÓTICA TRANSGERACIONAL. UFSC: Diáspora, diversidade e deslocamentos. 2010. Acesso em:
http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277940504_ARQ_UIVO_simposio-textofinal.pdf Disponível em: 21 out. 2021.

SILVA, Raniella Orquiza et al. Trabalho Infantil e pobreza: uma análise no contexto de recessão econômica brasileira. RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 2, n. 40, 2018.

SILVA, Enid Rocha, OLIVEIRA, Valéria Rezende de (2020). Proteção de crianças e adolescentes no contexto da pandemia da Covid-19: consequências e medidas necessárias para o enfrentamento. Ipea

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. Revista Brasileira de História [online]. 1999, v. 19, n. 37 Acesso em: 20 Out. 2021 , pp. 59-84. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>>. Epub 21 Out 1999. ISSN 1806-9347. <https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>.

SIQUEIRA, Valéria Aparecida de Souza; DAVID, Alessandra. A concepção de avaliação educacional sobre a educação básica expressa nos documentos oficiais: a LDB 9.394/96, O PNE (2001) E O PDE (2007). **Revista Plures Humanidades**, Jaboticabal, v. 14, n. 2, p. 292-314, 2013.

SILVEIRA, Luciana. Guia passo a passo : prevenção e erradicação do trabalho infantil na cidade de São Paulo / Luciana Silveira. São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019. 176p.

SOUZA, Claudia Moraes. O Photovoice: uma metodologia de estudo da realidade como estratégia para trabalhar com projetos. Metodologias Ativas: aprendizagem baseada em projetos , p. 182 - 197, 2022.

SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. Reforma do estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]. 2004, v. 12, n. 45. Acesso em: 21 Out.2021 , pp. 925-944. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362004000400002>>.

UNICEF. Trabalho infantil aumenta pela primeira vez em duas décadas e atinge um total de 160 milhões de crianças e adolescentes no mundo. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/trabalho-infantil-aumenta-pela-primeira-vez-em-duas-decadas-e-atinge-um-total-de-160-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-no-mundo>> Acesso em: 21/10/2021.

VALADAREZ, Alexandre A.; GALIZA, Marcelo; OLIVEIRA, Tiago. A reforma trabalhista e o trabalho no campo. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, Brasília, n. 63, p. 95-106, 2017.

VESCHI, B. Etimologia do trabalho. Etimologia: origem do conceito, 2019. Disponível em: <<https://etimologia.com.br/trabalho/>>. Acesso em: 13 dez. 2023

VILANI, Jane Araújo Santos. **A questão do trabalho infantil:** mitos e verdades. *Inclusão Social*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 83-92, out. 2006/mar. 2007.

VILELA, Rita Amélia Teixeira. A Teoria Crítica da Educação de Theodor Adorno e sua apropriação para análise das questões atuais sobre currículo e práticas escolares. Belo Horizonte: Puc Minas. PPGE. Relatório de Pesquisa, 2006. Disponível em: www.ich.ped/pucminas.br. Acesso em: 25 nov. 2019.

ZILBERMAN, Regina. *Literatura Infantil na Escola*. 11. ed. Revisada, atual e ampla.- São Paulo: GLOBAL, 2003.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO INICIAL

ATIVIDADE INICIAL

* Indica uma pergunta obrigatória

1. 1. "O TRABALHO É FORMATIVO, UMA ESCOLA DE VIDA, QUE TORNA O HOMEM DIGNO" *

Marcar apenas uma oval.

CONCORDO

DISCORDO

2. 2. A INFÂNCIA É TEMPO DE BRINCAR E APRENDER *

Marcar apenas uma oval.

CONCORDO

DISCORDO

3. 3. O TRABALHO TEM VALOR ÉTICO E MORAL QUE AJUDA A FORMAR O CARÁTER DE SERES EM DESENVOLVIMENTO *

Marcar apenas uma oval.

CONCORDO

DISCORDO

4. 4. O TRABALHO PODE SER CONSIDERADO POSITIVO EM SITUAÇÕES DE POBREZA *

Marcar apenas uma oval.

CONCORDO

DISCORDO

Atividade Final

* Indica uma pergunta obrigatória

1. NUMA ESCALA DE 1 A 5, ASSINALE, O QUANTO VOCÊ GOSTOU DESTA AULA. SENDO 1: RUIM E 5 EXCELENTE. *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

2. VOCÊ CONSIDERA AS HISTÓRIAS LIDAS? *

Marcar apenas uma oval.

- ÓTIMAS
- BOAS
- FORA DA REALIDADE
- RUINS

3. COMO VOCÊ SE SENTE AO OLHAR PARA ESTA FOTO? *

https://lh7-us.googleusercontent.com/PIIY0V8TWWPuov0MYIsGLIRKQjyGFdszXoo7Lo_EybnxszxPyrN8AzrUs3aABajDyoMxW_etkkYUQH-BTCS1Q13oVJf7cYCGAtdK1ZFY8xESC6b-NvCf8IDjLg2VAYH2g3D2xHkIG433BWopKI6loMnDhgF2_A

4. ESCREVA A RESPEITO DESTA IMAGEM *
<https://sandrasabino.blogspot.com/2013/10/semana-da-crianca-parte-2-trabalho.html>

5. VOCÊ CONSIDERA QUE ESTA CRIANÇA ESTÁ PROTEGIDA COM SUA FERRAMENTA DE TRABALHO?
<https://racismoambiental.net.br/2019/07/13/a-real-face-do-trabalho-infantil-no-brasil/>

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS CAMPUS BAURU -
JÚLIO DE MESQUITA FILHO



Continuação do Parecer: 4.904.291

famílias de baixa renda.

Objetivo da Pesquisa:

Seus objetivos são:

Desenvolver, aplicar e avaliar um e-book interativo que contribua na percepção de crianças a respeito da naturalização do Trabalho Infantil no Brasil.

Objetivos Específicos

Contextualizar as questões sociais, culturais e históricas que permitem a naturalização do Trabalho Infantil no Brasil e no mundo.

Analisar a interação dos sujeitos de pesquisa com o material projetado e aplicar questionários que permitam constituir dados para dialogar com os autores que se debruçam em compreender os malefícios da prática laboral precoce.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS:

Possíveis desconfortos e se situam basicamente na possibilidade do voluntário, em algum momento, sentir cansaço e rejeição às tarefas.

BENEFÍCIOS:

É de suma importância considerar que o enfrentamento ao Trabalho Infantil tem de ser universalizado, dada a importância em preservar os direitos das crianças e adolescentes pela comunidade em geral, conforme prevê o ECA (1990).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto adequado às exigências acadêmicas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta os Termos de Consentimento e Assentimento e Livre e Esclarecido, direcionado adequadamente aos sujeitos diretos da sua pesquisa. Estão bem redigidos e adequados à proposta da pesquisa. Escrito com referência nas normas e padrões apontados pela CONEP em suas

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01
Bairro: CENTRO **CEP:** 17.033-360
UF: SP **Município:** BAURU
Telefone: (14)3103-9400 **Fax:** (14)3103-9400 **E-mail:** cepesquisa.fc@unesp.br

Continuação do Parecer: 4.904.291

Resoluções, apresentando aos sujeitos as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora atendeu as recomendações apontadas anteriormente.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto considerado "aprovado" por estar em conformidade com os parâmetros legais, metodológicos e éticos analisados pelo colegiado deste CEP - Comitê de Ética em Pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1743572.pdf	23/06/2021 10:36:46		Aceito
Outros	Carta_Resposta_Alessa_Regina_Carnietto.pdf	23/06/2021 10:36:03	ALESSA REGINA CARNIETTO	Aceito
Cronograma	Cronograma_Revisado.docx	23/06/2021 10:29:32	ALESSA REGINA CARNIETTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa_Alessa_Regina_Carnietto_Revisado.docx	23/06/2021 10:24:52	ALESSA REGINA CARNIETTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_aluno_revisado.doc	23/06/2021 10:23:16	ALESSA REGINA CARNIETTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa_Alessa_Regina_Carnietto.docx	02/05/2021 20:01:10	ALESSA REGINA CARNIETTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_da_Unidade_Escolar.docx	02/05/2021 19:52:00	ALESSA REGINA CARNIETTO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Alessa_Regina_Carnietto.pdf	02/05/2021 19:51:03	ALESSA REGINA CARNIETTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_aluno.doc	29/04/2021 13:05:42	ALESSA REGINA CARNIETTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE_aos_responsaveis.doc	29/04/2021 13:05:27	ALESSA REGINA CARNIETTO	Aceito

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01

Bairro: CENTRO **CEP:** 17.033-360

UF: SP **Município:** BAURU

Telefone: (14)3103-9400 **Fax:** (14)3103-9400 **E-mail:** cepesquisa.fc@unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS CAMPUS BAURU -
JÚLIO DE MESQUITA FILHO



Continuação do Parecer: 4.904.291

Justificativa de Ausência	TCLE_aos_responsaveis.doc	29/04/2021 13:05:27	ALESSA REGINA CARNIETTO	Aceito
---------------------------	---------------------------	------------------------	----------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BAURU, 13 de Agosto de 2021

Assinado por:
Mário Lázaro Camargo
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrizo Coube, nº 14-01
Bairro: CENTRO **CEP:** 17.033-360
UF: SP **Município:** BAURU
Telefone: (14)3103-9400 **Fax:** (14)3103-9400 **E-mail:** cepesquisa.fc@unesp.br

ANEXO B - CARTA DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA APLICAÇÃO DE PESQUISA EM UNIDADE ESCOLAR



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Bauru



CARTA DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA APLICAÇÃO DE PESQUISA EM UNIDADE ESCOLAR

Botucatu, 29 de Abril de 2021.

Ilmo(a) Sr(a) Diretor(a)

Eu, Alessa Regina Carnietto, Professora de Educação Básica, informo que sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Docência para Educação Básica da Universidade Estadual Paulista – Campus de Bauru.

O projeto de pesquisa que estou desenvolvendo intitula-se **"E-book interativo: uma ferramenta lúdico-pedagógica no combate a naturalização do Trabalho Infantil"**, e consiste em elaborar, aplicar e avaliar um livro digital interativo que contribua na percepção de crianças a respeito dos malefícios que a inserção precoce no mercado de trabalho pode acarretar à sua saúde.

Espera-se que a pesquisa contribua ao contextualizar as questões sociais, culturais e históricas que permitem a naturalização do Trabalho Infantil no Brasil e possibilite analisar a interação dos sujeitos com o material projetado.

Trata-se de um livro digital que narra a história de quatro personagens fictícios inspirados em realidades de crianças que desempenham naturezas de trabalhos distintas e de maiores incidências no Brasil: doméstico, agrícola, industrial e ambulante.

Saliento que há escassez de material lúdico-pedagógico para o tratamento da temática, servindo como um facilitador à prática docente.

Para tanto, solicito vossa autorização para aplicar questionários, mediante formulário digital e desenvolver a atividade com o livro interativo aos educandos dos 5º anos da Educação Básica do Ensino Fundamental no município de Botucatu – SP, com o objetivo de instituir dados científicos para discussão do tema.

Reforçando que não se versa uma atividade avaliativa, mas de fomentação de dados para alinhamento do material produzido, que servirá para subsidiar de maneira autônoma o processo de ensino.

Os resultados visam identificar tabus e conceitos errôneos que estão estruturados em nossa sociedade e alinhá-los à luz da legislação dos direitos das crianças e adolescentes. Ao final da intervenção, realizar-se-á um comparativo de dados para aferir se ocorreram as mudanças de paradigmas com a intervenção pedagógica.

Dado ao fato do(a) estudante ser menor de idade, seus pais e/ou responsáveis serão convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) consentindo a participação dos filhos nesta pesquisa. Assim como, têm a liberdade para recusar-se a participar, retirar seu consentimento livre e esclarecido ou interromper a participação a qualquer momento.

O tempo estimado para realização da pesquisa será durante os meses de julho e agosto. A divulgação dos resultados obtidos será sob forma de trabalho científico com divulgação em eventos e revistas científicas.

Esclareço que esta pesquisa não acarreta custos a essa Instituição Educacional, bem como será expressamente assegurado o devido sigilo e confidencialidade.

Diante do exposto, agradeço antecipadamente a atenção dispensada, e conto com vossa autorização.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Bauru



Atenciosamente

Alessa Regina Carnietto

TERMO DE CONSENTIMENTO E AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, _____,
diretor^(a) da _____,
RG _____, residente e domiciliado^(a) à Av./Rua _____,
_____, Bairro _____, da cidade de
Botucatu/SPCEP _____, e-mail _____,
telefone (14) _____, declaro ciência acerca da pesquisa científica
intitulada **"E-book interativo: uma ferramenta lúdico -pedagógica no
combate a naturalização do Trabalho Infantil"**, proposta pela discente Alessa
Regina Carnietto, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Francisco Marques, e
manifesto através deste o meu consentimento e autorização para realização
desta pesquisa de Mestrado Profissional.

Botucatu, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do^(a) Diretor^(a) da Instituição Escolar

ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Bauru



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Pais ou Responsável Legal)

(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/2012/Resolução 510/2016)

Seu (Sua) filho(a) (ou menor sob sua responsabilidade),

Está sendo convidado a participar como voluntário do projeto de pesquisa “**E-book interativo**: uma ferramenta lúdico -pedagógica no combate à naturalização do Trabalho Infantil.” sob responsabilidade do(a) pesquisador(a) **Alessa Regina Carnietto**.

A presente pesquisa busca ampliar o conhecimento sob o tema trabalho infantil, conscientizar a respeito da saúde de crianças e adolescentes e divulgar informações de promoção social às famílias que têm seus direitos negligenciados.

Trata-se de um livro interativo, elaborado para estimular o estudante a pensar como as relações de trabalho formal ou informal se estabelecem na infância, de modo a entender riscos e prevenir futuros contratemplos.

Todos deverão acessar o documento com o livro digital, realizar a leitura e buscar percorrer os trajetos de interação. Ao final, deverão responder questionários estruturados sob as contribuições de autores que estudam o trabalho infantil, visando possibilitar uma análise a respeito da eficácia do produto elaborado. É importante considerar que o enfrentamento ao Trabalho Infantil tem de ser universalizado, dada a importância em preservar os direitos das crianças e adolescentes pela comunidade em geral, conforme prevê o ECA (1990).

Procedimentos:

A fim de analisar a aceitação do grupo sobre o livro e suas interações digitais, será aplicado questionário com perguntas fechadas para compreender os conceitos adquiridos pelos estudantes durante a atividade.

Os riscos para realização da pesquisa são mínimos, visto que se trata de uma metodologia de ensino.

Seu (Sua) filho(a) (ou menor sob sua responsabilidade) está livre para, a qualquer momento, deixar de participar da pesquisa. Todas as informações fornecidas por você e pelo(a) seu (sua) filho(a) (ou menor sob sua responsabilidade) e os resultados obtidos serão mantidos em sigilo e, estes últimos só serão utilizados para divulgação em reuniões e revistas científicas. Você será informado de todos os resultados obtidos. Você e seu (sua) filho(a) (ou menor sob sua responsabilidade) não terão quaisquer benefícios ou direitos financeiros sobre os eventuais resultados decorrentes da pesquisa. Este estudo é importante porque seus resultados fornecerão informações para avaliar novas propostas pedagógicas no enfrentamento à naturalização do Trabalho Infantil.

Para sanar possíveis dúvidas ou obter esclarecimentos, em qualquer etapa da pesquisa você terá acesso a pesquisadora Alessa Regina Carnietto, pelo telefone (14) 99106-1434 ou e-mail alecarnietto@gmail.com. Caso surja alguma dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP, **Fone:** (14) 3103-6075 - Seção Técnica Acadêmica ou **e-mail:** cepesquisa@fc.unesp.br.

Diante das explicações, se você concorda que seu (sua) filho(a) (ou menor sob sua responsabilidade) participe deste projeto, forneça os dados solicitados e coloque sua assinatura a seguir.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Bauru



Menor participante:

Nome: _____ R.G. _____

Responsável(is)

Nome: _____ R.G. _____

Endereço: _____ Fone: _____

Botucatu, _____ de _____ de 2021.

Assinatura - Responsável legal

Assinatura - Pesquisador(a)
responsável

OBS.: Termo apresenta duas vias, uma destinada ao responsável legal e a outra ao pesquisador.

ANEXO D - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Bauru



Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE (Aluno)

(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/2012/Resolução 510/2016)

Estimado (a) estudante,

Hoje, vou lhe fazer um convite.

Gostaria de saber se você aceita participar como voluntário do projeto de pesquisa:

“E-book interativo: uma ferramenta lúdico -pedagógica no combate à naturalização do Trabalho Infantil”?

O objetivo deste trabalho é fornecer um livro digital com histórias fictícias (inventadas) de crianças e adolescentes que realizam trabalho infantil.

O livro digital conta histórias de quatro crianças trabalhadoras, que estão em lugares diferentes do Brasil e não têm tempo para estudar e brincar com seus amigos. Também, traz informações importantes a respeito de preservação da saúde infantil.

Ao final, você responderá perguntas sobre a atividade.

Procedimentos: A realização ocorrerá por meio de sequências pedagógicas aplicadas na escola:

- 1) Você responde perguntas de opinião pessoal.
- 2) Depois, é feita a leitura das histórias e as atividades sugeridas.
- 3) Ao final, responde um novo questionário anônimo.

Observação: A pesquisadora orientará todos os processos, de modo a sanar qualquer dúvida que possa surgir.

Este projeto é sob responsabilidade do(a) pesquisador(a) **Alessa Regina Carnietto**.

Os riscos para realização da pesquisa são mínimos, suas informações não serão divulgadas, os dados são sigilosos.

Você não precisa se identificar em nenhum momento e está livre para participar ou não.

Caso queira desistir da atividade, a qualquer momento, poderá fazê-lo sem nenhum prejuízo.

O seu responsável, também, poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação durante a pesquisa.

Para sanar possíveis dúvidas ou obter esclarecimentos, em qualquer etapa da pesquisa você terá acesso a pesquisadora Alessa Regina Carnietto, pelo telefone (14) 99106-1434 ou e-mail alecarnietto@gmail.com e o orientador Prof. Dr. Antonio Francisco Marques, pelo e-mail: af.marques@unesp.br.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Bauru



Caso surja alguma dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP, Fone: (14) 3103-6075 - Seção Técnica Acadêmica ou e-mail: cepesquisa@fc.unesp.br.

Todas as informações por você fornecida e os resultados obtidos serão mantidos em sigilo, e estes últimos só serão utilizados para divulgação em reuniões e revistas científicas. Você será informado dos resultados obtidos. Você não terá nenhum custo ou benefício financeiros para participar da pesquisa.

Este estudo é importante porque seus resultados fornecerão material para conscientizar crianças e adolescentes a respeito dos prejuízos que o Trabalho Infantil acarreta.

Diante das explicações, se você concorda em participar deste projeto, forneça os dados solicitados e coloque sua assinatura a seguir:

Nome: _____ R.G. _____

Botucatu, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do Participante

Assinatura do(a) Pesquisador(a)
responsável

OBS.: Termo apresenta duas vias, uma destinada ao participante e a outra ao pesquisador.

Nome: _____ R.G. _____

Botucatu, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do Participante

Assinatura do(a) Pesquisador(a)
responsável

OBS.: Termo apresenta duas vias, uma destinada ao participante e a outra ao pesquisador.